



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

LUCIANO ROCHA DA PENHA

**REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA? Avaliação do II Plano  
Nacional de Reforma Agrária no Território Rural do Baixo  
Tocantins - PA**

Belém  
2012

**LUCIANO ROCHA DA PENHA**

**REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA? Avaliação do II Plano Nacional de Reforma Agrária no Território Rural do Baixo Tocantins - PA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Hurtienne.

Belém  
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Penha, Luciano Rocha da

Reforma agrária na Amazônia? ? Avaliação do II Plano Nacional de Reforma Agrária no Território Rural do Baixo Tocantins - PA / Luciano Rocha da Penha; Orientador, Thomas Hurtienne.– 2011.

133 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Reforma agrária - Acara (PA). 2. Assentamentos humanos - Acará (PA). 3. Desenvolvimento rural. 4. Agricultura Familiar - Acara (PA). I. Hurtinne, Thomas, orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 333.318115

---

LUCIANO ROCHA DA PENHA

**REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA? Avaliação do II Plano Nacional de  
Reforma Agrária no Território Rural do Baixo Tocantins - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Defesa e aprovação em 11/07/2012

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Thomas Hurtienne  
Orientador – UFPA/NAEA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Castro  
Examinador interno – UFPA/NAEA

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva  
Examinador externo – IFCH/ UFPA

Dedico esta dissertação à minha Mãe, Celina Rocha da Penha,  
*in memoriam*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta pesquisa não foi concebida de forma isolada, contou com ajuda e acompanhamento de muitos amigos, amigas e principalmente da família que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste estudo.

Meu agradecimento especial à Minha Querida e Amada Mãe que se foi precocemente neste ano de 2012. Só as pessoas mais próximas sabem o quanto ela sofreu com a doença que lhe consumira. Mesmo enferma dava-me forças, eu até duvidava que a doença estivesse tão avançada. Obrigado Mãe! Minha gratidão eterna pela sua nobreza e prazer de ser minha conselheira, minha Deusa e minha Amiga.

Agradeço a contribuição acadêmica fundamental do Professor Thomas Hurtienne, orientador deste trabalho, que com toda paciência me incentivou a apreender e aprender a ser um iniciante pesquisador.

Extensivos agradecimentos à Professora Pesquisadora Edna Castro e ao Professor Pesquisador Gilberto Rocha por aceitarem em participar das bancas de qualificação e da defesa final deste trabalho e por suas contribuições.

À Professora Ligia Simoniam pelo aprendizado em campo, e aos demais professores do Programa.

Agradeço ao meu amigo Ismaelino, que com toda sua nobreza e inteligência me conduziu até a UFPA e à Pós-Graduação. Seus conselhos e incentivos foram fundamentais para a minha formação e conclusão deste trabalho acadêmico.

Aos colegas de turma do Mestrado: Mateus, Fauze, Luiz Cláudio Júnior, Stella, Vânia, Glória, Josie, Hélio, Cleiton, Ana Virgínea, Ariane Moreno, Manito, Viviane, Luis Feijão, Rosa Cunha, Cecília, Fabíola, Brenda e Juan.

Às bibliotecárias: Ana Santos, Rosângela e Ruthane.

À Professora Raimunda Nazaré Fernandes pelo apoio e atenção nas horas difíceis e à Ederlinda Lopes pela paciência, atenção e caridade.

Aos amigos Luis Albernaz, Fernando e Herbert. E ao meu amigo Jovenildo, pela paciência e apoio moral ao me ajudar academicamente.

Aos amigos da Fronteira do Sudeste do Pará, ou melhor, de Marabá: Adriano Badaba, Augusto Capivara, Vivi e Cleiton. Ainda da Fronteira: Ao Augusto Higuíta e a Emanuelle pela ajuda nos primeiros dias de Fronteira.

À Professora Tereza que, com muita humildade e inteligência, me ajudou a terminar este trabalho. Às diretoras Luciana e Lucília que entenderam a importância das minhas vindas à Belém. Às técnicas pedagógicas Nilva e Josiane e aos técnicos pedagógicos José e Wagner pela paciência e valorização do meu trabalho como pesquisador. À Professora Carmosita pelo atendimento e substituição nos momentos de minha ausência na função de educador.

Agradeço ainda às Professoras Adelaide, Nildes, Júlia Furtado, Gorete e Érica Bastos por acreditarem, valorizarem e ajudarem na reta final e fundamental deste estudo, e à Joice pelo acolhimento quando de minha chegada à Fronteira.

Saindo da Fronteira e indo à Berlin, agradeço à Socióloga alemã Maria Backhouse pelo aprendizado e discussões sobre o tema, quando de nossas pesquisas nos Municípios do Baixo Tocantins. Inclusive pelos dados por ela conseguidos diretamente de Brasília, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, essenciais para a análise do objeto de estudo pesquisado.

Minha sincera gratidão aos amigos do Assentamento Araxiteua: D<sup>a</sup>. Ana, Sr. Inaldo, D<sup>a</sup>. Jane, Simico, Maria do Carmo, Sr. Martinho e esposa, Izomar e a todos e a todas que me concederam as entrevistas e preenchimento dos questionários. Ainda no Acará, agradeço ao Benedito, Nonato, Mônica Helena, Antonio Pedro, Raimundo Lucas, Toti, Clara e Léia.

À Dona Maria, amiga de todas as horas, alegres e tristes, eterna conselheira e porque não dizer, minha mãe também. Pela missão que OXALÁ lhe deixou - a CARIDADE para todos e todas. Obrigado pela sua energia e pelo que a senhora representa para mim.

Aos meus irmãos Átila, Nelson e Jondison pelo apoio que sempre me deram. E as minhas Tias Joana e Augusta e ao Tio Carlinhos, esses por estarem nas praias de Santos, nas proximidades do mar, me passaram a energia positiva necessária para eu concluir este estudo.

E ao meu querido filho Saulo, que com muita alegria me deu forças para fazer um trabalho acadêmico e terminá-lo. Embora a distância física, estamos sempre próximos no sentimento. Meu filho, teu pai conseguiu e te pede desculpas por estar ausente por muito tempo.

Obrigado a todas e a todos!

Verde dobrado no vento  
Amarelou  
N'outra quinzena, outra lua  
Dá pra colher  
Pegando os galhos na mão  
Largando os frutos no chão  
Na madrugada que for  
Não há família ou mulher.

Vamos ganhar desse sol  
Vamos perder, vamos ver  
Sempre se paga o que tem  
Sempre se paga pra ver.

*(João Caetano)*

Mas é claro que o sol vai voltar amanhã  
Mais uma vez, eu sei  
Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã  
Espera que o sol já vem.

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena  
Acreditar no sonho que se tem  
Ou que seus planos nunca vão dar certo  
Ou que você nunca vai ser alguém  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar

Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!

*(Renato Russo)*

Nada cai do céu  
Nem cairá  
Tudo que é meu  
Eu fui buscar  
Aprendi viver  
E caminhar  
Entre bons e os maus  
E me guardar

Fico me remoendo  
Com meus remendos  
Pra me lembrar  
Que lá vem desavenças  
Que eu tenho que enfrentar

Isso é que me alimenta  
Que me sustenta  
Me faz amar  
Nesses confins do mundo  
Nada vai me assustar

E todo dia o preço  
Dos meus tropeços  
Que Deus me dá  
Mas não há capoeira  
Pra me desafiar

Faço da lua cheia  
Um candeia  
Pra iluminar  
Os olhos do inimigo  
Que possa me roubar

*(Batacoto e Ivan Lins)*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal fazer uma avaliação do Programa Novos Assentamentos contido no II Plano Nacional de Reforma Agrária. O recorte espacial foi o Território Rural do Baixo Tocantins a partir do Assentamento Araxiteua, localizado no município do Acará – nordeste do Estado do Pará. Foi utilizada a metodologia de métodos mistos. Esse estudo focalizou a aplicação de questionários com 80 chefes de famílias que foram entrevistadas com a técnica de pesquisas não estruturadas com um técnico do INCRA, o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Acará, um representante do Departamento de Educação do Campo desse município, o Presidente da Associação dos Assentados do Assentamento Araxiteua e alguns chefes de famílias. O recorte temporal da pesquisa foi de 2006 a 2011. Os resultados demonstram que os impactos foram mais positivos do que negativos. O impacto negativo foi mensurado a partir da variável social. As variáveis social, territorial e econômica resultaram em uma melhoria na renda e na qualidade de vida dos assentados. Destacam-se como negativos a não aplicação da assistência técnica, a não aplicação do PRONERA e não liberação do crédito apoio mulher. Como positivos, a liberação e aplicação do crédito inicial, a introdução da rede de energia elétrica e a facilidade do acesso ao PRONAF. Conclui-se que o II Plano Nacional de Reforma Agrária cumpriu uma parcela significativa dos seus objetivos.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamento. Desenvolvimento Rural.

## **ABSTRACT**

This research aimed to make an assessment of New Settlements Programme II contained in the National Plan of Agrarian Reform. The spatial area was the Territory Rural Lower Tocantins from Araxiteua Settlement, located in the municipality of Acará - northeastern State of Pará. The methodology used was the mixed methods. This study focused on the use of questionnaires with 80 heads of families, were interviewed with the technique of unstructured research. 1 technician INCRA, the President of the Municipal Council for Sustainable Rural Development's Discus, 1 representative of the Department of Field Education that municipality, President of the Association of Settlement Settlers Araxiteua and some heads of families. The time frame of the study was from 2006 to 2011. The results demonstrate that the effects were more positive than negative. The negative impact was measured from the social variable. Variables social, economic and territorial resulted in an improvement in income and quality of life of the settlers. Stand out as negative, non-implementation of technical assistance, not applying PRONERA not release the woman credit support. As a positive, the release and implementation of the initial claim, the introduction of the power grid and ease of access to PRONAF. We conclude that the Second National Plan for Agrarian Reform fulfilled a significant portion of its objectives.

**Key-words:** Agrarian Reform. Settlement. Rural Development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Conversão diversificada da agricultura familiar .....	46
<b>Figura 2</b> – Estratégias de reprodução das agriculturas familiares .....	47
<b>Figura 3</b> – Tipificação das rendas agrícolas e não agrícolas .....	48
<b>Quadro 1</b> – Síntese da ideia de Dualismo Agrário .....	49
<b>Mapa 1</b> – Áreas dos imóveis rurais por tamanhos calculados até 2003 .....	50
<b>Mapa 2</b> – Relação entre posses e grilagens no Brasil em 2003.....	52
<b>Mapa 3</b> – Territórios Rurais na região Norte.....	60
<b>Mapa 4</b> – Territórios Rurais no Estado do Pará .....	61
<b>Mapa 5</b> – Municípios do Baixo Tocantins .....	62
<b>Quadro 2</b> – Resumo sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil .....	64
<b>Quadro 3</b> – Síntese do II PNRA e Programa Novos Assentamentos .....	70
<b>Quadro 4</b> – Projeto de Assentamento .....	72
<b>Gráfico 1</b> – Evolução do número de famílias assentadas de 1995 a 2010.....	75
<b>Mapa 5</b> - Região de Integração do Tocantins.....	78
<b>Mapa 6</b> – Quantidade da População do Município da Região de Integração do Tocantins .....	76
<b>Mapa 7</b> – Densidade Demográfica dos Municípios de Integração do Tocantins .....	80
<b>Mapa 8</b> – Distribuição populacional no rural e urbano .....	82
<b>Gráfico 2</b> – Distribuição dos chefes de famílias assentados do PA Araxiteua, segundo o estado civil.....	88
<b>Gráfico 3</b> – Instituições responsáveis pela manutenção das escolas nos assentamentos.....	90
<b>Mapa 9</b> – Uso do solo do município do Acará .....	95
<b>Mapa 10</b> – Localização do PA Araxiteua e uso do solo .....	95
<b>Quadro 5</b> – Tipos de créditos e valores por famílias .....	97
<b>Quadro 6</b> – Aquisição de materiais dos assentados do PA Araxiteua.....	98
<b>Fotografia 1</b> – Casa de assentamento construída em 2011 .....	100
<b>Fotografia 2</b> – Casa de assentamento construída em 2008 .....	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Estrutura Fundiária no Brasil em 2003 .....	51
<b>Tabela 2</b> – Estrutura Fundiária no Brasil em 2009.....	51
<b>Tabela 3</b> – Territórios Rurais estabelecidos pelo SDT/MDA .....	59
<b>Tabela 4</b> – Demanda Social do MDA .....	63
<b>Tabela 5</b> – Perda Orçamentária negativa para Agricultura Familiar.....	74
<b>Tabela 6</b> – Projetos de Assentamento PA no Território Rural do baixo Tocantins ...	83
<b>Tabela 7</b> – Tipos de Projetos de Reforma Agrária em execução Brasil, 2009 .....	84
<b>Tabela 8</b> – Projeto especificamente voltado para a preservação ambiental .....	85
<b>Tabela 9</b> – Projeto de Assentamento PA do Município do Acará .....	86
<b>Tabela 10</b> – Distribuição das famílias assentadas por faixa etária e sexo, do PA Araxiteua .....	87
<b>Tabela 11</b> – Distribuição da escolaridade, das famílias assentadas do PA Araxiteua .....	91
<b>Tabela 12</b> – Formas de uso da Terra, pelos assentados do PA Araxiteua .....	93
<b>Tabela 13</b> – Identificação Sócio Espacial.....	96
<b>Tabela 14</b> – Renda Mensal por família assentada antes e depois da construção do PA Araxiteua, em salário mínimo.....	101
<b>Tabela 15</b> – Tipos de Agricultura feita com o empréstimo do PRONAF .....	101
<b>Tabela 16</b> – Formas de Obtenção de renda por famílias assentadas .....	102

## LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança alimentar e Desenvolvimento Local
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLOES	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Economia aplicada
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MC	Ministério das Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos estudos amazônicos
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NUMA	Núcleo de Meio ambiente
PA	Projeto de assentamento
PAC	Assentamento Conjunto
PAD	Assentamento Dirigido
PAE	Assentamento Agroextrativista Federal
PAF	Assentamento Florestal

PAM	Assentamento Municipal
PC	Colonização Oficial
PCA	Assentamento Casulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PFP	Projeto Fundo de Pasto
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Integração de Colonização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLO	Polo Agroflorestal
PPGEDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
PRB	Projeto de Reassentamento de Barragem
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEIR	Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
TBE	Avaliação Baseada em Teoria
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRQ	Projeto Quilombolas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	28
2.1 A TRADIÇÃO DO CONFLITO COMO SUPORTE FUNDAMENTAL .....	29
2.2 O MÉTODO .....	31
2.3 O MATERIAL UTILIZADO .....	33
2.4 FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	36
<b>3 AGRICULTOR FAMILIAR ENQUANTO CONCEITO FUNDAMENTAL</b> .....	39
<b>4 DO TERRITÓRIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS E AO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	55
4.1 DO TERRITÓRIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS .....	55
4.2 AS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL .....	63
<b>5 REFORMA AGRÁRIA E A AVALIAÇÃO DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA</b> .....	67
5.1 A REFORMA AGRÁRIA .....	67
5.2 AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA SOBRE O II PNRA .....	73
<b>6 AVALIAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO PA ARAXITEUA</b> .....	77
6.1 ACARÁ NAS REGIONALIZAÇÕES .....	77
6.2 AVALIANDO A REFORMA AGRÁRIA NO PA ARAXITEUA .....	86
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108
<b>APÊNDICE</b> .....	113
<b>ANEXOS</b> .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) completa nove anos em 2012 e pode ser considerado a mais importante Política Pública para os espaços rurais no atual período do tempo. Baseado na concepção de Desenvolvimento Rural, o II Plano contempla não apenas os agricultores familiares do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também às populações ribeirinhas, comunidades rurais tradicionais, atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, ocupantes não índios das áreas indígenas, quilombolas e outros segmentos da população que habitam os municípios rurais e que não se dedicam às atividades não agrícolas (BRASIL, 2003).

A inclusão desses beneficiários pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) escondem as metas, os números e as avaliações, devido à demanda real ser os agricultores rurais familiares sem terra. Isso pode escamotear a reforma agrária enquanto política pública de acesso à terra. (INESC, 2006), (OLIVEIRA, 2007); (CARVALHO; AGGEGE, 2011).

É aí que estão os problemas. Como levar em consideração a reforma agrária apenas envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como principal ator? Como contabilizar reordenamento fundiário (arrecadação e reconhecimento) aos dados da reforma agrária? Quais são os aspectos teóricos e metodológicos para afirmar se agricultores familiares que fazem o uso da terra em territórios de colonização do século XIX no Território Rural do Baixo Tocantins são assentados da reforma agrária?

Essas três perguntas parecem ser repetitivas para uns, e, para outros podem representar novos olhares para a questão agrária na Amazônia. Também podem ser consideradas como novas interpretações sobre a implantação da reforma agrária na Amazônia como sendo apenas contabilizada para os números oficiais.

As perguntas formuladas acima não são as perguntas desta dissertação de mestrado. São uma introdução e uma provocação no sentido de mostrar o quanto é complexo estudar reforma agrária e avaliá-la. O II PNRA contém o Programa Novos Assentamentos, cujas metas da quantidade de assentamentos já foram avaliadas por Oliveira (2007) e mostraram como resultados, que essas metas não foram alcançadas. Segundo o autor, confundiu-se reforma agrária com reordenação

fundiária. E essa confusão mostra-se decisiva para os resultados das pesquisas sobre o II PNRA.

Utilizando os resultados dessa pesquisa e afastando-se dessa relação e confusão dos dados sobre reforma agrária e reordenação fundiária, o presente trabalho tem como objeto o balanço do Programa Novo Assentamentos no Município do Acará, através do Projeto de Assentamento (PA) Araxiteua. O balanço foi feito a partir da avaliação da forma e conteúdo, dos objetivos e metas do programa e sua operacionalização no PA Araxiteua no Município do Acará. A avaliação foi feita a partir dos impactos nas Comunidades Rurais: Bom Jesus, Braço, Vila Nova e Malvina, que formam esse Assentamento. Além desse recorte espacial, o recorte temporal foi entre os anos de 2006 a 2011.

Fez parte da pesquisa outros programas complementares do II PNRA, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Crédito Apoio e Crédito Fomento, como forma de estabelecer comparações e generalizações para todos os municípios que fazem parte do Território Rural do Baixo Tocantins. Por mais que seja problemático fazer esse tipo de generalização devido apenas ser um Projeto de Assentamento, é preciso entender a semelhança em suas formações socioterritoriais.

A Reforma Agrária enquanto tema dessa pesquisa pode ser analisada desde a década de 1960 no Brasil. Desde esse período, o assunto vem sendo debatido tanto pelas ciências sociais e humanas<sup>1</sup>, quanto por Partidos Políticos<sup>2</sup>. Além disso, nessa mesma década, o tema entrou na agenda da Política Pública, durante o curto período de governo de João Goulart<sup>3</sup> e pelos governos Militares<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Prado Jr. (1981), lança a segunda edição do livro *“A questão agrária no Brasil”*, reuniu artigos publicados na Revista Brasiliense, anteriores ao Golpe de 1964. No capítulo 3, intitulado A Reforma Agrária e o movimento nacional, onde analisa principalmente: os conflitos no Sul e Sudeste do Brasil devido à expansão do capitalismo no campo; à concentração fundiária; aos tamanhos dos lotes agrícolas; ao preço da terra; aos impostos rurais e; finaliza fazendo uma breve avaliação da Questão Agrária no Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Nesse período o principal Partido de oposição era o Partido Comunista Brasileiro (PCB), representado no Senado Federal por Luiz Carlos Prestes, onde fez um discurso e propondo um modelo de Reforma Agrária. Prestes apontou uma baixa produção agrícola, habitação, saúde e educação precárias, baixa densidade demográfica e transportes obsoletos. (STEDILE, 2005). Além do PCB, outro Partido representado pelo Deputado Federal Coutinho Cavalcante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também propôs o chamado Plano Geral da Reforma Agrária. Os principais elementos presentes eram: produtividade econômica do imóvel; fim da agricultura tradicional dando lugar às técnicas modernas e criação das Comissões Agrárias Municipais, entre outros. (STEDILE, 2005).

<sup>3</sup> O discurso em praça pública do então Presidente da República João Goulart, em 13 de março de 1964, onde lançara, no mesmo dia, seu Projeto de Reforma Agrária pelo Decreto nº 53700. Um projeto pequeno contendo 17 artigos, onde levava em conta o ambiente institucional federal, como o

A Reforma Agrária tão discutida e desejada pelos autores nos anos 1960, com destaque para Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, em fim, pode estar se concretizando. Não uma concretização nos moldes da Revolução Socialista como esses autores desejavam, mas, dentro das esferas do capitalismo monopolista financeiro e informacional. Sendo assim, como aceitar uma Reforma Agrária dentro de uma relação onde a propriedade da terra não foi conquistada pela luta, mas pela disputa por territorialidade em detrimento às desocupações de fazendas improdutivas ou griladas.

Depois, pelo primeiro governo após o período militar, quando no Governo Sarney fora elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária e pelo segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, onde entra a chamada Reforma Agrária de Mercado, baseado nos ideais do Banco Mundial e por fim, a partir do ano de 2003, durante o Governo Luis Inácio Lula da Silva, quando constrói o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Sendo este último, o enfoque desta pesquisa.

Foram discutidas várias formas de interpretações sobre a Reforma Agrária, elencando a política como principal dimensão a ser entendida como os do espaço agrário nacional. Tal viés foi idealizado durante as décadas de 1960 até 1990. Nesses trinta anos, essa dimensão fora base para a interpretação a partir da década de 1980, quando do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Somada à Questão Agrária<sup>5</sup>, onde se buscou identificar e entender a estrutura fundiária brasileira, na década de 1960, e a situação dos agricultores familiares, os problemas do espaço rural brasileiro ficaram reduzidos aos debates políticos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o Estado, a partir dos anos 1980, quando o MST surge como forma de organização e pressão social pela

---

Banco do Brasil, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA). Mas o que se podem destacar como importante a distância de 10 quilômetros dos eixos rodoviários e ferroviários federais. (STEDILE, 2005).

<sup>4</sup> Para Stedile (2005), o Estatuto da Terra, Lei 4504/64, foi a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil. Sendo que esta Lei vigora até os dias atuais.

<sup>5</sup> Na definição de Fernandes (2001): “é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história essa questão apresenta-se com características diversas relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2001, p. 23).

demanda de reforma agrária, identificado por Martins (2004) como sendo o impossível diálogo.

Ainda sobre a Questão Agrária<sup>6</sup>, Delgado (2005) fez uma análise histórica sobre a reflexão que esteve “fortemente ligada ao debate da reforma agrária”. Ao fazer críticas por meio do caminho da periodização, o autor busca atualizar levando em consideração relacionando a política neoliberal. Atualiza essa discussão e utilizou um indicador chave que é o agronegócio.

Por conseguinte, o escopo da Reforma Agrária, foi interpretado e entendido de forma geral por alguns autores de forma espacializada. Sendo que, ao espacializar, elencando na escala regional, tem-se na Amazônia Oriental brasileira o resultado do que aconteceu, no Sul e Sudeste do país, a partir da clássica interpretação da fronteira de penetração do grande capital, fundamentalmente, quando dos Grandes Projetos de colonização.

Essas interpretações, trazidas para o Estado do Pará, tiveram como *locus*, os já conhecidos conflitos entre Estado, agricultores sem terra, indígenas, as empresas nacionais e internacionais e grandes fazendeiros. É esse o breve cenário em que o tema da Reforma Agrária no Brasil se comportou, tanto como teoria, quanto empiria, como produto dos impactos sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e espaciais dos Grandes Projetos minerais, metálicos, e agrícolas, sendo este último dentro da lógica positivista e neoclássica da Revolução Verde.

A partir dos anos 1990 a Reforma Agrária continua na agenda das Políticas Públicas, tendo como fundamento e lógica, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento rural e suas diversas dimensões. Além disso, a categoria agricultura familiar entra também para as análises, formulações e execuções de Políticas Públicas agrárias no Brasil. (SCHNEIDER, 2003; 2010).

Para que se entenda a lógica e o fundamento da Reforma Agrária no atual período do tempo, é preciso entender primeiramente os debates científicos sobre as Políticas Territoriais para os espaços agrários e, alguns conceitos e categorias importantes como: camponês, agricultor familiar, políticas públicas, reforma do Estado, ordenamento do território<sup>7</sup> e desenvolvimento rural. Sendo que essas

---

<sup>6</sup> Resumindo a idéia de Delgado (2005), fica evidente que os indicadores atuais da Questão Agrária são: “força de trabalho” e a “ociosidade das terras”. Assim através desses indicadores, o autor busca discutir agricultura familiar e reforma agrária.

<sup>7</sup> No documento do II PNRA, está presente como reordenamento agrário e reordenamento do espaço territorial. (BRASIL, 2003). Também se pode verificar o termo ordenamento territorial no documento

categorias e conceitos aparecem no documento oficial institucional do Estado brasileiro representado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais foram os elaboradores e são os principais gestores do II PNRA e dos Programas complementares.

A Reforma Agrária passou a ser interpretada com mais complexidade, devido à introdução do conceito de desenvolvimento territorial rural sustentável. Visto que acompanha o paradigma da sustentabilidade pregada nas Políticas Públicas, como sendo a variável fundamental para o Planejamento do Desenvolvimento nas diversas dimensões.

Outro fator para o entendimento dos anos 1990 é a Constituição Federal de 1988 (SCHNEIDER, 2010) e, no que diz respeito à Reforma do Estado<sup>8</sup>, a participação, descentralização<sup>9</sup> e o controle social, outra característica ao regime federativo brasileiro no que tange às Políticas Públicas passa a reestruturar as funções da União, Estados e Municípios<sup>10</sup>. Nesse caso a inovação é que o município passa também a ser um ente federado.

Quanto às consequências das Políticas Públicas dentro do território nacional, teve-se por parte dos autores que se debruçaram em estudar o espaço agrário amazônico, a preocupação de utilizar escala da região. Entre eles se destacam os

---

do Ministério da Integração Nacional, denominado “Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial”. (BRASIL, 2005). E para Rocha; Lima (2009), Ordenamento do território é: “entendido como um processo de intervenção do Estado, que implica não somente a organização da superfície material da sociedade, mas igualmente, envolve todo o sistema de relações sociais que lhes dão substância. Trata-se de um conjunto de ações e programas que visa, de um lado, à socialização do espaço nacional, regional e local, através da dotação no território das condições materiais para a produção, e de outro às ações políticas e ideológicas em vistas a manter e transformar as estruturas sociais regionais e locais. (ROCHA; LIMA (2009, p. 222 apud ROCHA, 1999).

<sup>8</sup> Para Mathis (2001), a Reforma do Estado, dentro do discurso moderno, termina sendo “tratada e negociada dentro de estruturas e formas de um sistema político não moderno”. (MATHIS, 2001, p. 134).

<sup>9</sup> Sobre a descentralização Castro; Coelho (2001), afirmam que: “O Estado, no entanto, continua a exercer o papel organizador da ordem social, política e territorial. A descentralização entre poderes públicos, por razões diversas, não se constitui, todavia, em um acontecimento propriamente esperado. Acentuam-se as contradições entre discursos e práticas. As mudanças acabam por assumir as características de desconcentração das ações e atividades do Estado mais do que a descentralização.” (CASTRO; COELHO, 2001, p. 289).

<sup>10</sup> Nessa relação federativa, Castro (2005), define que “A escala municipal é, portanto significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea que vai desde a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão. Paralelamente, este é o recorte que revela, em escala reduzida, comportamentos, valores e preferências que permitem compreender traços característicos e diferenças regionais na sociedade nacional” (CASTRO, 2005, p. 134).

trabalhos de Hurtienne (2001, 2005), ao tratar de fatores internos, naturais e artificiais às realidades diferenciadas existentes por agricultores rurais familiares na região, principalmente no Estado do Pará. Para esse autor, o que determina o desenvolvimento nos recortes regionais é a atuação das instituições. E Costa (2005)<sup>11</sup>, ao afirmar existir um macro desafio institucional do governo federal na região amazônica para o período atual.

Os dois autores acima contribuíram para o entendimento das dimensões social e econômica. Assim esta pesquisa levou em consideração a dimensão espacial (expressa aqui como territorial). Para assim, de forma interdisciplinar, dar conta de explicar os impactos produzidos no PA Araxiteua.

O Projeto de Assentamento Araxiteua, como objeto da pesquisa, foi escolhido a partir de um critério subjetivo, onde a vivência do pesquisador sobrepõe qualquer outra forma de escolha do objeto e do recorte espacial e temporal da pesquisa. A vivência aqui citada parte da ideia de Weber (2002), quando cita o termo “experiência vivida”. Esse é o critério inicial para a escolha da pesquisa. Dessa forma, esse trabalho se ancora na ideia weberiana sobre a vocação científica. Assim o critério subjetivo foi o principal e não quer dizer que o objetivo está fora desse processo. Um critério completa o outro e vice-versa.

A “experiência vivida” durante os anos de 2008 e 2009, quando da função de Professor de Geografia na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paiva Melo para as séries de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> e para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A única Escola existente de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> e EJA, ao entorno das Comunidades aqui estudadas, se tornou, para este pesquisador, um espaço importante, posto que nas aulas, principalmente do EJA, que era frequentada pelos assentados e não assentados, os quais faziam, a partir de suas vivências como agricultores e agricultoras rurais familiares, sindicalistas, aposentados e aposentadas, discussões a partir dos temas geradores durante os dois anos.

A vivência com os atores nos seus territórios resultou em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Assim, dando continuidade a função de Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia (Pesquisador e Professor), nos motivou a fazer esta pesquisa de cunho interdisciplinar, para entender as consequências (relação entre

---

<sup>11</sup> Para Costa (2005): “É função do Estado, na Amazônia, e certamente um macrodesafio do poder federal na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas e sustentáveis de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações.” (COSTA, 2005, p. 132).

teoria e empiria) nessas comunidades onde as casas que completariam o assentamento estavam sendo construídas.

Do ponto de vista acadêmico para os autores que afirmaram que a Reforma Agrária parece não estar acontecendo ou não está acontecendo realmente, é difícil de aceitar. Contudo, o resultado aqui obtido tem suas conclusões feitas no sentido de dar voz e oportunidade aos agricultores familiares assentados do Assentamento Araxiteua, para que estes possam mostrar suas próprias percepções de mudanças ou não, como assentados. Portanto os resultados obtidos contrariam as ideais sobre a não reforma agrária. O que foi descoberto tem haver com a percepção de melhoria da qualidade de vida social e econômica das famílias assentadas.

Optou-se na pesquisa a forma de regionalização<sup>12</sup> adotada pelo MDA/INCRA. Essa forma não influenciou nos resultados, o importante é que os casos são semelhantes para Municípios considerados de colonização antiga, em que as formas de uso da terra ao longo do período do tempo permanecem com algumas características importantes, como a agricultura de corte e queima, sem o uso de tecnologias avançadas, conhecidas como *shifting cultivation* (HURTINNE, 2001, 2004, 2005).

O recorte espacial da pesquisa é um recorte territorial do estado do Pará considerado diferente da trajetória de agricultores familiares do Sul e Sudeste do Pará, quando da implantação dos grandes projetos agropecuários, agroflorestal e minero metalúrgicos das décadas de 1970 e 1980 e início dos anos 1990, quando da expansão dessas fronteiras e os impactos negativos para populações camponesas paraenses, migrantes e posseiros.

Além do Programa Novos Assentamentos procurou-se abranger e analisar de forma integrada e mista o programa complementar como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF). Os créditos apoio, fomento e instalação, visto que tem influências diretas nos resultados das entrevistas e questionários.

---

<sup>12</sup> As regionalizações oficiais são a clássica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde o Estado do Pará é dividido em Mesorregião e Microrregião, no caso do Município do Acará que está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense e na Microrregião Homogênea de Tomé-Açu; a regionalização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Acará faz parte do Território Rural do Baixo Tocantins e; a última mais atual é a do Governo do Estado do Pará, onde regionalizou o Pará em 12 Regiões de Integração, sendo o Acará localizado na Região de Integração do Tocantins. Estas regionalizações serão explicadas no capítulo empírico. Depois das discussões com o Orientador optou-se pela regionalização do Território Rural do Baixo Tocantins.

Nesse ponto, a análise não foi somente econômica e nem economicista neoclássica<sup>13</sup>, mas integrada, onde as variáveis e seus indicadores chave para esta pesquisa foram a social, geográfica, econômica e institucional. Todas importantes para dar um crédito de abrangência que requer e se obriga a fazer uma avaliação de política pública.

A avaliação de política pública tem várias formas e métodos para ser realizada. Optou-se aqui pela avaliação de impacto proposta por Rua (2002). Os impactos no assentamento foram interpretados a partir dos objetivos presentes no documento oficial denominado “II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural”. No capítulo 5 consta um quadro-resumo sobre os objetivos, as dimensões e os programas. Dentro do documento está contido o “Programa Novos Assentamentos”, o qual o PA Araxiteua está baseado. O II PNRA foi lançado como Política Pública em 2003. Somente no ano de 2006 começa a ser executado nas comunidades rurais Bom Jesus, Braço, Malvina e Vila Nova. São essas que compõem o Projeto de Assentamento Araxiteua.

A partir do que foi exposto acima, esta dissertação tem como questão central: A aplicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária alcançou seus objetivos no Território Rural do Tocantins? As questões secundárias são: a) Quais foram os impactos produzidos pelo Programa Novos Assentamentos e pelo PRONAF no Projeto de Assentamento Araxiteua do Município do Acará? Até que ponto os impactos sociais, econômicos, institucionais e territoriais do Programa Novos Assentamentos no Projeto de Assentamento Araxiteua não parece ser Reforma Agrária e sim um reordenamento fundiário?

Dentro dessas perguntas, formulou-se o objetivo macro que foi fazer uma avaliação integrada do II Plano Nacional de Reforma Agrária tendo como referência seus objetivos e os resultados obtidos no Território Rural do Tocantins. E especificou-se como objetivos secundários: a) Identificar os impactos produzidos pelo Programa Novos Assentamentos e pelo PRONAF no Projeto de Assentamento Araxiteua do Município do Acará; b) Analisar até que ponto os impactos sociais,

---

<sup>13</sup> Para Ploeg (2009) “A economia neoclássica privilegia o mercado como elemento central de construção social. Tem como o princípio ordenador a livre iniciativa individual e a busca do equilíbrio ótimo entre essas iniciativas que, em tese, beneficiaria o conjunto da sociedade. As perspectivas institucionalistas rejeitam a ideia das preferências individuais em equilíbrio ótimo pela ação dos mercados e enfatiza os espaços institucionais (que incluem os agentes do mercado) na determinação das opções econômicas da sociedade” (PLOEG, 2009, p. 23).

econômicas, institucionais e territoriais do Programa Novos Assentamentos no Projeto de Assentamento Araxiteua não parece ser Reforma Agrária e sim um reordenamento fundiário; e c) Entender as relações de participação entre as instituições da União, Estado e Município com a Associação do Projeto de Assentamento do Araxiteua, com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Acará, embora este último não esteja no documento do II PNRA como participante da Política de construção e implantação dos assentamentos.

As hipóteses que nortearam a pesquisa foram: o estado brasileiro com a aplicação do II PNRA alcançou parcialmente seus objetivos no Território Rural do Tocantins devido à relação entre união, estado e municípios ter sido fraca quanto às parcerias institucionais como educação e saúde. As instituições rurais não levaram em consideração as especificidades e os problemas geográficos de cada município, daí a sustentabilidade ser inexistente.

Quanto ao parcelamento desses objetivos, ficou evidente que de um ponto de vista do uso do solo já existente, a relação entre o PRONAF e os agricultores familiares teve aspectos predominantes positivos. Por mais que a relação federativa não tenha funcionado como está previsto na Constituição Federal de 1988; b) O impacto social, econômico, institucional e territorial no Projeto de Assentamento Araxiteua não se caracteriza como reforma agrária uma vez que os agricultores familiares já estavam territorializados quando das construções das casas de assentamentos.

Contudo, o PRONAF e os créditos apoio e fomento entram como um dos programas constituintes da reforma agrária, pelo ponto de vista da distribuição das terras o PA Araxiteua não pode ser contabilizado como reforma agrária. Na visão de outros autores e dos agricultores familiares, as casas de assentamento são reforma agrária devido nenhuma política anteriormente ser bastante dinâmica e distribuir utensílios domésticos e de produção, como também energia elétrica.

Esta pesquisa tem como relevância teórica contribuir para o pensamento científico das ciências sociais e humanas na discussão da reforma agrária, desenvolvimento territorial rural e avaliação de políticas públicas para territórios rurais. A dimensão teórica é no sentido da amplitude das políticas com relação à Amazônia Oriental brasileira. Agricultores familiares territorializados podem ser incluídos nos números oficiais da reforma agrária.

A contribuição prática é fazer comparações metodológicas dos antigos e novos assentamentos entre o Nordeste, o Sudeste e o Sul do Estado do Pará. Dessa forma, a avaliação interdisciplinar do II Plano Nacional de Reforma Agrária será feita a partir do momento em que esta pesquisa utiliza métodos mistos. A abrangência metodológica poderá servir de base para outros estudos sobre reforma agrária e desenvolvimento territorial rural.

Portanto, as justificativas acima são necessárias para um debate acadêmico mais amplo. Os aspectos teóricos e metodológicos devem ser levados em consideração para servir de modelo ou mesmo para adaptar a outras pesquisas interdisciplinar, geográfica, econômica e sociológica.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de cunho teórico e empírico sobre a reforma agrária, agricultura familiar, avaliação de política pública e território para ter um panorama sobre território rural e desenvolvimento rural.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores das instituições rurais como o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável do município do Acará, o Secretário de Agricultura, a Diretora do Departamento de Educação do Campo, um diretor do INCRA da subsede de Tomé-Açu, com o Presidente da Associação dos Assetados do PA Araxiteua e com os chefes, quando suas respostas aos questionários fechados davam atenção para elementos não postos nas perguntas.

Teve a aplicação de questionários estruturados e fechados para obter informações das variáveis e seus indicadores econômicos, sociais, institucionais e territoriais. O tratamento e forma de análise dos dados teve como ferramentas o uso de mapas temáticos obtidos no site do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA) coordenado pelo Professor e Pesquisador Bernardo Mançano Fernandes Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente do estado de São Paulo.

Ainda quanto aos dados secundários, teve como base pesquisas nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Levou-se em consideração a validade temporal e espacial desses dados.

Quanto aos dados primários obtidos dos questionários e das entrevistas, houve tratamentos qualitativos e quantitativos pelo uso do Programa Excel e o método de triangulação com o peso qualitativo. O método utilizado foi os métodos mistos com peso qualitativo baseado em Criswell (2010).

O primeiro capítulo contempla esta introdução. No segundo é abordada a metodologia como suporte fundamental distribuída em subcapítulos onde nestes, são tratados a tradição do conflito, o método, o material coletado, a forma de análise dos dados e discussão dos resultados.

No terceiro capítulo foi realizada uma abordagem sobre agricultura familiar onde autores importantes foram citados. As comparações de ideias foram necessárias para mostrar a eficácia das interpretações sobre esse conceito, embora tenha sido citados autores com interpretações distantes do recorte espacial desta pesquisa. Por isso, tentou aproximar da empiria através de autores que divergiram e divergem de toda uma literatura sobre o comportamento da agricultura familiar no Nordeste paraense. Com isso optou-se pela teoria de Schneider (2010a), onde ilustra, classifica e conclui sobre os atores agrários e define o agricultor familiar.

O quarto capítulo contempla a discussão sobre o desenvolvimento rural. Teoria que orientou o Programa Novos Assentamentos importante para entender os objetivos do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Para contrapor a teoria do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do II PNRA, optou-se será pelas proposições feitas por Hurtienne (1999, 2001, 2004, 2005). Por mais que não seja necessariamente uma proposta teórica do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia Oriental, ficam implícitos em seus artigos, caminhos para explicar as realidades agrárias na Amazônia oriental e para o Estado do Pará. Ele chegou a essas conclusões a partir de pesquisas teóricas e empíricas, com metodologia comparada e confrontando resultados de pesquisas anteriores as suas, e pesquisas contemporâneas.

Depois foi feito o debate sobre o território tendo como referências autores da ciência geográfica devido, até então, ser a ciência que mais está fazendo discussões sobre esse aspecto conceitual. Ainda nesse mesmo capítulo, aprofunda-se a discussão territorial estabelecendo uma relação da escala do território como sendo a operacionalização do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Será mostrado o material cartográfico na forma de mapas sobre os territórios rurais

brasileiros, disponibilizado pela Secretaria de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com enfoque no território do Baixo Tocantins.

No quinto foi realizada uma atualização dos dados sobre a reforma agrária no Brasil. Destacam-se os números de assentamentos e famílias assentadas no Brasil, na Amazônia Legal e no Pará. Compararam-se os dados sobre a reforma agrária dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

O sexto capítulo contempla as regionalizações dentro do caso Acará. O Projeto de Assentamento Araxiteua aparece como residual. Pelo contrário, vê-se as produções da agricultura familiar crescer. Análise e discussão dos resultados é a parte final desse capítulo.

Os resultados demonstram que os impactos foram mais positivos do que negativos. O impacto negativo foi mensurado a partir da variável social. As variáveis social, territorial e econômica resultaram em uma melhoria na renda e na qualidade de vida dos assentados. Destacam-se como negativos, a não aplicação da assistência técnica, a não aplicação do PRONERA e não liberação do crédito apoio mulher.

Do ponto de vista dos assentados, 71 das 80 famílias estão satisfeitas com os atendimentos das demandas sindicais. Após a construção das casas do assentamento, os serviços e a integração passou a melhorar.

Portanto, os resultados positivos foram a liberação e aplicação do crédito inicial, a introdução da rede de energia elétrica e a facilidade do acesso ao PRONAF. Conclui-se que o II Plano Nacional de Reforma Agrária cumpriu uma parcela significativa dos seus objetivos.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa interdisciplinar é um desafio para qualquer cientista social que pretende investigar e responder as nuances de um problema. Para esta pesquisa foram utilizados elementos fundamentais da Geografia, Sociologia e Economia. O uso dessa tríade científica foi devido ao tema a ser pesquisado ser complexo e polêmico tanto para a teoria quanto para metodologia.

A Geografia apresenta-se aqui como uma ciência nova dentro do cenário de sua epistemologia. Sendo essa a ciência datada e institucionalizada no final do século XIX, tem em sua essência, uma tradição interdisciplinar. Nesse sentido, predominou nessa pesquisa a análise teórica do território. Aqui o território foi visto como operacional e não somente teórico, Buscando-se, apresentá-lo conectado com a matriz teórica do território rural do MDA/INCRA. Daí uma busca empírica sem rodeios teóricos, ou seja, mais aplicabilidade do que revisão conceitual.

Outro recurso geográfico foi a análise do uso da terra, onde se levou em consideração a produção material no PA Araxiteua a partir do ano da implantação do II PNRA. Sociologicamente o ponto de partida do recurso, foi a matriz alemã da sociologia, baseada em Karl Marx e Max Weber. Baseando-se em Collins (2009), as temáticas utilizadas por esses autores como a política e as instituições foram alguns dos fundamentos da Sociologia. Essa parte será discutida com profundidade mais adiante, ainda neste capítulo.

O panorama da Economia agrária foi usado no sentido dos créditos agrícolas. O PRONAF como fomento à produção data de 1999 e adentra no II PNRA como âncora da dimensão econômica. Porém, o crédito não é o único recurso da economia agrária aqui utilizado, além dele, a forma histórica do uso da terra independentemente do PRONAF, a pesca, a caça, a extração e a agricultura, também foram considerados indicadores econômicos da pesquisa.

Outra forma econômica são as rendas da aposentadoria e pensão. A pesquisa feita por Shwarzer (2000) mostrou a complementação da renda familiar como forma positiva para o desenvolvimento rural, assim como o crédito apoio ou crédito fomento, também foi um elemento econômico. Contudo, na satisfação e percepção de desenvolvimento não apenas pode ser analisado como um dos indicadores econômicos. Nesse ponto, a hipótese sobre o não desenvolvimento foi derrubada pelas entrevistas e questionários. Por isso, esse crédito foi colocado

como indicador social, devido à aquisição de utensílios domésticos e de trabalho na roça, fizeram com que o impacto tenha sido considerado como positivo para os assentados.

As conexões geográficas, sociológicas e econômicas não aparecerem separadas, foram apresentadas mistas e ligadas entre si. Dessa forma, o objetivo aqui foi mostrar sucintamente uma interdisciplinaridade tripla. Por mais que seja complexa, a interdisciplinaridade faz com que o trabalho da pesquisa possa ser mais explicativo e não descritivo.

## 2.1 A TRADIÇÃO DO CONFLITO COMO SUPORTE FUNDAMENTAL

O conflito social aqui exposto baseou-se na ideia de Collins (2009), quando apresentou a existência de quatro tradições sociológicas<sup>14</sup>. A eleita para esta pesquisa foi a Tradição do Conflito. O conflito aqui visto foi entendido como a análise e o entendimento sobre a Reforma Agrária, o Território e o Desenvolvimento Rural. Esses três temas estão intrínsecos e interdependentes no II PNRA e faz parte de um marco teórico e metodológico de autores que debateram e debatem os três temas citados acima.

Para Collins (2009) os fundadores e norteadores da Tradição do Conflito foram Karl Marx e Max Weber. Ambos possuem linhas de pensamento semelhantes. Sendo os focos das análises foram os elementos que fazem funcionar o capitalismo na sua essência: ideologia; lucro; política e instituição. Esses elementos estão presentes no tema da Reforma Agrária. E no PA Araxiteua, apareceu forte e fundamental para que os objetivos fossem alcançados. A importância desses elementos revelam as formas como os autores produziram e produzem suas pesquisas. Collins (2009), afirma que a Tradição do Conflito tem como objetivo:

Apreender a dinâmica da ideologia, e, da legitimidade, as condições de mobilização dos grupos de autointeresse e a economia da cultura. Para a tradição do conflito, as ideais são armas e sua posse é determinada pela distribuição dos recursos sociais e econômicos. (COLLINS, 2009, p. 13).

---

<sup>14</sup>Collins (2009) teoriza a existência de quatro tradições sociológicas as quais são: a do Conflito; a Racional-Utilitarista; Durkheimiana e a Microinteracionista.

Na passagem acima é mostrado como o conflito pode ser explicado e entendido. A intenção de utilizar a Tradição do Conflito é de desvendar, conectar e mostrar os conflitos dos autores que debatem o tema da Reforma Agrária. Essa tradição dá o suporte para não serem discutidas apenas meras revisões conceituais, e sim, como e de que forma os autores vêm se digladiando nos últimos trinta anos. Assim, esmiuçar quais foram suas teorias, metodologias, problemas e objetivos fazem parte da crítica, enquanto forma de resolver o problema teórico e metodológico da Reforma Agrária. Por isso, os autores eleitos para esta pesquisa são chaves para abrir as caixas teóricas, políticas e ideológicas.

Dentro do tema principal da pesquisa que é a Reforma Agrária, optou-se por dialogar e fazer conexões de conflito com os autores do Território e do Desenvolvimento Rural. Cada autor teve e tem sua contribuição. Uns para opções mais de embate direto com o Estado e as instituições rurais, outros com autores e para ambas as dimensões. Isso é encontrado claramente nas opções políticas e ideológicas dos autores mais importantes para esses temas.

Ainda sobre a Tradição do Conflito, na ciência geográfica aparece a operacionalização dos autores sobre o Território. Na verdade, como a Geografia pode ter influenciado os debates sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial? Qual a matriz teórica influenciou as instituições rurais para implantarem territórios rurais, no caso, o MDA/INCRA? Um dos territórios rurais é o do Baixo Tocantins, onde o Município do Acará está localizado. Contudo, essa pesquisa não se trata de um estudo de caso. É um estudo sobre a avaliação do Programa Novos Assentamento que está contido no II PNRA.

A partir do PA Araxiteua, pode-se generalizar os impactos positivos e negativos para municípios que tem semelhanças de formação socioterritorial, modo de vida e uso da terra. Na essência, o conteúdo material produzido a partir das construções dos novos assentamentos tem resultados semelhantes não apenas nos 11 municípios do Baixo Tocantins, sim para o restante do Nordeste Paraense, excetuando, os municípios do estuário e as populações das Reservas Extrativistas (RESEX's) como a Ipaú Anilzinho em Baião, Mãe Grande em Curuçá, a Marinha Gurupi-Piriá em Viseu e a São João da Ponta cuja denominação é do próprio município.

Esse entendimento baseia-se nos estudos sobre a Bragantina estudada por Penteado (1967), Costa (2000, 2009) e Hurtienne (1999, 2001, 2004, 2005). Sendo que as referidas pesquisas apontam para mais semelhanças do que diferenças.

A Tradição do Conflito é um panorama e suporte teórico e metodológico que norteia esta pesquisa. Ela é base para a teoria utilizada para o material e método escolhidos. Portanto, essa tradição tem como contribuir para a pesquisa apresentada principalmente para a interdisciplinaridade.

## 2.2 O MÉTODO

Para analisar a problemática da pesquisa será necessário proceder de forma coerente de acordo com as questões a serem respondidas e aos objetivos a serem alcançados. Dessa forma a pesquisa utilizará os métodos mistos onde se fará a conexão de dados qualitativos e quantitativos. Assim, Creswell (2010) propõe que:

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa e a mistura das duas abordagens em um estudo. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo. Por isso, é mais do que uma simples coleta e análise de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada. (CRESWELL, 2010, p. 27).

A definição acima mostra a relevância de utilizar esse método. A abordagem geral é uma forma de entender a macropolítica para os espaços agrários brasileiros, amazônicos e paraenses. Nesse ponto é preciso voltar para o entendimento sobre as construções dos assentamentos a partir do ano de 2003. Contudo os dados sobre os assentamentos anteriores ao II PNRA são levados em consideração, foi feita uma comparação da construção dos assentamentos em três períodos. O primeiro vai até o final do regime militar, o segundo durante os oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso e o terceiro são os também oito anos de Luis Inácio Lula da Silva.

Os métodos mistos segundo Creswell (2010, p.241) apresentam quatro aspectos fundamentais: “distribuição do tempo; atribuição de peso; combinação e teorização”. A distribuição do tempo relaciona-se com os períodos das coletas dos dados qualitativos e quantitativos. Dependendo da intencionalidade do pesquisador,

ele atribuirá tempo primeiro ao qualitativo ou ao quantitativo ou aos dois ao mesmo tempo. No caso desta pesquisa, os dados primários foram coletados ao mesmo tempo no PA Araxiteua. Os questionários fechados deram suporte para respostas e perguntas não estruturadas. Isso aconteceu principalmente quando os chefes de famílias mais idosos se posicionaram. Dessa forma, a coleta em campo funcionou realmente como o método misto.

Na atribuição de peso, o autor diz que pode haver um predomínio do tratamento qualitativo ou quantitativo. Como esta pesquisa é uma avaliação de política pública, foi levada em consideração a percepção de desenvolvimento rural e de reforma agrária, para os beneficiários do programa Novos Assentamentos, por isso, a coerência foi para o peso qualitativo.

Quanto ao aspecto combinação, Creswell (2010) afirma que:

Combinar significa ou que os dados qualitativos e quantitativos estão realmente fundidos em uma extremidade do contínuo; ou são mantidos separados na outra extremidade do contínuo; ou ainda se estão de algum modo, combinados entre esses dois extremos. Os dois bancos de dados devem ser mantidos separados, porém conectados; por exemplo, em um projeto de duas fases que começa com uma fase quantitativa, a análise dos dados e seus resultados podem ser utilizados na identificação dos participantes para a coleta de dados quantitativos e qualitativos estão conectados durante a fase da pesquisa. (CRESWELL, 2010, p. 243-244).

Estrategicamente a combinação é um processo decisivo no caminhar da pesquisa. Os dois bancos de dados devem estar em comunicação. No trecho acima, o autor deixa o pesquisador à vontade. Cabe a ele, escolher o seu caminho dentro do universo empírico. A importância está na coerência da escolha.

O último aspecto é a perspectiva teórica. A iluminação teórica da pesquisa é importante para qualquer cientista social. Entende-se que deve ser verificado se a teoria utilizada tem como fundamento o uso misto. Pode ser encontrada uma explicação que dependerá do caso. Aqui na pesquisa, os autores chave, se debruçaram para aspectos metodológicos mais qualitativos. Contudo, os elementos quantitativos estão presentes e determinantes para seus resultados.

Os métodos mistos nortearam esta pesquisa. Aspectos mostrados acima foram seguidos em uma sequência lógica devido o material utilizado ser abundante para a dimensão micro da empiria.

## 2.3 O MATERIAL UTILIZADO

Os primeiros passos serão a revisão bibliográfica de cunhos teóricos e empíricos de pesquisas em formas de monografias, dissertações e teses acerca do tema, principalmente da realidade do Nordeste Paraense e do Município do Acará. As revisões serão feitas de conceitos e categorias como: Reforma Agrária, Políticas Territoriais para o rural, Territórios Rurais, Avaliação de Políticas Públicas, Desenvolvimento rural e Agricultor Familiar.

Uma das etapas da metodologia foi fazer a avaliação de impacto realizado por Rua (2002), com o intuito de incluir os *stakeholders* do programa. O importante na análise do autor é como ele observa a partir do processo avaliativo, os pressupostos teóricos, as teorias do programa, os objetivos, as variáveis utilizadas, a metodologia do programa para avaliar os impactos.

Avaliação de Impactos para Rua (2002), “trata-se de avaliação de um ou mais resultados de médio ou longo prazo, definidos como ‘impactos’, ou seja, conseqüências dos resultados imediatos”. Em outra passagem, a autora, afunila mais a conceituação de Avaliação de Impacto. Ela cria o conceito de Avaliação de Impacto Social. Então para Rua (2002) esse conceito [...]

[...] trata-se de um conjunto de estratégias destinadas a isolar e mensurar as conseqüências dos resultados obtidos com as políticas, programas ou projetos. Um dos grandes desafios da Avaliação de Impacto é conseguir isolar, em uma situação específica, as mudanças ‘naturais’ – por assim dizer – as mudanças ‘provocadas’, ou seja: i) resultantes de uma determinada intervenção, cujo impacto se pretende avaliar; e ii) resultantes de outras intervenções. (RUA, 2002, p. 19).

Essa passagem demonstra que a empiria passa ser importante no que diz respeito ao isolamento. Contudo esse isolamento não quer dizer que seja apenas um estudo de caso. O importante para esta pesquisa é poder avaliar a partir dos impactos. Sendo que eles já estão presentes como perguntas, objetivos e hipóteses. Quanto às mudanças provocadas, em outra passagem, a mesma autora enuncia que:

Os impactos sociais igualmente podem variar em intensidade. Por exemplo, uma intervenção pode transformar radicalmente os padrões de vida, hábitos e comportamentos de um grupo ou população ou mudá-los apenas marginalmente. Os impactos sociais variam, também, conforme a extensão no espaço. Ou seja, determinadas

intervenções têm impacto localizado, outras têm desdobramentos sobre áreas contíguas, mais ou menos amplas, alterando a distribuição da população, provocando migrações, etc. (RUA, 2002, p. 21, grifo do autor).

Na citação em questão, destacam-se a intensidade e a extensão espacial. Estes dois elementos são fundamentais no processo avaliativo. No caso do Assentamento Araxiteua, esta orientação foi seguida. No cruzamento dos dados, verificou-se a importância da generalização, devido os critérios da regionalização utilizado que foi o Território Rural do Baixo Tocantins.

Por conseguinte, como aproximação teórico-metodológica sobre Avaliação de Política Pública foi seguido os três passos metodológicos colocados por Rua (2002) que aqui se cita apenas dois. Os referidos são:

1 – O marco conceitual que define o que a política / programa ou projeto deve realizar. Ou seja: os objetivos máximos, as metas, as estratégias ou atividades (ações) selecionadas para atingir objetivos e metas e as relações supostamente existentes entre os objetivos estabelecidos e as ações propostas. 2 – Os stakeholders, ou seja, todos os atores que tenham algum tipo de interesse na política / programa / projeto: os gestores, as populações alvo, os fornecedores de insumos, os financiadores (inclusive os contribuintes), os excluídos e os diferentes seguimentos da sociedade civil envolvidos direta ou indiretamente. Especificamente útil, neste ponto, é a matriz de análise de stakeholders, em anexo. (RUA, 2002, p. 11-12).

Esse dois passos foram seguidos como metodologia. Compararam-se os materiais empíricos e secundários, no sentido de dar mais ênfase à pesquisa. O elemento fundamental parte dos *stakeholders*. Essa identificação é necessária porque todos os atores podem entrar no processo avaliativo.

No caso do projeto em questão, os *stakeholders*<sup>15</sup> do Programa Novos Assentamentos são: INCRA Sede Regional- SR 01 de Belém e Sub-sede em Tomé-Açu<sup>16</sup>; Camponeses das comunidades onde os assentamentos foram implantados;

<sup>15</sup> Sobre isso os *stakeholders*, no caso da pesquisa, não fazem presente, os agricultores rurais familiares das comunidades que não foram implantados os assentamentos, mas são importantes devido a proposta de comparação. O Sindicato Rural não se faz presente, devido no documento do II PNRA, estabelecer para que o campesinato seja contemplado, crie Associação de Trabalhadores Rurais. Nesse ponto, surgem questionamentos, sobre o porquê de o Sindicato Rural estar de fora desse Programa. Isso será desvendado no decorrer da pesquisa.

<sup>16</sup> Sobre o Município de Tomé-Açu, na primeira aproximação, verificou-se que com o Presidente da Associação não sabe o porquê sobre Tomé-Açu e não Belém. No entanto, consultando os documentos do IBGE, verificou-se que o Município do Acará, faz parte da mesorregião do

Associação dos Assentados do Araxiteua; Secretaria Municipal de Agricultura do Acará, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do mesmo Município e Banco da Amazônia (BASA) de Tomé-Açu.

As variáveis e os indicadores mistos (qualitativos e quantitativos) que foram analisados serão:

- a) **Social.** Indicadores: escolaridade; demografia e suas faixas etárias; acesso a serviços de saúde; alimentação e; tempo de trabalho diário.
- b) **Econômico.** Indicadores: créditos fomento e PRONAF; rendas diárias e/ou semanais a partir da produção, da extração e da criação; aposentadoria rural, bolsa família; comercialização nas cidades de Marituba, Ananindeua e Belém.
- c) **Institucional.** Indicadores: capacidade de fortalecimentos da Associação; participação sindical e capacidade coletiva e individual quando das reuniões abertas com o INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER) e Banco da Amazônia (BASA).
- d) **Territorial.** Indicadores: uso da terra; modo de vida; relação campo-cidade; mudanças e permanências da paisagem e da configuração territorial.

A coleta dos dados qualitativos e quantitativos se deu tanto da forma de dados primários, quanto dos dados secundários. Assim, os procedimentos primários tiveram as seguintes fases: I) qualitativa - entrevistas não estruturadas com: os moradores que moram mais tempo nas Comunidades no sentido de mensurar a forma como a Teoria do II PNRA não pode ser concretizada; com os membros da Associação do Projeto de Assentamento Araxiteua, os quais são os representantes das quatro comunidades assentadas em reuniões fechadas com o INCRA, os técnicos do INCRA envolvidos diretamente nos Projetos de Assentamento do II PNRA.

Nas Sedes do INCRA na Cidade de Tomé-Açu e da EMATER na Cidade do Acará. Com o Presidente do Sindicato Rural do Acará, o Secretário Municipal de Agricultura e o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável; II) quantitativa - questionários fechados com todos os moradores com idades idosa, adulta e jovens contendo perguntas a cerca dos elementos da teoria do II PNRA, dentro das quatro variáveis propostas nesta pesquisa. Nesse ponto será

levado em consideração o período sazonal que influencia no tempo diário da produção e da extração.

Os procedimentos de dados secundários serão de naturezas qualitativas e quantitativas que são: I) dados disponíveis na internet nos sites do: MDA/INCRA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial onde se localizam as políticas, projetos territoriais e a concepção teórica de territórios rurais. Ainda neste site, localiza-se o balanço das Políticas Territoriais que envolvem o II PNRA, no período de 2003 a 2010; a recente divulgação da Pesquisa de Avaliação dos Assentamentos de Reforma Agrária; contém as publicações do II PNRA, apresentados ao longo deste projeto; a ampliação do volume de recursos públicos para as construções de mais assentamentos; II) no site do IBGE, no intuito de obter dados sobre o Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Censo Demográfico de 2010.

Onde contém as informações sobre os Assentamentos Rurais a partir de 2003; III) no site do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), instituição associada ao MDA/INCRA, que contém dados disponíveis sobre as Políticas Territoriais e publicações, onde envolvem a Educação do Campo, em assentamentos e para os projetos de assentamentos. Sobre isso, também será pesquisado no site do Ministério da Educação; IV) documentos na sede da Secretaria Municipal de Agricultura na Cidade do Acará e; documentos na sede do Sindicato Rural na Cidade do Acará.

## 2.4 FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Além desses procedimentos de coleta, para analisar os dados, analisar os documentos, cruzar, discutir os resultados qualitativos e quantitativos das fontes primárias secundárias, será necessário utilizar as ferramentas do programa Excel no intuito de relacionar as variáveis e seus respectivos indicadores. Serão construídas tabelas<sup>17</sup> e gráficos das fontes primárias quando da coleta dos questionários e das fontes secundárias obtidas.

---

<sup>17</sup>Para isso, adotar-se-á a estratégia exploratória sequencial, que segundo Creswell (2010, p.248), “A estratégia exploratória sequencial envolve uma primeira fase de coleta e de análise de dados qualitativos, seguida de uma fase de coleta e de análise de dados quantitativos que é desenvolvida sobre os resultados da primeira fase qualitativa”.

Outros procedimentos a serem feitos serão os registros fotográficos para mostrar, analisar e discutir a e somar à variável territorial da paisagem e da configuração territorial<sup>18</sup>. Como também a elaboração de um material cartográfico com o suporte do Sistema de Posicionamento Global (GPS) (já realizado para coletar os pontos de localização das comunidades), para situar as distribuições territoriais dos assentamentos, produção, uso da terra, escola, posto de saúde e venda nos mercados.

A abordagem teórico-metodológica aqui feita foi a técnica dos métodos mistos onde faz a relação entre a natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. A opção por este método foi devido os dados terem um trato em que combinasse os recortes espaciais e temporais dentro de um período pelo menos de 40 anos. Isso faz sentido no momento em que o material coletado para os capítulos 2 e 3 fazem um balanço desde a década de 1970 até 2010, período da construção das diversas formas de assentamento. Dessa forma, a distribuição espacial desses assentamentos deve ser mostrada no recorte nacional, regional, estadual e municipal. Além desses dados, a verificação fundiária do uso da terra foi feita com o tratamento cartográfico. Para isso, foi preciso condensar o número de assentamentos distribuídos no Estado do Pará.

O censo agropecuário de 2006, como resultados preliminares disponíveis na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também teve um tratamento misto devido o confronto ser necessário e fundamental para cruzar e generalizar a política no Nordeste Paraense. Ainda nos dados do IBGE, a demografia foi considerada devido ser feito para o Nordeste Paraense a quantidade de pessoas localizadas no espaço urbano e relacionar a quantidade populacional com o número de assentamentos construídos.

Foram usados os resultados da pesquisa realizada em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

---

<sup>18</sup>“A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam a área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. [...] A paisagem se dá pelo conjunto de objetos reais- concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal. [...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico.” (SANTOS, 2004a, p. 103).

Através do Instituto de Economia Aplicada (IPEA) foi possível obter-se mais dados para mostrar pelo menos, de forma resumida, a trajetória temporal da política pública, quanto ao número de assentamentos construídos, ao tamanho da terra na unidade de hectares e ao volume de distribuição e liberação de créditos, principalmente o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

Além da pesquisa de campo no PA Araxiteua, foi feitas duas visitas e observações sistemáticas nos Assentamentos Benedito Alves Bandeira e Santa Maria I e II. Assim, os critérios das análises e dos resultados foram levados em consideração. Esses assentamentos são de difícil acesso, portanto distantes para apenas um pesquisador ficar muitos dias coletando os dados.

### 3 AGRICULTOR FAMILIAR ENQUANTO CONCEITO FUNDAMENTAL

Este capítulo trata do conceito de agricultor familiar enquanto ator ativo e dinâmico no processo de reprodução socioterritorial. A base empírica é levada em consideração devido à coerência de a pesquisa exigir essa forma. A generalização em alguns momentos, ora para todo o Nordeste Paraense, ora para a Região de Integração do Tocantins serão feitas a partir dos critérios de proximidade do uso da terra, as fertilidades dos solos, a estrutura fundiária e a territorialidade ser inerente aos Assentamentos rurais presentes nos Municípios que compõe essas regionalizações.

Dessa forma, o conceito de agricultura familiar utilizado na pesquisa foi devido ser o mais coerente e mais atualizado no atual período do tempo. Obviamente, sabe-se que algumas generalizações não podem ser coerentes devido às territorialidades existentes no Pará serem diferenciadas, contudo, as formas de uso da terra se aproximam. Trata-se, portanto, de um esforço de análise para a compreensão ser coerente com a vocação científica. (WEBER, 2002).

Os autores aqui utilizados serão Lamarche (1998), Wanderley (2003) e Ploeg (2009) devido serem os mais completos para essa conceituação. Outros autores que serão referências para o trabalho são Hurtienne (2005) e Costa (2009). Esses dois últimos, porque fazem as formas e conteúdos agrários e agrícolas existentes no Pará e, algumas vezes espacializam a discussão para toda Amazônia Oriental.

Hurtienne (2005), afirma que no Pará as formas de agricultores familiares a partir de seus usos na várzea, na terra-firme e no estuário. Já Costa (2009), verifica que os agricultores usam baixa tecnologia aplicada à agricultura. O importante, comparando os dois autores, é a importância do uso da vegetação secundária e a capoeira, como suporte de sobrevivência sustentável a partir da adoção da agroecologia.

Hurtienne (2005) e Costa (2009) têm suas influências empíricas nos trabalhos de Sawyer (1979,1986) sobre a agricultura familiar na fronteira amazônica serão também utilizados devido às relações de resistência frente à expansão capitalista que foram importantes tanto para aquele quanto para o atual período do tempo.

Na relação de teóricos sobre a agricultura familiar amazônica, destacam-se Hébette; Moreira (2004). Sem mencionarem teoricamente o conceito de agricultura familiar, os autores utilizam os resultados empíricos por meio da resistência do

trabalhador do campo. A resistência da pequena produção é vista como sendo um “movimento de formação e consolidação de um campesinato local autônomo e livre!”. Essa análise faz referência à peculiaridade com que se deu historicamente o domínio da terra no Pará.

Assim, os autores afirmam que:

Há alguns marcos que pontuam a trajetória do trabalhador rural na Amazônia: a revolta cabana, a formação dos quilombos e o declínio da escravidão, o colapso do seringal e a resistência do posseiro na fronteira. [...] Ao enfatizar a Amazônia em particular o atual Estado do Pará, no seu processo de formação social a partir do homem do campo, procuramos fugir de certa tendência a tratar a estrutura fundiária e, mais especificamente, o latifúndio no Brasil como algo único e homogêneo, como se não houvesse história e atores sociais históricos particularizados. A Amazônia tem especificidades históricas e regionais que não permitem reduzi-la a uma ‘língua geral’ sociológica e histórica. Não é casual, nem sem conseqüências, que durante 150 anos (1621-1774) tenha existido o Estado do Grão-Pará, posteriormente do Grão-Pará e Maranhão, autônomo em relação ao Brasil. (HÉBETTE; MOREIRA (2004, p. 26).

Nesse longo trecho os autores fazem a relativização sobre o campesinato no Pará. A linearidade da estrutura fundiária no Brasil reflete, para muitos autores, como sendo linear. Contudo, o trecho acima demonstra que os acontecimentos históricos e espaciais na Amazônia deram-se de formas diferenciadas.

O tratamento social, econômico e territorial exercido pela Coroa Portuguesa e pelo Governo brasileiro pós-independência, marcaram fundamentalmente as formas de ocupação do espaço amazônico. Dessa forma, os resultados desses trabalhos foram e são peculiares às realidades amazônicas.

Isso revela a importância da agricultura familiar regional. Tais aspectos são demonstrados posteriormente nos mapas 6, 7 e 8 presentes no capítulo 6.

Para completar esse quadro teórico sobre agricultura familiar, optou-se como a macroteoria o artigo de Schneider (2010a), um trabalho que ilustra, classifica e define os atores agrários existentes no Brasil e conceituando o que é atualmente agricultor familiar.

Lamarche (1998), preocupado em fazer estudos e comparações da situação de agricultores familiares no mundo, estabeleceu que para analisar as lógicas familiares é preciso saber a situação da terra, do trabalho e a reprodução familiar no estabelecimento. Isso é válido no pensamento do autor, para ter o parâmetro das

lógicas familiares que são diferenciadas. Essa análise tem a ver com a reocupação teórica e metodológica do autor. Esse trabalho partiu de estudos comparativos nas agriculturas em países como França, Brasil, Canadá, Tunísia, Polônia e outros.

Assim, o funcionamento das lógicas familiares da agricultura teve suas situações diferenciadas. Ao passo de teorizar e estabelecer os agricultores brasileiros como sendo:

O grupo mais importante na amostra brasileira – distinguem-se daqueles que funcionam nos moldes de empresa, familiar ou não, por um pequeno grau de integração ao mercado. São estabelecimentos que efetuam poucas produções destinadas à venda (mesmo que a quantidade possa ser importante) e dispõem de uma grande independência alimentar (poucas compras e um autoconsumo importante). (LAMARCHE, 1998, p. 80).

Na passagem acima, o autor demonstra que parte apenas de uma amostra. Verificando a realidade espacial dessa amostra, a Amazônia não aparece, dessa forma a complexidade pode aumentar em se pensar na agricultura familiar amazônica. Dessa análise pode-se pensar em que parte da ideia de Lamarche (1998), pode ser aproveitada como teorização. Primeiro, dependendo do recorte espacial e temporal da Amazônia Legal, tem-se as diferenciações importantes que partem da dimensão histórica.

Partindo da realidade paraense, as formas da agricultura familiar são de trajetórias heterogêneas. Essa discussão já realizada por Hurtienne (2001, 2005), quando fez as formas de agricultura familiar no Nordeste, no Sul – aqui se elencam as diferenças de Marabá (ao Sudeste) e aos municípios mais ao Sul. Baseado em pesquisas empíricas, esse autor consegue partir de uma dimensão espacial das formas de ocupação baseado principalmente das grandes migrações e as consequentes formas de ocupação do espaço.

O que é mostrado na porção Sul e Sudeste do Pará, ou seja, na fronteira agrícola, onde a expansão se deu pelo eixo limítrofe ao Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Cortado pela Transamazônica (BR-230), Belém-Brasília (BR-010) e a Santarém-Cuiabá (BR-163), as porções Sul, Sudeste, Sudoeste e Oeste foram e são *locus* dos principais conflitos por terra da Amazônia Oriental ou até mesmo do Brasil.

A porção Nordeste paraense pode ser discutida a partir das discussões pioneiras feitas por Sawyer (1979, 1986), seu objetivo foi mostrar a resistência da

agricultura familiar. Com o cuidado para não generalizar a expansão capitalista na fronteira amazônica, o autor é o primeiro a se posicionar frente ao fracasso dos Grandes Projetos Agropecuários e Agros florestais. Preocupa-se com a revisão teórica e faz comparativos das diversas fronteiras históricas na Amazônia. Afirma que a história da colonização é mais ampla que a colonização ocorrida nos Projetos oficiais do INCRA na Transamazônica e os Projetos particulares no Mato Grosso. Esse cuidado é em trabalho sobre a antiga fronteira de migrantes nas décadas de 1930 e 1940 no Nordeste do Estado do Pará.

Sawyer (1979) desmitifica os autores que viam a dizimação do campesinato diretamente afetados pela Rodovia Belém-Brasília da porção Nordeste do Pará, quando cita o caso dos migrantes nordestinos que ocuparam a Zona Bragantina. Nesse ponto o autor mostra que não deve generalizar os acontecimentos para toda a Amazônia.

Em outro trabalho Sawyer (1986), faz ataques a autores que discutiram a fronteira amazônica por meio de uma abordagem unilinear. Ele afirma que existiam as frentes especulativas versos as frentes camponesas. Quanto às frentes capitalistas, o fracasso dos projetos financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Banco da Amazônia (SUDAM/BASA) não passaram de uma mera especulação das terras. A produção capitalista não foi produtiva em seus moldes objetivados pelo Estado Autoritário. Afirma também que: “Ao nível de produção agrícola a expansão do capitalismo na Amazônia não passou de um ensaio” (SAWYER, 1986, p. 58). Com essa passagem, o autor mostra um cuidado em dissertar sobre bases teóricas e principalmente empíricas. Ressalta-se aqui que seus trabalhos foram e são pouco conhecidos.

Na verdade, declaradamente mostrando-se lucidez afastada da Economia Política dura, Sawyer (1986), faz um balanço dos primeiros resultados dos Grandes Projetos Subsidiados pela SUDAM/BASA e pela Colonização oficial do INCRA, cruzando com a já histórica colonização espontânea de Nordestinos<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup>Sawyer (1986), em algumas passagens argumenta que: “Por essas razões, pode-se dizer que a penetração do capital na Amazônia nas últimas duas décadas, embora tenha causado grande impacto, não foi capitalista no sentido de transformar a produção, introduzindo trabalho assalariado e progresso técnico”. As frentes especulativas são capitalistas em suas origens, no âmbito nacional, mas em nível da produção dentro da região [...] O conflito e a violência que tem chamado tanta atenção para a Amazônia em anos recentes – expulsão de posseiros, assassinatos de líderes sindicais, pistoleiros e administradores de fazendas, prisão e deportação de padres, etc. – podem ser compreendidos como sintomas do choque entre frentes camponesas e frentes especulativas [...] Em vez de oferecer oportunidades para apropriação da terra por camponeses, a Amazônia passou

Quanto às frentes capitalistas das grandes empresas, Sawyer (1986), já afirmava a existência na prática da “expansão e estagnação das frentes capitalistas produtivas”. Ele busca comprovar essa hipótese analisando os seguintes indicadores: dados estatísticos, pecuária, seringais de cultivo, reflorestamento e outras atividades.

A conclusão que chega o autor diz respeito aos cuidados de não se fazer generalizações, tratamentos unilineares e rediscussões teóricas e empíricas. O que se pode mostrar é o fracasso da expansão capitalista na Amazônia por meio dos Grandes Projetos subsidiados pelo Estado, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia (BASA).

Levando em conta as ideias expostas acima, a assertiva de Lamarche (1998), pode ser válida para seu recorte espacial de análise. A agricultura familiar no Brasil dessa forma tem que ser pesquisada de forma sistemática. Porque a situação citada por Sawyer (1979, 1986) mostra claramente a resistência da agricultura familiar. Sua presença e relação com o mercado foi fundamental. Passando para uma situação atual do Pará, a agricultura familiar para toda mesorregião do Nordeste do Estado passa por usos da terra semelhantes.

A forma corte e queima para formas agroecológicas diversas é inerente a agricultores familiares. Situações explicadas por Costa (2000, 2009) e por Hurtienne (1999, 2001, 2005). Tomam como suporte metodológico as comparações e métodos mistos. Outra característica desses agricultores é o uso de baixa tecnologia aplicada à agricultura. Usos da floresta secundária são típicos de municípios dessa mesorregião.

Para a situação do Acará, município de recorte dessa pesquisa, as variações também não são muito distantes do restante da mesorregião em questão. Essa generalização pode ser feita através dos critérios dos resultados divulgados pelo “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins” (PDRS Tocantins) feito pela Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará (SEIR).

Fazendo um paralelo metodológico aqui proposto, outra contribuição é a de Wanderley (2003), ao fazer uma abordagem partindo do saber tradicional camponês e de sua adaptação aos contextos econômicos sofridos com a expansão capitalista. Dessa forma, propôs que se devem ter agendas de pesquisa sobre a situação

---

a caracterizar-se pelo fechamento de oportunidades ou pela desapropriação. (SAWYER, 1986, p. 60).

econômica e social de cada realidade analisada. Também a não ruptura dos conceitos de camponês e agricultor familiar. Existem combinações de características que podem parecer semelhanças. Ainda dentro do raciocínio da autora, verifica-se que no Brasil implantaram-se processos diferenciados de modernização do espaço agrário. Daí as empirias responderão se existe ou não a ruptura das duas categorias.

Ploeg (2009) propôs sete teses para agricultura camponesa. Faz relação com os impérios alimentares existentes nos espaços agrários mundiais. As sete proposições baseiam-se de uma abordagem macro, ou seja, relaciona com o mercado mundial, a crise do capitalismo e a produção de alimentos. Primeiro diferencia agricultura capitalista, agricultura empresarial e agricultura camponesa. O autor estabelece seis características para diferenciar agricultura camponesa e agricultura empresarial capitalista.

Ainda dentro dessa ideia, verifica-se que a principal diferença é na questão do mercado. Cita a relação da economia neoclássica para relacionar o mercado como elemento central dessa economia. Apenas o mercado global e o valor agregado são levados em consideração. Enquanto que para a agricultura camponesa fatores sociais, econômicos e ecológicos entram como determinantes no processo de produção de alimentos.

Ploeg (2009) defende, portanto, que os camponeses tenham “suficiente espaço sociopolítico e econômico”. Essa afirmação faz referência à resistência camponesa a partir do seu modo de vida.

A leitura de Costa (2005) contribui para este trabalho no sentido de mostrar o caminho para se conceituar agricultura familiar. Seu referencial espacial é o Nordeste Paraense. Dando ênfase à Zona Bragantina. Contudo, no trabalho de Costa (2005), mais teórico, verifica a existência na Amazônia de dois projetos distintos. Em ordem, destaca-se que:

O primeiro projeto constitui a forma de evolução de uma unidade estrutural: a formada pela conjunção entre propriedade latifundiária, trabalho assalariado e produção homogênea de gado e grãos, as quais chamaremos de *latifundiária-monocultural*. Os riscos ambientais a ele associados são consideráveis porque a realização de sua finalidade (o lucro) pressupõe uma padronização elevada das bases produtivas, podendo implicar cisão profunda entre elementos chave do processo de reprodução equilibrada dos circuitos vitais da natureza. (COSTA, 2005, p. 134).

Nessa passagem, o autor pontua um item importante na Amazônia, que é a vocação latifundiária e monocultural. Isso é fortemente visto quando se faz a leitura das paisagens agrárias na Amazônia e principalmente no Pará. Verifica-se nesta passagem também que o projeto é base e produto da modernização agrária da Revolução Verde da década de 1960 no Brasil.

O segundo projeto, Costa (2005) define que:

O segundo projeto é a forma de evolução da unidade estrutural pequena propriedade familiar-produção diversificada, a qual chamaremos aqui *familiar-policultural*. Os riscos ambientais associados à maioria de suas formas são relativamente baixos, sobretudo porque atua por uma racionalidade reprodutiva para a qual ser eficiente, atender eficientemente à sua finalidade significa duas coisas: limitar a expansão ao limite da capacidade de trabalho da família e elevar a qualidade de vida com máxima segurança para a unidade familiar. A escala é, assim, reduzida, e a diversidade é alta, constituindo, em muitas situações, a diversidade em si, uma força produtiva, uma qualidade econômica, uma capacidade dos sistemas produtivos aí desenvolvidos. Não há inovação, aqui, sem compartilhamento difuso do saber a ela associado. (COSTA, 2005, p.34).

Este segundo projeto é dotado como histórico e adaptável ao tempo. Uma capacidade de resiliência fundamental, familiar e policultural são elementos centrais e inerentes aos agricultores familiares. Esses podem ser considerados os que são marginalizados pelas políticas públicas anteriores ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e ao II Plano Nacional de Reforma Agrária, guardadas as devidas críticas científicas.

Essas dualidades, que Costa (2005) denominou de projetos, são os que se busca diferenciar para definir agricultor familiar. A segunda definição é que Hurtienne (2005) afirmou que eles fazem para além do *shifting cultivation* (corte e queima) em florestas secundárias. Para o autor:

A maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar não pode ser mais considerada como agricultura migratória de derruba e queima (*shifting cultivation*), mas como sistemas de produção agrícola complexos que incluem culturas perenes, árvores frutíferas, extração vegetal de produtos florestais não madeireiros (açai, cupuaçu, castanha-do-pará), a pequena e a grande criação. (HURTIENNE, 2005, p. 28).

Na citação acima, o autor apresenta elementos importantes como a complexidade que pode ser vista uma diversificação, que o autor nesse e em outros trabalhos

anteriores denomina de estabilização relativa, devido o uso da agroecologia. Relativa é no sentido de dar a importâncias às inovações e a novos instrumentos de uso da terra. A inovação também foi vista no trabalho de Costa (2005).

Nos autores acima foram vistos ideias divergentes em alguns itens, no entanto, apresentam-se convergentes para a definição de agricultura familiar de Schneider (2010a). Nessa discussão o autor sistematiza as formas de agricultura familiar de acordo com seus usos. O ponto de partida do autor é defender a tese da diversificação da agricultura familiar. Sua linha teórica para a conclusão foram Ploeg e Frank Ellis, mas com uma matriz de pensamento anterior de Maria de Nazaré Baudel Wanderley.

O primeiro propósito é mostrar a “construção de autonomia através do processo de conversão de recursos” (SCHNEIDER, 2010a, p.90). Assim, a agricultura familiar começa a ser vista pelo autor a partir da figura abaixo.

**Figura 1** - Conversão diversificada da agricultura familiar.

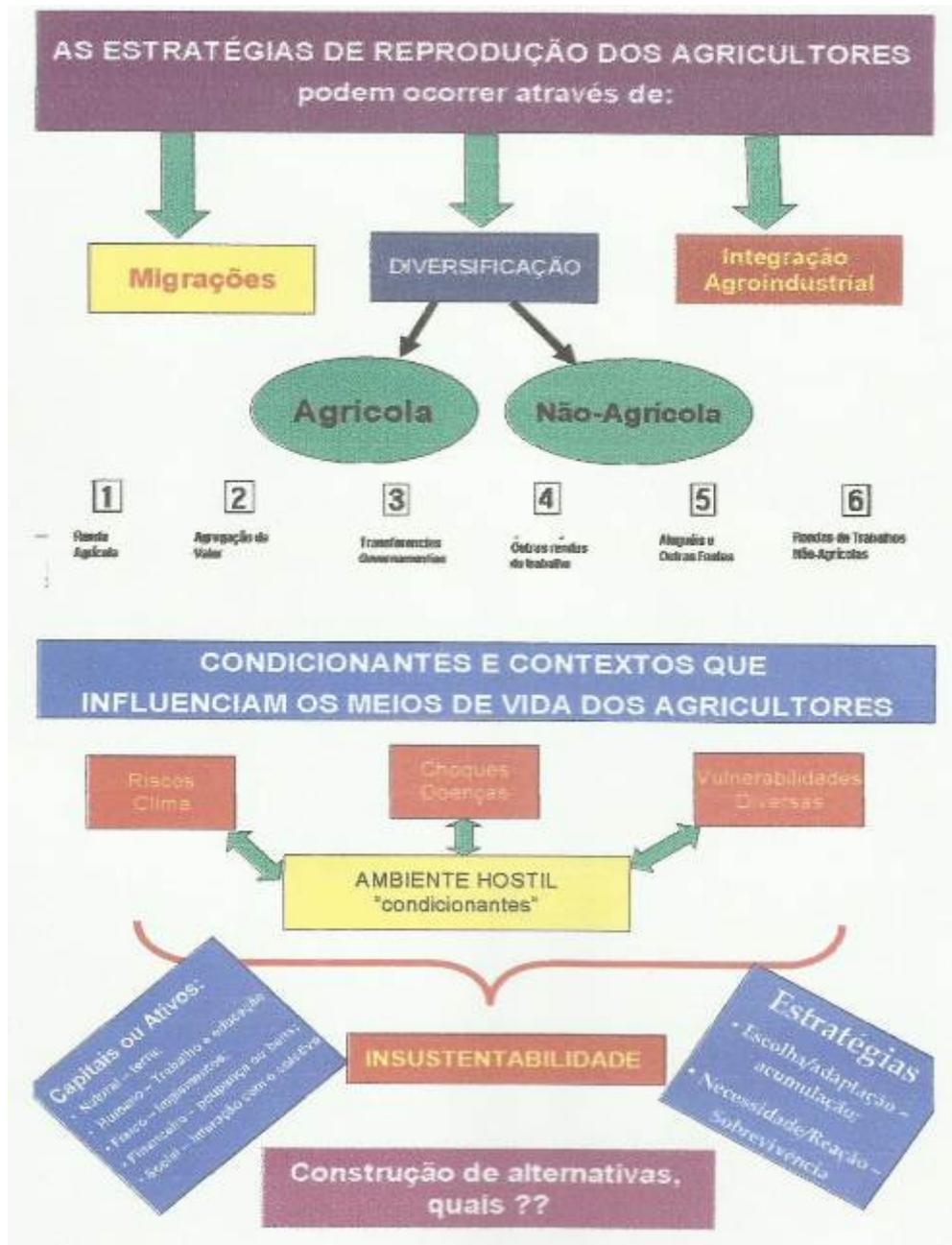


Fonte: Schneider (2010a), adaptado de Ploeg (2010).

Essa figura mostra a redução dos insumos externos, ou seja, a diminuição da dependência dos mercados internacionais e das altas tecnologias. O processo de diversificação ocorre devido à inserção da agroecologia, pluriatividade, agroindústrias, cooperativas e os pequenos empreendimentos individuais locais (SCHNEIDER, 2010a, p. 91).

Em outra passagem, o autor traz para a discussão o princípio das estratégias de reprodução (fig. 2), baseado em Frank Ellis e Schneider (2010a).

**Figura 2** – Estratégias de reprodução dos agricultores familiares.



Fonte: Schneider (2010a).

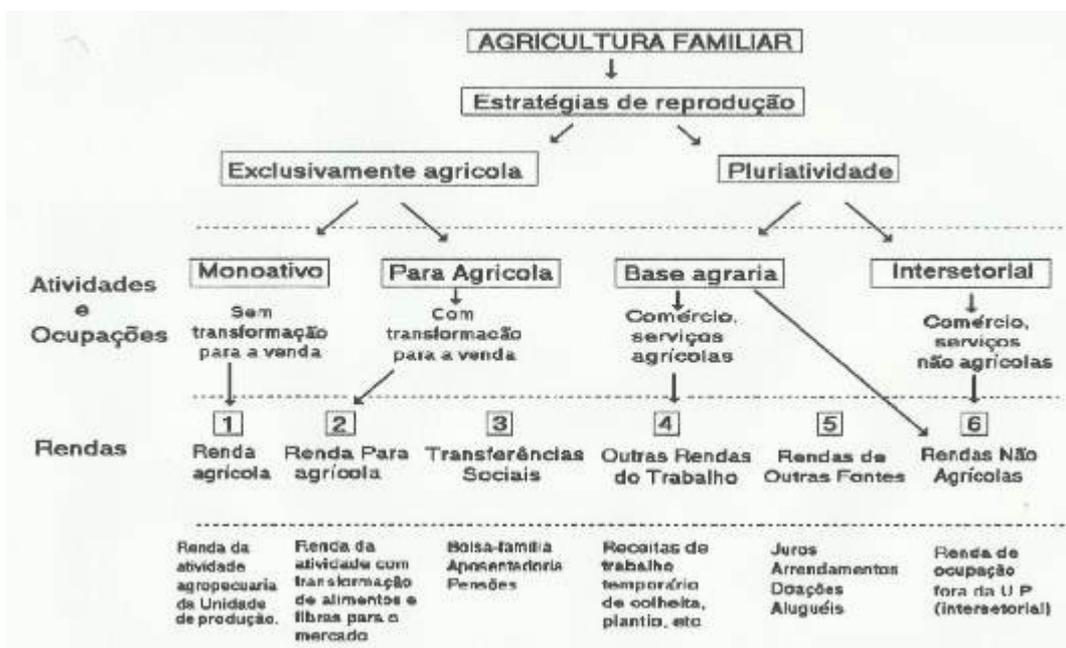
Nessa figura os elementos que podem servir para as estratégias de reprodução dos agricultores familiares são as migrações, a diversificação e a integração agroindustrial. Vê-se a diversificação é a que pode ser mais eficaz dentre esses elementos. Da diversificação destacam-se as rendas agrícolas e não agrícolas nos extremos da cadeia.

Quanto aos denominados condicionantes e contextos que influenciam nos meios de vida dos agricultores familiares, destacam-se os fatores de ambiente hostil

como o clima, doenças e as outras vulnerabilidades. A última condicionante são as insustentabilidades dentro das ópticas dos capitais: natural, humano, físico, financeiro e social. Em detrimento ao anterior, destacam-se as estratégias como a adaptação, acumulação e sobrevivência. No final interrogam-se quais são as alternativas.

Segundo nesse mesmo raciocínio de Schneider (2010a), as rendas agrícolas e não agrícolas são destacadas. Foi construído um organograma sobre as tipificações dessas rendas na figura abaixo.

**Figura 3** – Tipificação das rendas agrícola e não agrícola.



Fonte: Schneider (2010a).

Verifica-se no organograma em questão a explicação sobre a atual situação da agricultura familiar. Depreende-se a importância do debate da relação campo e cidade e dos processos urbanos no rural. São essas estratégias que podem ser vistas no Projeto de Assentamento Araxiteua. Quando os assentados receberam o crédito fomento, utensílios como máquina de costurar, máquina de bater açaí, geladeira e bicicletas cargueiras. No capítulo empírico esse ponto será explorado.

Segundo as discussões das três figuras anteriormente, Schneider (2010a) fez diferenciações sobre o atual modelo agrário brasileiro. Ele denomina de “*Dualismo Agrário*”. Baseado nessa discussão construiu-se um quadro-resumo sobre esse Dualismo.

**Quadro 1 – Síntese da ideia de Dualismo Agrário**

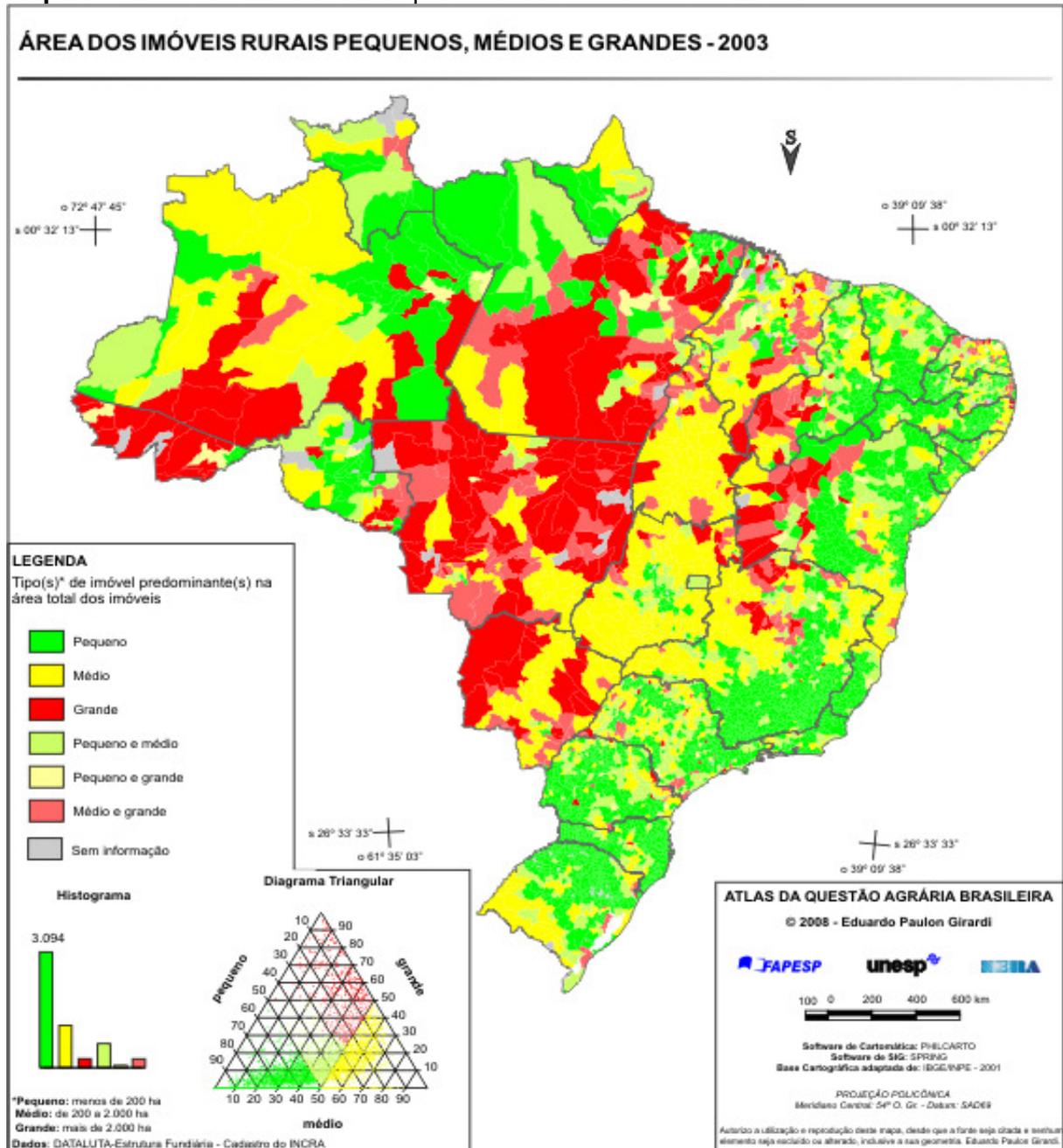
<b>CATEGORIA</b>	<b>ATOR</b>	<b>TAMANHO</b>	<b>FORMA DE USO DA TERRA E SOBREVIVÊNCIA</b>
Atrasada e Tradicional	Elite rural formada por grandes proprietários que se beneficiaram do acesso de grandes áreas	Acima de 1000 ha	Fins especulativos e como reserva de valor Atividades extensivas, tais como pecuária e silvicultura.
*Grandes Proprietários	Empresários modernos	Acima de 1000 ha	Agricultura de escala: soja, milho, algodão, café, cacau, laranja e cana de açúcar para a produção de etanol.
*Agricultura familiar moderna	Agricultores familiares modernos	De 50 a 500 ha, podendo variar por região.	Agroindústria: grãos, aves, suínos, tabaco, leite e outros.
Agricultura familiar camponesa ou populações rurais com pouca terra ou mesmo sem terra	Populações tradicionais como indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e outros que constituem a população rural do espaço agrário brasileiro. Majoritariamente situada nas regiões do semiárido do Nordeste e da Amazônia	Abaixo de 50 ha (Grifo nosso)	Alimentos de produtos tradicionais da dieta alimentar brasileira: mandioca e feijão

Fonte: Schneider (2010a). Elaboração: Penha (2012).

\* Segundo o autor: “Constituem a base social, econômica e política de que se convencionou chamar de agronegócio ‘brasileiro’”, que possui um forte *drive* exportador, embora também responda por significativa parcela do abastecimento interno (SCHNEIDER, 2010a, p. 104).

No quadro acima o autor estabeleceu quatro categorias ao desmembrar o Dualismo Agrário. A Atrasada e Tradicional, os Grandes Proprietários, os Agricultores Familiares Modernos e Agricultores Familiares Camponeses ou Populações Rurais com pouca ou Sem Terra. Schneider (2010a) se baseou na forma das dinâmicas históricas da formação da estrutura agrária brasileira. Essa relação pode ser vista no mapa abaixo.

**Mapa 1 – Áreas dos imóveis rurais por tamanho calculados até 2003.**



Fonte: Girardi (2008) – NERA - Atlas da Questão Agrária Brasileira.

No mapa acima se depreende que existe o predomínio da pequena propriedade em uma ordem decrescente a média e depois a grande. Contudo, quando se comparam os dados por hectare verifica-se na tabela abaixo a discrepância.

**Tabela 1** – Estrutura Fundiária do Brasil em 2003.

<b>Estratos área total (há)</b>	<b>Imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>Área total (há)</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média (há)</b>
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
%De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1000	75.158.	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
<b>TOTAL</b>	<b>4.238.421</b>	<b>100,0%</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100,0%</b>	<b>99,2</b>

Fonte: Brasil (2003) – II Plano Nacional de Reforma Agrária. Baseado nos dados INCRA a partir do Censo Agropecuário de 1996.

**Tabela 2** – Estrutura Fundiária no Brasil em 2009.

<b>Estratos de área total (há)</b>	<b>Imóveis</b>		<b>Área total</b>		<b>Área média (em há)</b>
	<b>Nº de imóveis</b>	<b>Em %</b>	<b>Em ha</b>	<b>Em %</b>	
Ate 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
<b>TOTAL</b>	<b>5.181.645</b>	<b>100,0</b>	<b>571.740.919</b>	<b>100,0</b>	<b>110,3</b>

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)/Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD)/Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011. – Dados baseados nos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

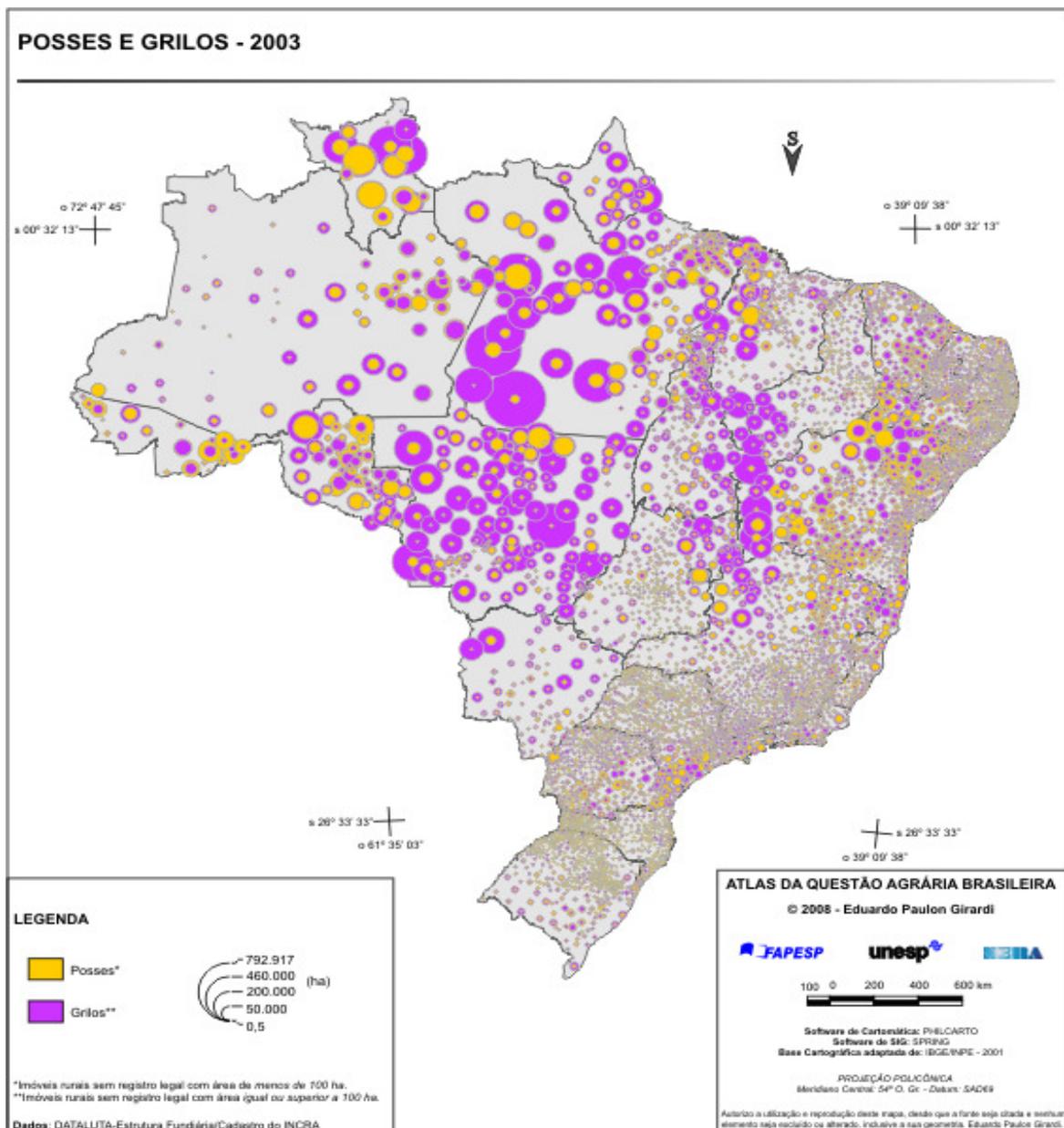
Dentro da classificação por tamanho visto na tabela 1, verifica-se em número de imóveis a agricultura familiar camponesa e as populações rurais com pouca terra ocupa 96,6% dos territórios brasileiro na sua porção agrária. No entanto, quando a análise é feita pela porcentagem de área, as categorias atrasada e tradicional e as grandes propriedades ocupam 56,1% do território nacional. Isso mostra a desigualdade da estrutura fundiária. Esses dados podem ser até maiores se levar em consideração as grilagens e as sentenças judiciais de reintegração de posse. No mapa abaixo é mostrado a relação entre as posses e os grilos.

Comparando com a tabela 2, verifica-se que a primeira categoria tem o percentual de 96,9%, houve um crescimento apenas 0,3%. Quando se analisam as categorias atrasada e tradicional e as grandes propriedades, vê-se que o comportamento é de 62,6%. A comparação com os dados de 2003 e 2009, revelam

aumento de 6,5%, ou seja, no Governo Lula da Silva aumentou a concentração fundiária.

Isso mostra a desigualdade da estrutura fundiária. Esses dados podem ser até maiores se for levado em consideração às grilagens e as sentenças judiciais de reintegração de posse. No mapa abaixo é mostrado a relação entre as posses e as grilagens de terras.

**Mapa 2 – Relação entre posses e grilagens no Brasil**



Fonte: Eduardo Girardi (2008) – NERA - Atlas da Questão Agrária Brasileira.

Nesse mapa verifica-se que na Amazônia Legal essa relação é maior, principalmente a de grilos. Quando se verifica os Estados, o Pará é destaque como sendo o maior. Levando-se em consideração o quadro 1, conclui-se que a elite atrasada e tradicional é que predomina no Estado do Pará, daí as pesquisas e os resultados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) concluírem o Pará com maior índice de violência no campo.

Depois dessa relação proposta por Schneider (2010a), verifica-se que o autor trilhou a sua definição. As citações abaixo expressam que o autor não define de forma absoluta. Dessa forma ele afirma que:

A agricultura familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras. (SCHNEIDER, 2010a, p.109).

Nessa passagem, mostra-se que ele leva em conta as estruturas agroecológicas diversas, já identificadas anteriormente por Hurtienne (2005). Em outra passagem estabelece que.

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A criação e o reconhecimento da agricultura familiar deve-se às lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, que ocorreram no período em que o Brasil ingressado na “onda neoliberal”, no início da década de 1990. Mas a consolidação veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do decreto presidencial n. 1.946 (28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326, de 2006). (SCHNEIDER, 2010a, p.109).

Essa citação mostra claramente que o reconhecimento das relações de diversificação e rendas agrícolas e não agrícolas. Leva em conta a previdência rural, muito importante, para o desenvolvimento e sobrevivência dos agricultores familiares. Na última passagem abaixo Schneider (2010a), conclui que:

Para entender as formas familiares de trabalho e suas estratégias de reprodução ao longo da história, a primeira questão que se apresenta refere-se à comparação entre a configuração atual da agricultura

familiar (ou dos grupos sociais assim identificados) em relação àquelas formas sociais que se implantaram no passado, através dos processos de ocupação e colonização. Segundo o entendimento aqui adotado, embora trabalhem sobre um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando basicamente a força trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhadas pelo Brasil formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares.

O que lhes confere essa identidade está no fato de que constituem um vasto contingente social que possui acesso precário aos meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações parciais e insuficientes sobre os canais de escoamento de sua produção. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o autoaproveitamento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista. (SCHNEIDER, 2010a, p.110).

Essa citação demonstra que o autor não define apenas de um ângulo. Deixa para cada pesquisador construir sua forma conceitual. Assim, os autores citados neste capítulo são pertinentes para a conceituação. A conceituação parte de um espaço geográfico, uma relação histórica e agroecológico.

A literatura vista acima nos condiciona apresentar uma forma de analisar a política do II PNRA de forma sistemática. Pode-se entender o porquê do Governo Federal utilizar o conceito de agricultura familiar. Tudo está intrínseco. Todos os autores, mesmo que tenham posicionamentos diferentes, convergem para dois elementos chave, seja para camponês, seja para agricultor familiar. O caráter familiar do processo de produção e reprodução territorial e as formas de resistência. Assim, conclui-se que a avaliação da política de construção de novos assentamentos do II PNRA deve ser entendida como relacional ao uso do agricultor familiar.

## **4 DO TERRITÓRIO, AOS TERRITÓRIOS RURAIS E AO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Este capítulo tem por objetivo discutir as faces dos conceitos de território, a partir da discussão geográfica. Por mais que autores da sociologia e da economia tenham produzido pesquisas sobre esses conceitos, é preciso trazer para discussão outros autores, com orientações teórico-metodológicas diferenciadas. Isso será feito no sentido de mostrar as conceituações de territórios rurais, como concepção científica e apropriada à operacionalização do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Enquanto que na segunda parte que é sobre desenvolvimento rural, os autores da sociologia e da economia foram os que mais discutiram e contribuem quando citam o termo “desenvolvimento territorial”. Nessa parte, mostra-se como essa relação poderá ser feita quando da operacionalização. Posto que será levado em consideração o Plano Nacional de Ordenamento Territorial, visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se apoiaram para produzirem a regionalização a partir dos territórios rurais. Retoma-se nesta parte o conceito de território no intuito de comparar os autores para entender suas perspectivas.

### **4.1 DO TERRITÓRIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS**

A ciência geográfica nos últimos vinte anos preocupa-se em explicar as realidades através da abordagem territorial. Ao invés de estudar apenas pelo espaço geográfico, pela região ou pelo lugar, os autores abordam o conceito de espaço não apenas como categoria filosófica, mas como abordagem teórica metodológica. Como afirma Santo (2004), o espaço geográfico sendo um híbrido, qualquer pesquisador com sua intencionalidade, poderá adotar o conceito de território, região ou lugar.

Santos e Silveira (2004) propõem uma análise do território brasileiro a partir de uma dimensão econômica, segundo a qual, este constitui recurso e prerrogativa dos atores hegemônicos; e ao mesmo tempo em abrigo, para os atores hegemonzados. E ainda ressaltam que o território como dimensão política do espaço deve ser compreendido enquanto valor substância e quantidade de valor, assim como, extensão apropriada e usada, dessa forma eles afirmam que:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 20).

Mais à frente, Santos; Silveira (2004) argumentam que o território,

Condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição. Uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais com o novo dinamismo das suas relações tem norteado particularmente a busca pela interpretação geográfica da sociedade brasileira. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 22).

Ainda para Santos e Silveira (2004), a territorialidade é concebida como sinônimo de pertencimento, de exclusividade e limite que ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado. Assim sendo, esta territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Não obstante, a territorialidade humana pressupõe a preocupação com a construção do futuro, do destino, do *devoir*.

Dentro de uma perspectiva evolucionista, Raffestin (1993) compreende que o espaço não possuiria valor de troca, mas tão somente valor de uso; ao passo que o território constituiria instância social, concebido a partir do processo de apropriação da natureza. Neste sentido, o espaço seria anterior ao território na medida em que a relação homem x natureza ao longo dos diversos momentos histórico-geográficos estabeleceria novos valores de uso ao território. Na concepção do autor:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor “territorializa” o espaço. [...] Evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem se circunscreve num campo de poder [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso, por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 143 e 144).

Por sua vez, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade (RAFFESTIN, 1993). Assim, a territorialidade humana pressupõe análise e apreensão das relações sociais no âmbito de contextos sócio-históricos e espaços-temporais. Neste sentido, Raffestin (1993) afirma que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto histórico-geográfico. Dessa forma, o autor define que:

[...] a territorialidade adquiriu um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial dos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há uma interação entre os atores com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158 – 159).

É neste sentido que o território assume uma possibilidade empírica significativa para efeito de reflexão das transformações evidenciadas no contexto do processo de reestruturação produtiva do território paraense e de implantação de políticas territoriais para os assentamentos rurais no município do Acará e de toda Região de Integração do Tocantins, posto que os usos dos territórios estão relacionados direta ou indiretamente à regulação política do território, a partir de uma divisão territorial do trabalho que tende a estabelecer na escala dos lugares, os que podem produzir alimentos na forma de assentamentos rurais.

Com efeito, a territorialidade, enquanto componente do poder, não se constitui apenas um meio para criar e manter a ordem, mas uma estratégia para criar e manter significados e construções sociais cujas funções procuram produzir combinações com o objetivo de manutenção de determinadas estruturas de poder. Para além de uma perspectiva funcional, a territorialidade enquanto estratégia constitui possibilidade para a emergência de manifestações sociais insurgentes no âmbito de ampliação das contradições sociais inerentes à realidade social amazônica.

Em uma abordagem mais recente, Vasconcellos, Rocha e Vasconcellos (2011) relacionam o território com a abordagem territorial das políticas públicas até chegar ao desenvolvimento territorial. Para eles,

A abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços etc.) e ultrapassou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou campo versus cidade. A inserção do território enquanto categoria analítica vinculada ao desenvolvimento sugere que o exame dos problemas concretos deva ocorrer dentro do espaço construído a partir da ação e interação entre indivíduos em si e entre indivíduos e o ambiente onde estes estão inseridos. (VASCONCELLOS; ROCHA; VASCONCELLOS, 2011, p. 204).

Assim, a passagem acima se aproxima das ideias dos autores anteriormente utilizados. A concretude, a materialidade é levada em consideração. O vivido territorial colocado por Raffestin (1993), o território usado nas ideias de Santos; Silveira (2008). Ainda nesse raciocínio, Vasconcellos; Rocha; Vasconcellos (2011) argumentam que:

A proeminência do conceito de território emergiu com o desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional. Este desgaste se deu pela incapacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado a partir da segunda metade de década de 1970 que, agravado a partir da década de 1980, sofreu influência crescente do ideário neoliberal sobre as perspectivas keynesianas que vigoraram desde o final da segunda guerra mundial. (VASCONCELLOS; ROCHA; VASCONCELLOS, 2001, p. 204-205).

Nessa citação mostra que os autores compreendem como o pensamento e abordagem territorial chega às políticas públicas. Todos os autores citados acima podem contribuir para essa pesquisa, visto que, as dimensões territorial, econômica e social não são estanques.

Com isso, o resultado será uma abordagem mais aberta do desenvolvimento territorial rural. Teoria presente no documento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Antes da discussão sobre desenvolvimento territorial rural, é preciso entender de que forma é concebida a ideia de território rural do ponto de vista institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Do ponto de vista científico o território rural Kageyama (2008) se debruçou mais profundamente em teorizar. Ela define território rural deixando aberto de acordo com a realidade que se queira entender. Na verdade a heterogeneidade espacial do Brasil é muito complexa. O importante é levar em consideração os elementos naturais e culturais. Também a dicotomia entre rural e urbano deve ser

rompida. Assim, entender tem várias escalas, realidades e fatores típicos para o pesquisador propor o seu entendimento de território rural.

Já dentro da matriz institucional rural, Leite (2012) afirma que:

Na abordagem dos Territórios Rurais de Identidade, não é incomum referir-se também à dimensão “cultural”. Isto é, os Territórios Rurais fundamentar-se-iam na existência de um corpo de normas (simbólicas ou não) específicas da sociedade local, ou seja, a ideia uma “identidade territorial” (Echeverri, 2009). No entanto, a construção dessa “identidade” é atributo de alguns – mas não de todos – territórios. Entre os critérios utilizados pela SDT para identificar os Territórios Rurais estão: i) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>; iii) maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); iv) conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; v) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional. (LEITE, 2012, p. 4).

O que se pode inferir dessa citação é que os critérios são demográficos e vinculados aos Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério da Integração Nacional (MIN). A escala do território parte da semelhança municipal.

**Tabela 3** – Territórios Rurais estabelecidos pelo SDT/MDA

	Brasil	Território	%
Número de Territórios	164	-	-
Municípios	5564	2500	44,93
Área	8.626.768,60	5.046.045,50	58,49
População	183.989.711	52.560.160	28,57
População Rural	28.425.733	15.923.286	56,02
Pescadores	798.477	458.067	57,37
Agricultores Familiares	4.363.034	2.550.151	58,45
Famílias Assentadas	880.655	645.288	73,27
Demanda Social*	5.243.689	3.195.439	60,94
Bolsa Família	11.047.139	4.805.853	43,50
Quilombolas	1.510	1.077	71,32
Terras Indígenas	670	377	56,27
Número Municípios Alta Renda (**)	1.567	335	21,38
Número Municípios Baixa Renda (**)	725	485	66,90
Número Municípios Dinâmicos (**)	1.002	731	72,95
Número Municípios Estagnados (**)	2.264	948	41,87

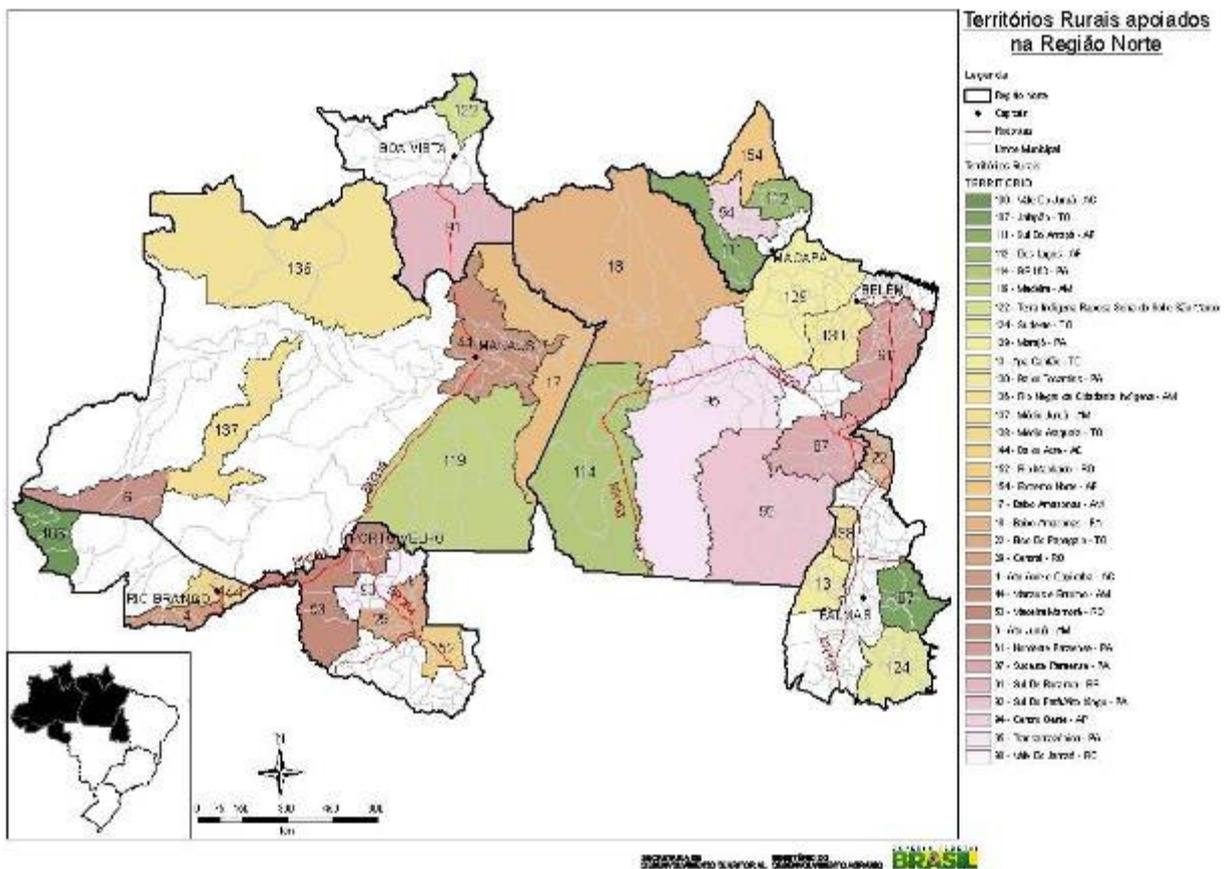
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

(\*) **Demanda Social**: Igual à soma das variáveis Famílias Assentadas e Agricultores Familiares

(\*\*) **Desigualdade Regional:** Igual ao cruzamento das variáveis “rendimento domiciliar médio” e “crescimento do PIB per capita”. **Alta Renda:** Alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado; **Dinâmicos:** Rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa; **Estagnados:** Rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico; **Baixa Renda:** Baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo (MIN, 2005).

Na Amazônia, para o Governo Federal, Região Norte, são 33 territórios rurais existentes.

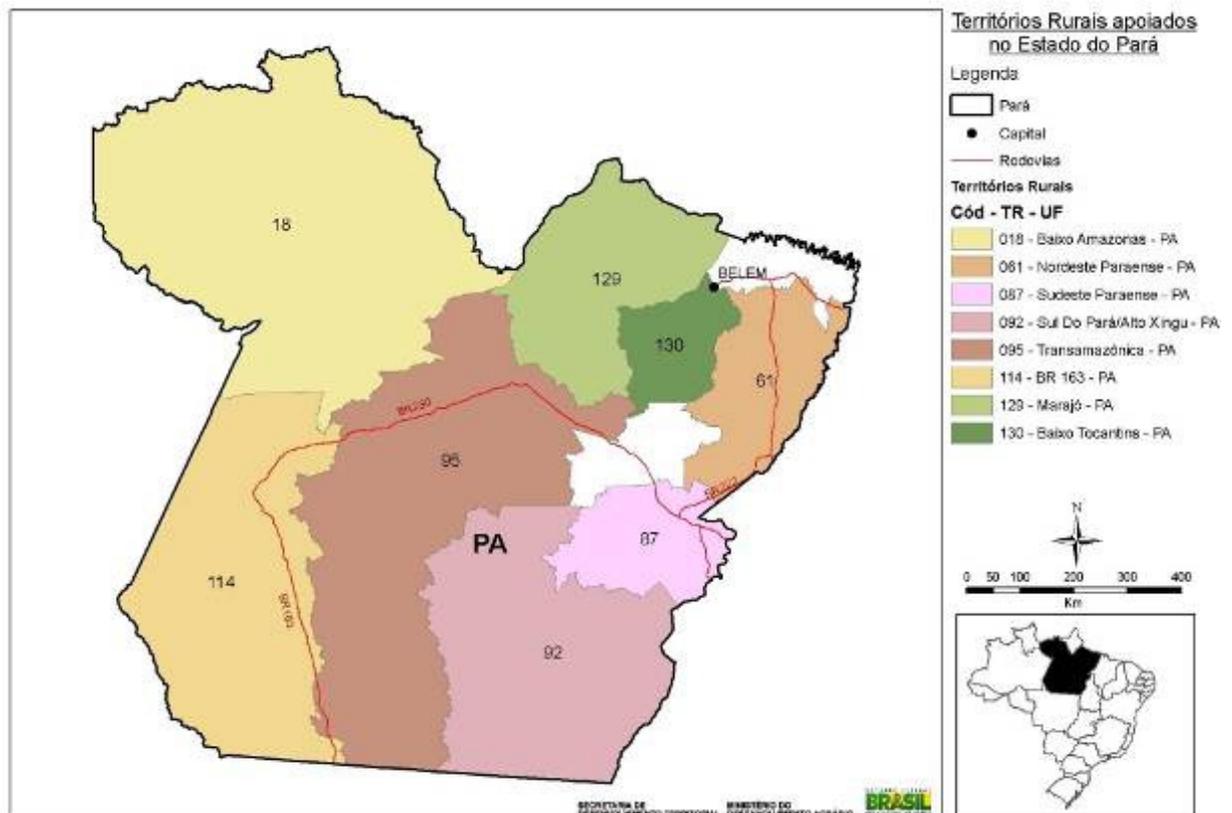
**Mapa 3 – Territórios Rurais na Região Norte**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

No que diz respeito à regionalização, o MDA/SDT, ao dividir os Estados, destinou ao Estado do Pará 8 (oito) territórios rurais.

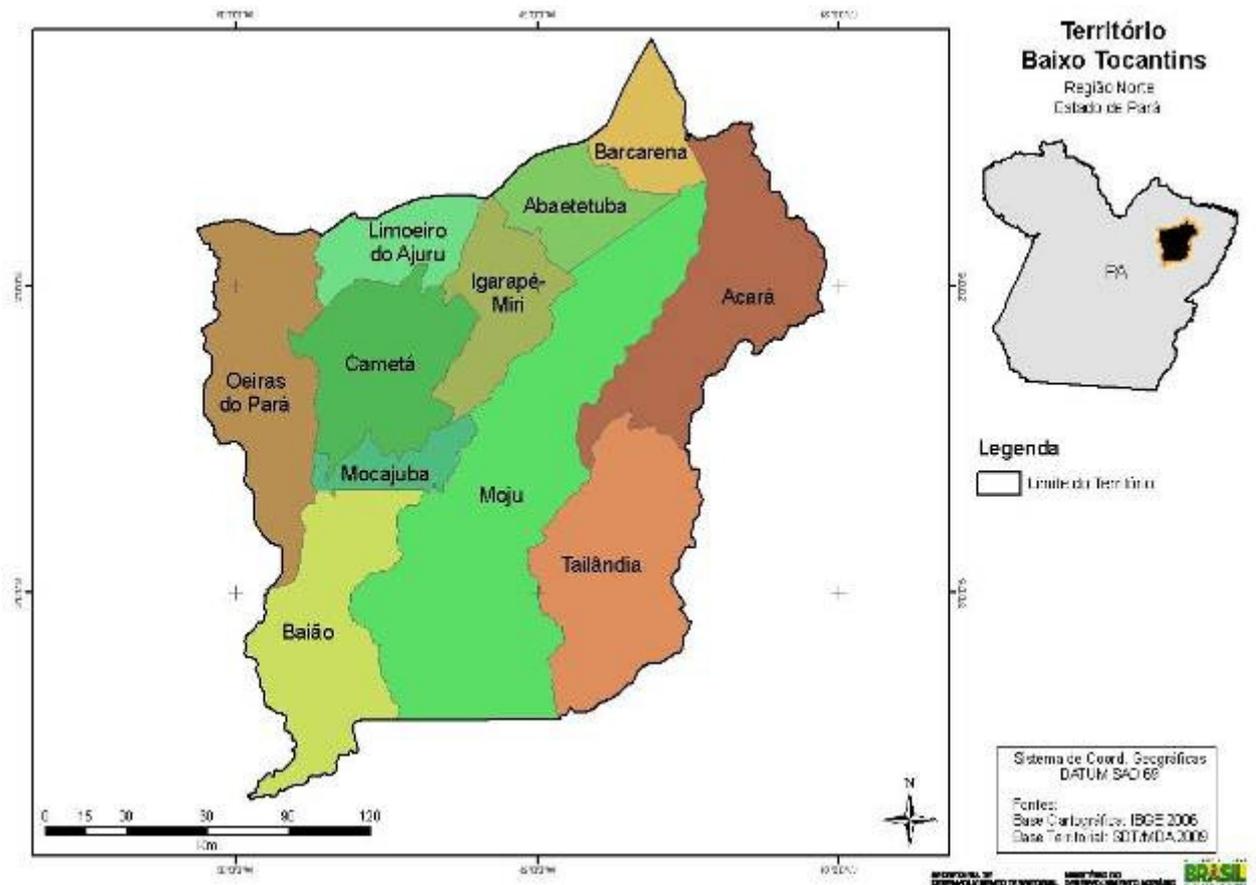
**Mapa 4 – Territórios Rurais no Estado do Pará**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Essa relação de territórios rurais, o Baixo Tocantins pode ser observado contendo 11 Municípios. Verifica-se que a relação entre agricultores familiares, famílias assentadas, pescadores, indígenas e quilombolas. Na figura e no quadro os dados estão atualizados até 2007, dessa forma a compreensão deve ser relativizada quando a discussão se assenta nas famílias assentadas.

**Mapa 5 – Municípios do Baixo Tocantins**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

**Tabela 4** – Demanda Social do MDA/ Território 130 – Baixo Tocantins - PA

Município	Agricultores Familiares(1)	Famílias Assentadas (2)	Pescadores	Terras Indígenas	Quilombolas
Abaetetuba	4.451	7.155	4.835	0	0
Acará	4.237	566	1.207	0	1
Baião	1.972	1.285	8.472	1	5
Barcarena	814	2.196	726	0	0
Cametá	9.063	6.064	11.625	0	0
Igarapé-Miri	1.970	4.336	2.673	0	0
Limoeiro do Ajuru	2.589	500	5.494	0	0
Mocajuba	1.244	0	6.593	0	0
Moju	3.617	1.090	1.983	1	3
Oeiras do Pará	2.278	1.468	3.378	0	0
Tailândia	130	41	4	0	0
<b>Total Território</b>	<b>32.365</b>	<b>27.701</b>	<b>46.990</b>	<b>2</b>	<b>9</b>

Fonte: (1) IBGE/Censo Agropecuário (1995/1996); MDA/INCRA/SIR (2007).

Os Municípios até 50 mil habitantes e a densidade populacional menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado. Esse é o critério demográfico para a formulação dos territórios rurais. (LEITE, 2012). Partindo da definição da regionalização da Amazônia, do Estado do Pará e do Território Rural do Baixo Tocantins, o processo de apresentação será o desenvolvimento territorial rural.

#### 4.2 AS FACES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Para que se entenda a teoria do II PNRA é preciso entender as interpretações sobre a Reforma Agrária no Brasil, por meio de entendimentos sobre as dinâmicas das pesquisas relacionadas ao desenvolvimento rural, todos relacionados às Políticas Públicas territoriais rurais, para, enfim, aproximarmos da aplicação do II PNRA, nas Comunidades rurais, hoje, conhecida como Projeto de Assentamento Araxiteua.

As dinâmicas internas, ou seja, típicas dos problemas brasileiros, são defendidos por Veiga (2001), Schneider (2003, 2004, 2010), Abramovay (2009) e Abramovay; Magalhães; Schroder (2010). Apresentam-se então alguns elementos que mostram dar relevância à realidade rural brasileira.

Veiga (2001) mostra que para que seja formulada Políticas para o desenvolvimento rural no Brasil, será importante elencar fatores como: arranjos institucionais intermunicipais; participação do governo federal; o empreendedorismo dos agricultores familiares. (VEIGA, 2001, p. 112). Para o empreendedorismo será

preciso capacitações promovidas por universidades. Além desses elementos, o autor propõe um contrato territorial de desenvolvimento. Onde todos os atores participem do processo de decidir sobre o desenvolvimento rural. Vê a importância da dimensão territorial, levando em conta a forte ruralidade existente no Brasil.

Em Schneider (2003, 2004, 2010), trata das dinâmicas internas como sendo pertinentes para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural. Visto que os problemas internos no Brasil são próprios de sua formação. Além disso, mostra que a agricultura familiar é vista como elemento fundamental para as realidades agrárias brasileiras. Para mostrar claramente isso, verifica-se a existência de três proposições de autores brasileiros sobre o desenvolvimento rural. O quadro abaixo resume essas vertentes.

**Quadro 2** – Resumo sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil

<b>VERTENTES</b>	<b>AUTORES</b>	<b>DIMENSÕES</b>	<b>PROPOSIÇÕES</b>
<b>Institucional, Inovação e Sustentabilidade.</b>	Veiga e Abramovay	Institucional, Social e Econômica.	Inovação tecnológica, Agricultores familiares como empreendedores, Capital Social (Putnan), Papel das Instituições estatais e não estatais para reduzir os custos de transação.
<b>O Novo Rural brasileiro: atividades não agrícolas e políticas compensatórias.</b>	Graziano da Silva – Projeto Rurbano	Modernização, Novas atividades industriais e Agropecuárias	Novo rural: famílias pluriativas, Políticas sociais e compensatórias para pobres do campo e vulneráveis socialmente.
<b>A força da tradição e os limites históricos e sociais ao desenvolvimento Rural.</b>	José de Souza Martins, Zander Navarro e J. Fox	Política, Social e Cultural	Fim do conservadorismo pelas elites locais baseadas no clientelismo político, essas são mudanças socioculturais e políticas.
<b>Agro alimentar para o desenvolvimento rural.</b>	Wilkinson, Lima, Souza Filho e Batalha	Agronegócio e Cadeias agros alimentares	Formas de integrar os pequenos agricultores ao mercado, Autonomia do agricultores familiares na forma de produzir e gerenciar os negócios e Inovação tecnológica para as demandas dos mercados locais.

Fonte: Schneider (2010). Elaboração: Penha (2011).

No quadro acima se pode entender as considerações de fatores internos que exemplificam as diversas formas de interpretar e propor Políticas Públicas.

Diferentemente dos autores que se preocuparam em entender os fatores externos, sem realmente compararem as realidades brasileiras. Trataram dessa forma, de não enxergar tanto fatores internos das realidades diferenciadas do território brasileiro.

Abramovay (2009) identifica funções da ruralidade atualmente não pode ser considerada um grau do desenvolvimento a ser combatido pela urbanização. Desde que seja rompido a relação rural e urbano. Ainda sobre isso, as representações sindicais devem ser reconhecidas como participantes reais e reivindicar os riscos das políticas a serem discutidas. Abramovay; Magalhães; Schroder (2010) foram os que se preocuparam com as relações entre a governança e a participação nos projetos. Eles defendem que devem existir participantes administradores e gestores nos processos participativos territoriais. Visto que, se só participarem atores agrários e agrícolas, os projetos vão terminar sendo setoriais.

Nesta pesquisa levar-se-á em consideração as dinâmicas internas, no sentido de aproximarmos do objeto, visto que as dinâmicas poderão ser medidas e entendidas para o Território Baixo Tocantins ou Região de Integração do Tocantins, devido os municípios serem de formações semelhantes, por mais que a dinâmica das Rodovias seja diferente temporalmente.

Em uma abordagem mais local, Vasconcellos; Rocha; Vasconcellos (2011) partem do princípio da sustentabilidade e definem que:

Desenvolvimento territorial e, portanto, a construção de identidades próprias a estes arranjos, o fortalecimento da sociedade civil através do aumento de associações horizontais. De fato, em qualquer processo real, a particularidade dos atores institucionais em jogo necessariamente se coloca. (VASCONCELLOS; ROCHA; VASCONCELLOS, 2001, p. 205).

Os autores em questão levam em conta a dimensão institucional. As formas horizontais caracterizam então no caso das particularidades, os assentados do Assentamento Araxiteua. Assim, a análise deve ser para além da dimensão econômica.

Das concepções vistas nas exposições acima se busca então definir a forma de desenvolvimento rural que esse trabalho vai se ancorar. A seguir faz-se uma longa discussão sobre o Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.

Para contrapor a teoria do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do II PNRA serão usadas as proposições feitas por Hurtienne (1999, 2001, 2004, 2005).

Por mais que não seja necessariamente uma proposta teórica do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia Oriental, ficam implícitas em seus artigos, propostas de caminhos para explicar as realidades agrárias na Amazônia oriental e para o Estado do Pará. Ele chegou a essas conclusões a partir de pesquisas teóricas e empíricas, com metodologia comparada e confrontando resultados de pesquisas anteriores as suas e as pesquisas contemporâneas.

Para se definir como sendo uma teoria, os resultados, críticas, metodologias e contribuições, foi necessário fazer uma revisão bibliográfica de quatro artigos do autor, vê-se que existe uma teoria construída. Sintetizando, pode-se encontrar a teoria do Desenvolvimento Rural Sustentável, onde os elementos chave são: agricultura familiar; relação conectada entre o campo e a cidade; espacialização das formas de produção familiar na várzea, no estuário e na terra firme.

Que materializará as condições agroecológicas diversas; formas de participação no mercado local, nacional e global; ambiente institucional político que leve em consideração as diversidades culturais, sociais, econômicas e espaciais; a forma de renda das famílias não agrícolas como a aposentadoria e as formas de trabalho extra e; a relação entre o trabalho e renda agrícolas não sejam calculados apenas pelo trabalho anual, mas sim, pelo trabalho diário. Este último, deverá se afastar da discussão neoclássica.

Tais elementos estão imbricados de forma interdisciplinar é que dão a forma da teoria que se encontrou nos artigos do autor. Onde as dimensões política, ecológica, econômica, sociológica, antropológica e espacial estão presentes. São esses os elementos que são encontrados nos artigos de Hurtienne (1999, 2001, 2004, 2005), que nortearão a pesquisa para contrapor a teoria do II PNRA e, os Programas complementares.

## 5 REFORMA AGRÁRIA E A AVALIAÇÃO DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

O objetivo deste capítulo foi fazer na primeira parte uma abordagem sobre a reforma agrária. Na segunda realizou-se uma avaliação sucinta e sistemática a partir da discussão e comparação de fontes que atualmente tem concordado e discordado sobre os dados da Reforma Agrária publicados pelas instituições rurais MDA e INCRA.

### 5.1 A REFORMA AGRÁRIA

O estado da arte sobre a reforma agrária tem tido divergências de concepções. Autores como Fernandes (1999), Martins (2001, 2003a, 2003b, 2004), Oliveira (2007), Guanzioli (1998, 2002) e Valente (2009). Foram feitas releituras no intuito de mostrar as principais teses desses autores. Verificaram-se mais pontos divergentes do que convergentes.

Fernandes (1999) e Oliveira (2007) apresentam as mesmas visões sobre reforma agrária. Para eles o problema a ser resolvido é primeiramente sobre a distribuição de terras, visto que, está concentrada desde o processo de colonização e que contribui para a renda da terra e para a expansão do capital. Outro problema está na questão de distribuição de assentamentos. Fernandes (1999) defende que a reforma agrária deverá ser feita apenas para o MST. Para ele, a agricultura familiar não precisa de distribuição de terras e nem de ajudas econômicas, como os créditos. E conclui que as políticas agrícolas para a agricultura familiar “contribuem para a desestruturação da luta pela reforma agrária” (FERANDES, 1999, p. 64).

Oliveira (2007), analisando somente o MST, faz uma avaliação do II PNRA e conclui que nesse governo foi uma “não reforma agrária” visto que o MDA/INCRA não atingiram suas metas. Ainda afirma que a reforma agrária do Governo Lula da Silva, não passou de uma farsa.

Analisando tanto as abordagens desses dois autores, não pode-se desprezar suas preocupações com o MST e os assassinatos. O problema está no fato de apenas reconhecerem o MST, como demandantes de planos e programas para o espaço rural. Isso pode ser confrontado com os outros autores abaixo discutidos. Uma vez que para Fernandes (1997) e Oliveira (2007), não correlacionam as outras

formas de agricultores familiares. Mesmo com terra, eles precisam também de políticas públicas. Na verdade existe um conflito ideológico entre os autores. Pelo conflito, ressaltando as discussões sobre Collins (2009).

Contudo em Martins (2001, 2003a, 2003b, 2004), suas preocupações sobre a reforma agrária são dos pontos de vistas políticos e sociais. Para ele, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária encontrou sua identidade e o seu destino. Visto que esse governo criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e fortalecendo institucionalmente o INCRA, para construir assentamentos. O autor identifica que o empecilho para o sucesso é que ainda existem no Brasil formas de atraso como o clientelismo, mandonismo local que estão inseridos nas instituições. Outro problema é que a reforma agrária está contaminada pela Igreja, partidos políticos e pelo MST. O diálogo para ele, só será possível, quando essas formas de relações forem dissolvidas do processo da reforma agrária.

A visão desse autor fica apenas nas relações políticas e sociais, no entanto não cita a dimensão econômica como sendo fundamental, quando cita, apenas setoriza. Todavia, diferentemente de Fernandes (1997) e Oliveira (2007), Martins (2001, 2003a, 2003b, 2004), reconhece que as construções dos assentamentos já são reforma agrária. Assim pode-se inferir que tanto na política do Governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto de Luiz Inácio Lula da Silva, houve sim reforma agrária. Ainda nesses estudos de Martins, não está diretamente explícito a defesa dos agricultores familiares que possuem e já fazem o uso da terra. Isso leva ao entendimento que a reforma agrária está sendo possível.

Nos trabalhos de Guanziroli (1998, 2002), defendem a relação interdisciplinar entre a Economia e a Sociologia, visto que devem-se levar em consideração os fatores atuais da dinâmica econômica brasileira e a forma como a agricultura familiar se comporta nos mercados. Um dos problemas das Reformas Agrárias na América Latina terem sido um fracasso foi devido o Estado ter se preocupado apenas com o tamanho da terra para a produção. Por conseguinte, o autor deixa claro que, alguns países que tiveram sucesso, primeiro acabaram com os latifúndios, havendo certo grau de modernização e na gestão da produção e na comercialização. Então, é esse o modelo que o autor defende para o Brasil.

Valente (2009), quando afirma ser a Reforma Agrária ser um “debate inconcluso”, mostra que os assentamentos pensados não podem apenas levar em

consideração a educação rural, habitação, maior acesso aos serviços de saúde, infraestrutura e extensão rural. A autora faz ataques as ideias de Ariovaldo Oliveira.

Na passagem abaixo Valente (2009) mostra que

Outros analistas merecem aqui apenas uma menção, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Juarez Rocha Guimarães. Oliveira (2004), geógrafo, contrapõe um hipotético “mundo dos camponeses” ao do agronegócio, empregando um discurso problemático, que muito se distancia do espaço de reflexão pertinente das ciências sociais. Critica asperamente a produção acadêmica de vários intelectuais que questionam os critérios utilizados no país para definir “o rural” e outros que recusam o tratamento militante da RA. Curiosamente, os dados, tabelas e análise apresentados pelo autor tão somente reafirmam ser falsa a dicotomia citada, corroborando presença inquestionável da agricultura familiar no agronegócio. (VALENTE, 2009, p. 103).

Os ataques feitos pela autora nessa passagem, expressa que não existe só uma via para explicar a reforma agrária. Os conflitos que Valente (2009), lança é no sentido de entender que o caráter militante deve ser relativizado enquanto forma de pesquisa, ou seja, uma forma de não redundar o debate da reforma agrária brasileira apenas pelo MST. Quanto ao tratamento da agricultura familiar, o combate da autora a Ariovaldo Oliveira, corrobora no quadro 1 sobre o dualismo agrário proposta de Schneider (2010a), que denomina de agricultura familiar moderna.

Dessa forma, Ariovaldo Oliveira recebe críticas de Valente (2009) coerentes do ponto de vista geral e particular. Nesta pesquisa, os resultados demonstraram que esse autor em parte está correto. Já para as ideias da autora existe o predomínio corroborante dos resultados com suas ideias.

Chega-se então no ponto para apresentar como se apresenta a reforma agrária. Assim com a criação do II PNRA, foi criado o Programa Novos Assentamentos, que teve como escopo somar o PRONAF com a construção de assentamentos, denominado de “crédito e infra-estrutura” (BRASIL, 2003, p. 5), também chamado de “crédito-fomento”.

No II PNRA está presente mais um financiamento para os agricultores familiares camponeses, que é o crédito-fomento. É um financiamento direcionado para os camponeses assentados. Para que exista, do ponto de vista formal, os assentamentos, é preciso que os camponeses se organizem em Associações ou Cooperativas de Trabalhadores Rurais, porque os documentos II PNRA exigem.

No documento do II PNRA, a teoria ou as teorias presentes são: “desenvolvimento territorial; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento rural e agrícola; desenvolvimento rural sustentável; desenvolvimento regional; desenvolvimento territorial sustentável e desenvolvimento rural” (BRASIL, 2003).

O quadro-resumo abaixo mostra o desenho do II PNRA e do Programa Novos Assentamentos. O objetivo de construção desse quadro é de mostrar o entendimento institucional oficial do MDA/INCRA para o rural brasileiro. Assim, pode-se resumir um documento contendo quarenta páginas.

**Quadro 3 – Síntese do II PNRA e do Programa Novos Assentamentos**

<b>Teorias</b>	Desenvolvimento: territorial; sustentável; rural e agrícola; rural sustentável; regional e territorial sustentável.
<b>Beneficiários</b>	Populações ribeirinhas; Comunidades rurais tradicionais; Agricultores familiares; Atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura; Ocupantes não índios das áreas indígenas; Mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural; Outros segmentos da população que habitam os municípios rurais e não se dedicam às atividades não agrícolas; MST e Quilombolas.
<b>Objetivos</b>	Produzir, gerar renda e ter acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, energia e saneamento; Realizar uma reforma agrária ampla e sustentável; Impulsionar uma nova estrutura produtiva; Assegurar a qualidade dos assentamentos; Combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos; Fortalecer os assentados da Reforma Agrária; Fortalecer a agricultura familiar e as comunidades tradicionais; Superar as desigualdades de gênero; Garantir a sustentabilidade ambiental e Criar condições para a eficácia das políticas de fomento à produção.
<b>Programa Novos Assentamentos</b>	Gerar excedentes de renda familiar para o consumo e para o custos primários de produção; Integração produtiva e desenvolvimento territorial sustentável: implantação de novos projetos de assentamento como desenvolvimento sustentável dos territórios; Agregar valor em cadeias produtivas regionais Interação com os mercados locais, regionais e externos; Promoção comercial dos produtos; Criação de redes de comércio justo e atividades rurais não agrícolas; Viabilidade econômica: na gestão dos recursos do crédito aos assentados e assentadas, as associações ou cooperativas irão decidir suas prioridades de forma a somar as oportunidades locais e territoriais; A gestão ambiental e a participação de todos nas decisões coletivas, serão fundamentais para garantir a sustentabilidade e a promoção da igualdade e Gastos sociais com infraestrutura, saúde, educação, seguridades sociais e habitação.
<b>Dimensões</b>	Espacial, focalizado para o Território; Econômica; Ambiental; Social; Gênero; Institucional, Política e Cultural.
<b>Instituições</b>	Forte integração interinstitucional dos diversos ministérios e órgãos federais. Não estatais: Associações de Trabalhadores Rurais; Estatais: MDA, INCRA, Banco do Brasil, BASA, FUNAI, MEC, MDS, MS, MMA, MC, EMBRAPA, Caixa Econômica Federal, BNDES, CONAB e Universidades.
<b>Participação</b>	Associações ou Cooperativas dos Agricultores Familiares, Movimentos e entidades da sociedade civil, União, Estados e Municípios.
<b>Programas complementares</b>	Aquisição de Alimentos e Vida Digna no Campo; Bolsa Família; Safra da Agricultura Familiar; PRONAF; Aperfeiçoamento e Consolidação dos Assentamentos do INCRA.

Fonte: Brasil (2003). Elaboração: Penha (2011).

A teoria do II PNRA em que baseia-se o Programa Novos Assentamentos, não é clara, visto que se configura como teoria ou até mesmo teorias. Leva-se em consideração várias dimensões: política, econômica, social, ambiental, cultural e institucional. No caso desta pesquisa, o objetivo é estudar as dimensões social e econômica, embora sabendo que a dimensão política é fundamental.

No documento do II PNRA, a teoria ou as teorias presentes são: “desenvolvimento territorial; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento rural e agrícola; desenvolvimento rural sustentável; desenvolvimento regional; desenvolvimento territorial sustentável e desenvolvimento rural” (BRASIL, 2003).

Alguns dos diversos objetivos do II PNRA são: “viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola; consolidar a agricultura familiar; dinamizar as economias locais e regionais; transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática; impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais; assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva” (BRASIL, 2003).

Para resumir, citam-se os objetivos do Programa Novos Assentamentos, que estão diluídos no documento do programa, assim como os objetivos do II PNRA e as teorias. Então,

Uma nova perspectiva orienta o PNRA nos projetos assentamento busca-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade. (BRASIL, 2003, p. 10).

Em outro ponto, sobre o Programa Novos Assentamentos é colocado que:

O princípio geral do PNRA é incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e custos de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma. [...] A implantação de novos projetos de assentamento está vinculada a propostas de desenvolvimento sustentável dos territórios nos quais se inscreverão. Estes novos espaços para ações locais serão dinamizados pela descentralização das políticas públicas e pela participação social que, para além de definir sobre quais bases se

dará o desenvolvimento rural, também exercerá diversas formas de controle social. (BRASIL, 2003, p. 19-20).

A partir das duas citações infere-se que no Projeto Novos Assentamentos contém as proposições metodologias de operacionalização a partir da participação da sociedade, onde abarca todas as categorias sociais do espaço rural. Seguindo a lógica territorial da política, o desenvolvimento rural é o cerne da presente discussão devido ser expressa como teoria a ser aplicada quando da construção dos assentamentos.

Os assentamentos desse Programa estabelece a formação onde está presente alguns aspectos, no quadro 4, está presente o desenho institucional da política de Assentamento Federal. O PA Araxiteua está incluído nesse desenho. Sendo que ele contempla as regras Constitucionais, do Estatuto da Terra e do Código Florestal.

**Quadro 4** – Projeto de Assentamento

<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>TIPO DE DOCUMENTO</b>
INDIVIDUAL	TÍTULO
<b>DE QUEM É A TERRA</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
UNIÃO	INCRA
<b>QUEM TEM DIREITO</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>
CLIENTE DA REFORMA AGRÁRIA	ASSOCIAÇÃO
<b>MERCADO DE TERRAS</b>	<b>TAMANHO DA ÁREA</b>
VENDA APÓS 10 ANOS	MÁXIMO 100 HECTARES
<b>DEMORA</b>	<b>CUSTO</b>
MÉDIO	BAIXO
<b>MAPA DA ÁREA</b>	<b>PLANO DE USO</b>
GOVERNO FAZ	GOVERNO FAZ
<b>LICENCIAMENTO</b>	<b>DESMATAMENTO</b>
GOVERNO PAGA	MÁXIMO DE 20%

Fonte: Carvalho et. al., (2008).

Além disso, o quadro mostra os *stakeholders* dos Projetos de Assentamentos Federais, mostrando a concepção da propriedade que essa modalidade de assentamento é concedida. Esse quadro mostra que existem incoerências nos atores que participam da política. Está de fora a concepção de participação das políticas entre União, Estados e Municípios.

Dessa forma, a avaliação não será apenas levada em consideração a teoria do programa, também a avaliação de impactos, então é preciso fazer uma pequena discussão dessa relação teórica e metodológica da avaliação de políticas públicas.

## 5.2 AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA SOBRE O II PNRA

Neste tópico quatro fontes foram utilizadas porque como literaturas disponíveis são as mais conflituosas sobre os dados publicados pelo INCRA e pelo MDA sobre a Reforma Agrária. Assim eles fizeram suas avaliações.

A primeira crítica aos dados da reforma agrária foi pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) nos anos de 2006 e 2009. Foram realizadas duas em 2006, sendo que o primeiro foi publicado no mês de fevereiro e o segundo em outubro desse mesmo ano. A avaliação contida no primeiro documento mostra que o número de famílias assentadas foi “residual e periférica” (INESC, 2006a, p. 2). Essa conclusão foi feita quando comparado ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, no mesmo período calculado em anos. Assim ao apresentar uma tabela relacionando famílias assentadas e obtenção das terras nos períodos de 2000 a 2002 e 2003 a 2005, argumenta que a compra e a venda das terras para a reforma agrária foi superior ao instrumento de desapropriação. Também, os instrumentos de arrecadação e reconhecimento tiveram um longo crescimento.

Do instrumento arrecadação, é que o Assentamento Araxiteua foi obtido. Essa forma é que os agricultores já residem apenas com a licença de ocupação. Depois o INCRA fez o cadastro e os assentados provaram pela forma de uso que podem ser assentados. Assim as áreas públicas tornam-se a forma mais pacífica de reforma agrária. (INESC, 2006a). A desapropriação das terras foram menos realizadas durante esse período. Assim a relação com a distribuição das terras públicas no poder dos particulares, quase que não foram alteradas, ou seja, a concentração fundiária permaneceu.

Em outro documento publicado em 2006, o INESC avaliou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007. A proposta foi feita pelo Governo Federal e foi encaminhado para o Congresso Nacional. Foram feitas comparações dos déficits de dinheiro público para a construção de assentamentos rurais. O orçamento para 2007 diminuiu com relação aos anos anteriores. No trecho abaixo o INESC afirmou que.

O que observamos, a partir dos números expostos, é uma constante diminuição dos recursos previstos no PPA frente ao total dos orçamentos anuais. Dessa forma, as metas físicas não podem ser efetivadas. Além disso, percebe-se que existe um rebaixamento dos custos de serviços realizados pelas ações dos programas de reforma agrária. Essa postura, tanto por parte do Executivo quanto do Congresso Nacional, contradiz o discurso oficial em favor da reforma agrária e da agricultura familiar. Se o Estado reconhece que há um grande *déficit* social no campo, que existe uma concentração de terra absurda nas mãos de poucas famílias oligárquicas é necessário, então não apenas prever recursos, mas disponibilizá-los de forma efetiva. Sabe-se que o latifúndio não vai ser extinto somente pela disponibilidade dos recursos, mas pela soma de atitudes econômicas que considerem a importância da reforma agrária. (INESC, 2006b, p.6).

Com essa passagem, depreende-se que esse orçamento não era surpresa. A Bancada Ruralista era e continua ser a maioria no Congresso Nacional e os mesmos apresentavam-se como aliados do Executivo Federal. Isso não pode ser deixado fora de qualquer discussão sobre a Questão Agrária e da Reforma Agrária. Os recursos para a reforma agrária, combinados com as metas do II PNRA, não foram seguidos.

O INESC publicou em 2009, mais uma nota técnica sobre a análise do Orçamento da Reforma Agrária.

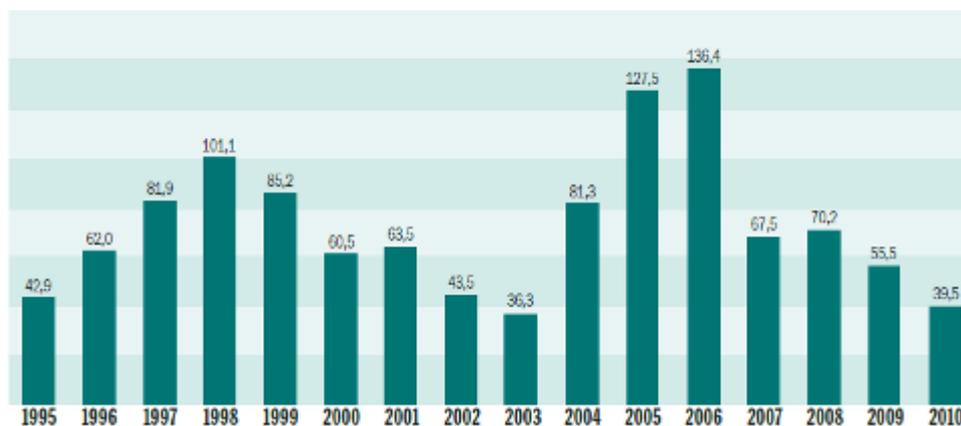
**Tabela 5** – Perda orçamentária negativa para agricultura familiar.

	2008	2009	2010	Perda %
<b>LOAs</b>	4.982.535.128	5.648.889.186	4.995.198.575	-11,6%
<b>PPA</b>	3.994.343.801	4.608.289.982	4.556.247.186	- 1,1 %
<b>LOA - PPA</b>	<b>1.038.191.327</b>	<b>1.040.599.204</b>	<b>438.951.389</b>	

Fonte: INESC (2009). Baseado nos dados do Siga Brasil/Senado Federal e Lei Orçamentária Anual.

Da tabela 5 – infere-se que a perda orçamentária é definida como uma “dimensão negativa” (INESC, 2009, p. 2). Assim o INESC concluiu que menor número de famílias seriam atendidas pela reforma agrária. Além disso, as metas não seriam cumpridas, segundo esses dados cruzados com as metas do II PNRA.

No gráfico 1 – abaixo, observa-se que as conclusões do INESC estavam confiáveis.

**Gráfico 1** – Evolução do número de famílias assentadas de 1995 a 2010.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)/ Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD)/ Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011. – Dados baseados nos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desse gráfico é preciso observar que está explícita a comparação entre os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Ao analisar e avaliar infere-se que a previsão do INESC se concretizou. Para 2010, as famílias assentadas foram menores que 1995 o primeiro ano do Governo de Fernando Cardoso. O pico durante os oito anos de Lula da Silva foi o de 2006. Foi neste mesmo ano que o Assentamento Araxiteua foi criado.

Leite (2006) rebateu as críticas feitas às instituições rurais do Governo Federal sobre a reforma agrária. Primeiro ele fez uma síntese histórica sobre o processo da modernização tecnológica da agricultura da década de 1970. Nesse raciocínio, a consolidação dos discursos sobre a modernização do campo data desse período não de agora.

Partindo dessa tese, o autor especifica que a desigualdade fundiária e que atrapalha o processo de desenvolvimento. Em outra parte Leite (2006), combate as críticas sobre a reforma agrária como sendo ultrapassada. Ele faz o conflito sobre os resultados de pesquisas sobre a dinamização da economia em regiões onde tem maior pressão populacional. Desmitifica também a relação sobre a favelização rural dos assentamentos.

Esse autor faz a contrariedade também sobre a geração de trabalho. Para ele, o importante é avançar e verificar os equívocos cometidos por outros autores que são contra a condução da reforma agrária pelo Governo Federal. Conclui também que os autores devem sair das “amarras reducionistas” (LEITE, 2006, p. 157).

Oliveira (2007) analisou e avaliou os dados publicados pelo INCRA e cruzou com os dados das metas da construção de assentamentos. Denominou o período de “a não reforma agrária do MDA/INCRA no Governo Lula” (OLIVEIRA, 2007, p.163). O autor metodologicamente cruzou os dados e chegou a conclusão semelhante a do INESC (2006a, 2006b, 2009). A relação do número de famílias com as formas de assentamentos criados é que são os conflitos do autor com o MDA/INCRA. Para ele, os resultados de 2006 foram uma farsa.

Por fim, outro conflito importante foi o publicado na Revista Carta Capital sobre os dados da reforma agrária. A matéria, assinada por Carvalho; Aggege (2011), conflitua partindo do aumento da concentração fundiária pelo índice de Gini. Segundo os autores, o índice de Gini da concentração fundiária de 0,856 em 1996, depois caiu para 0,843 em 1998, contudo cresceu para 0,854 em 2006. Esses dados são dos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006. Dessa forma os autores concluíram que a reforma agrária está longe de acontecer.

## **6 A AVALIAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO PA ARAXITEUA**

Este capítulo deve alcançar os objetivos da pesquisa já enunciados no capítulo introdutório. Dessa forma, a materialidade será desvendada a partir da metodologia rigorosamente aplicada. A divisão do capítulo está em duas partes. Na primeira dar-se-á destaque para a regionalização adotada neste trabalho, como forma de generalização dos dados para o Território Rural do Baixo Tocantins e para a Região de Integração do Tocantins.

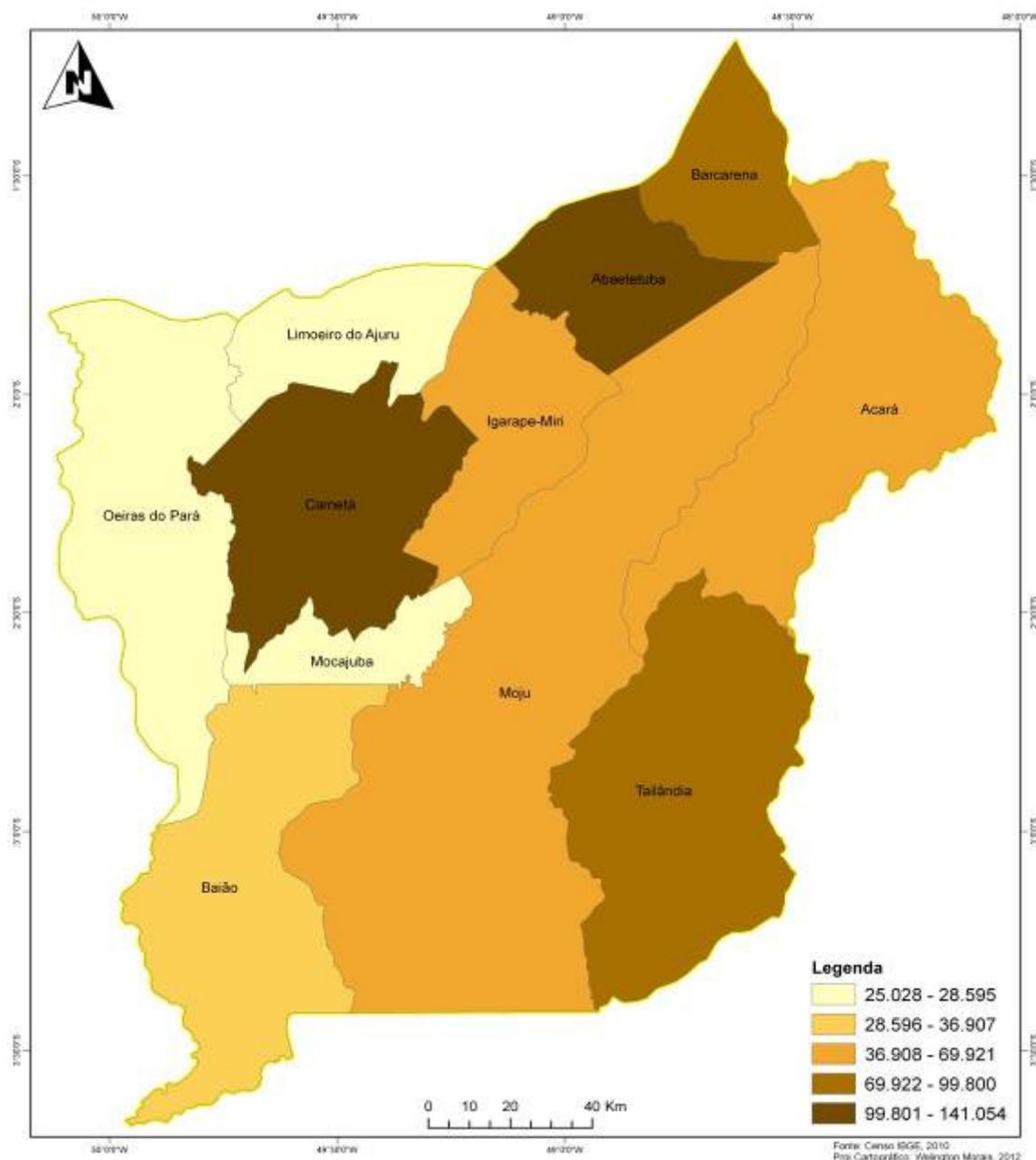
Na segunda, o título Avaliando a Reforma Agrária no Assentamento Araxiteua, avaliação equivale a análise e discussão dos resultados.

### **6.1 O ACARÁ NAS REGIONALIZAÇÕES**

Tomou-se como referência a regionalização feita pela Secretaria de Integração Regional (SEIR) do Estado do Pará, cuja denominação é a Região de Integração do Tocantins, onde os Municípios pertencentes são Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Essa regionalização faz parte das 12 Regiões de Integração do Estado do Pará como é mostrado no mapa abaixo.



**Mapa 6** – Quantidade da População dos Municípios da Região da Integração do Tocantins

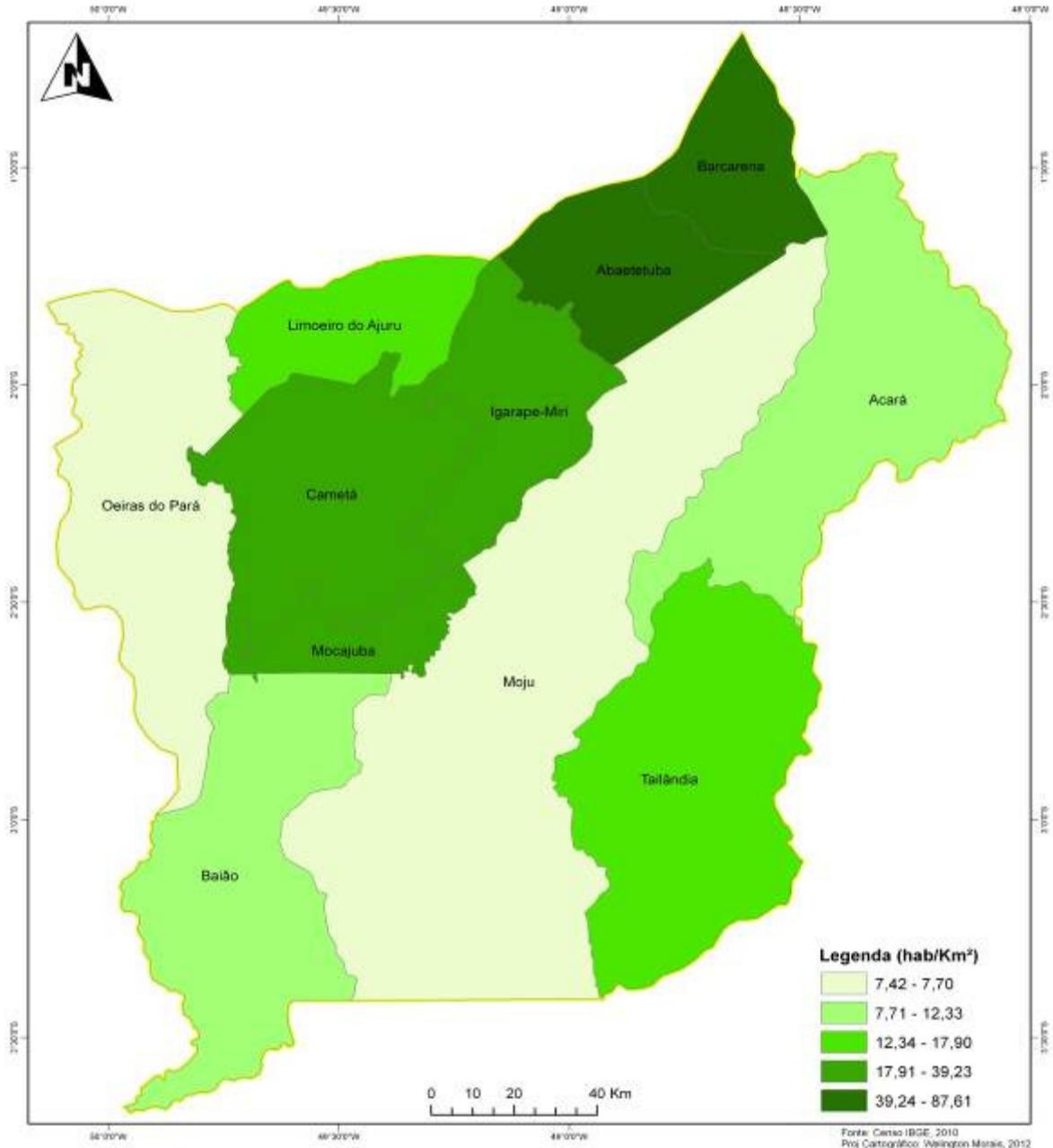


Fonte: IBGE (2010).

Como está presente no mapa acima, Abaetetuba e Cametá tem entre 99.801 a 141.054 pessoas, são os que tem maior população do dessa Região de Integração. Depois, Barcarena e Tailândia comportam-se entre 69.922 e 99.800 pessoas. Em terceiro são Acará, Igarapé-Miri e Moju e Moju com o intervalo entre 36.908 e 69.921 habitantes. Por fim, respectivamente Baião e Oeiras do Pará, isolados, entre 28.596 e 36.907 e 25.028 entre 28.595 pessoas.

Levando-se em consideração a distribuição populacional, mostram-se com intervalos grandes quando comparados os grupos que tem maior demografia.

**Mapa 7** – Densidade Demográfica dos Municípios da Região de Integração do Tocantins



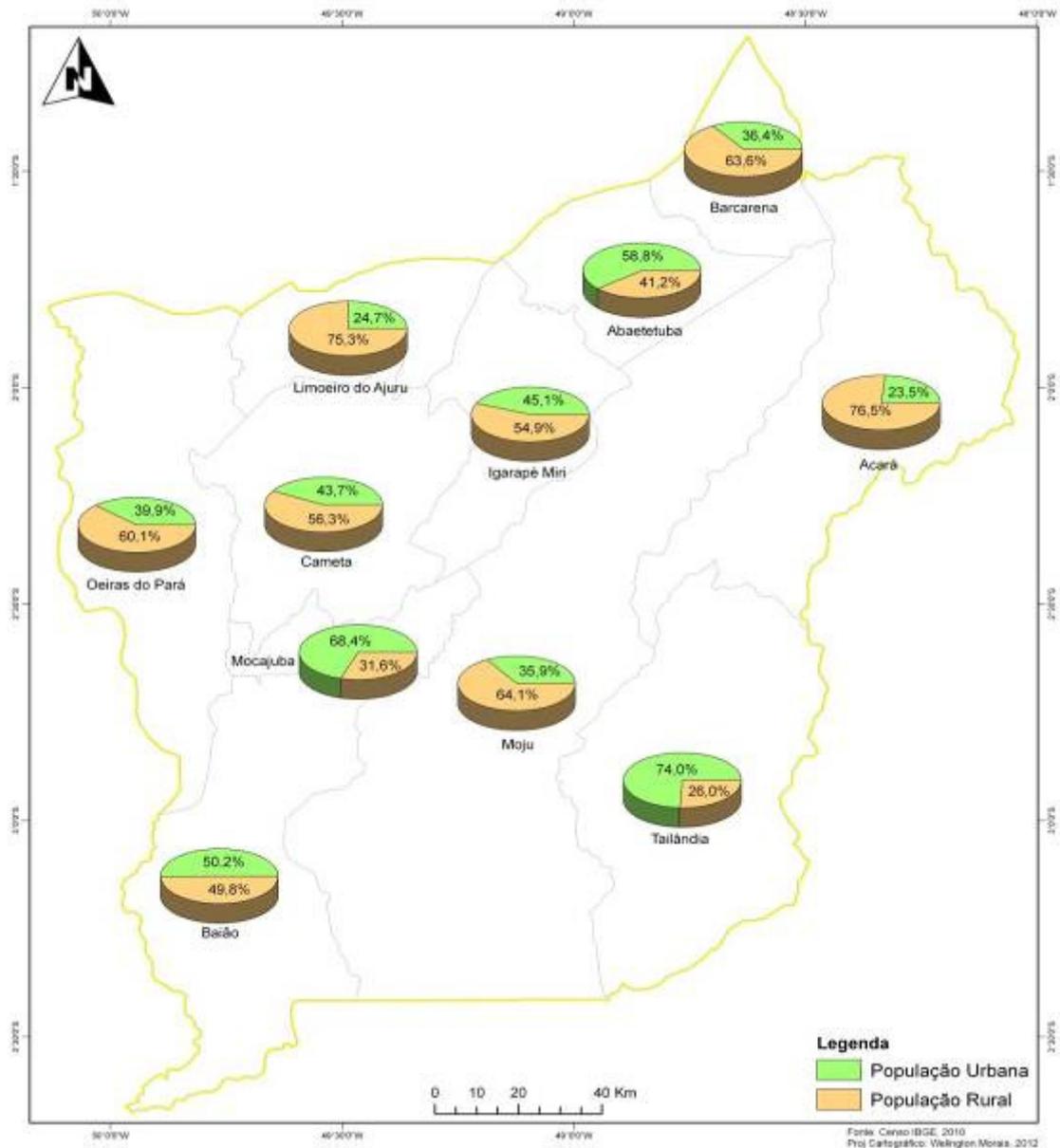
Fonte: IBGE (2010).

A realidade quanto à densidade demográfica, verifica-se no mapa – 7, que a pressão populacional altera-se da distribuição populacional. A maior pressão populacional é em Abaetetuba e Barcarena entre 39,24 a 87,61 habitantes por quilômetro quadrado, em segundo lugar entre 17,91 e 39,23 destacam-se Cametá, Igarapé-Miri e Mocajuba, já em terceiro lugar vem Limoeiro do Ajuru e Tailândia com

12,34 e 17, depois Acará e Baião possuem 7,71 e 12,33 habitantes por quilômetro quadrado. Por fim, Oeiras do Pará e Moju 7,42 e 7,7 habitantes por quilômetro quadrado.

O que se pode inferir desses dois mapas é que a distribuição espacial e a pressão demográfica não são diretamente proporcionais. Depende, portanto, do tamanho dos municípios e das formas de uso do solo pelas populações localizadas nos espaços rurais e urbanos.

**Mapa 8** – Distribuição populacional no rural e urbano.



Fonte: IBGE (2010).

As populações rural predominante em ordem decrescente são Acará com 76,5%, Limoeiro do Ajuru 75,3%, Moju 64,1%, Barcarena 63,6%, Oeiras do Pará 60,1%, Cametá 56,3% e Igarapé Miri 54,9%. Dos 11 Municípios, 7 tem sua população rural acima da urbana, mesmo com o processo demográfico está se configurando para a urbanização populacional da Amazônia.

Esses dados revelam a polêmica do Brasil urbano de municípios com o predomínio da população no espaço rural. Sobre essa polêmica, Hurtienne (2001), fez a discussão sobre o processo relativo da população urbana predominar sobre a

rural em alguns municípios da Amazônia Legal, baseado nos dados do Censo Demográfico de 2000. Na literatura disponível sobre a urbanização da Amazônia, o trabalho desse autor parece ser o único que se destacou na contra-mão dos trabalhos daquele período do tempo.

No entanto, os outros quatro municípios restante em ordem decrescente de predominância demográfica urbana são Tailândia (74%), Mocajuba (68,4%), Abaetetuba (58,8%) e Baião (50,2%). Essa realidade não se configura quando da distribuição espacial dos assentamentos, quando verificados na tabela abaixo.

**Tabela 6** – Projetos de Assentamento (PA) do Território Rural do Baixo Tocantins

Município	Quantidade	Área (Ha)	Capacidade de famílias	Famílias Assentadas	Famílias Tituladas	Famílias não Tituladas
Abaetetuba	20	35.345,21	5.881	7.435	0	7.435
<b>Acará</b>	<b>6</b>	<b>27.102,95</b>	<b>721</b>	<b>630</b>	<b>61</b>	<b>569</b>
Baião	1	58.816,00	600	598	0	598
Barcarena	8	25.280,43	1.768	2.671	0	2.671
Cametá	27	30.500,01	4.639	6.302	0	6.302
Igarapé Mirí	10	30.804,36	2.817	4.358	0	4.358
Limoeiro do Ajuru	18	61.389,87	3.162	3.215	0	3.215
Mocajuba	4	6.274,32	850	782	0	782
Moju	5	61.313,13	1.070	1.116	24	1.092
Oeiras do Pará	9	101.201,06	987	1.468	0	1.468
Tailândia	3	15.392,83	224	151	4	147
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>453.420,17</b>	<b>22.719</b>	<b>28.726</b>	<b>89</b>	<b>28.637</b>

Fonte: MDA/INCRA – Secretaria de Informações Territoriais (SDT) - Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, 2011. Elaboração: Penha (2012).

Segundo os dados do MDA/INCRA, divulgados em 2011, sobre as tipologias dos Assentamentos no Pará, pode-se entender os 20 que Abaetetuba possui. Esses são denominados Assentamentos Agroextrativistas Federais. Estão localizados nas ilhas, onde o uso do solo é feito por populações ribeirinhas, ou seja, onde predomina o uso da várzea com relação a terra-firme. Semelhante a situação de Abaetetuba, são Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba.

Com relação a Baião, o único Projeto de Assentamento é na categoria Reserva Extrativista (RESEX) denominado de Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho. A situação de Cametá é dos 27, 26 são Assentamento Agroextrativista Federal e 1 Assentamento Casulo. Em Oeiras do Pará, dos 9, 8 são Assentamento Agroextrativista Federal e 1 é a Resex Arioca-Pruanã. Já Tailândia, possui apenas 3

Projetos de Assentamento, sendo 1 sob Legislação<sup>20</sup> Federal e 2 sob Estadual. Em situações semelhantes, Acará e Moju são totalmente Assentamentos Federais, que segundo a tabela 7 – abaixo, comporta em todo o Brasil, a maioria das tipologias que são 6.437 projetos para 614.817 famílias assentadas.

**Tabela 7** – Tipos dos projetos de reforma agrária em execução no Brasil em 2009

<b>Sigla</b>	<b>Tipo dos Projetos</b>	<b>Nº Projetos</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Capacidade de: nº de Famílias</b>	<b>Nº Famílias Assentadas</b>	<b>Área Média</b>
PA	Projeto de Assentamento Federal - PA	6.437	31.398.808,488 <sup>2</sup>	727.818	614.817	43,1410
PIC	Integrado de Colonização - PIC	22	5.606.098,2223	58.927	9.008	95,1363
PE	Projeto de Assentamento Estadual - PE	1.019	3.160.415,4234	79.869	66.964	39,5700
PAD	Assentamento Dirigido - PAD	8	1.614.692,4530	18.367	13.141	87,9127
PAC	Assentamento Conjunto - PAC	17	552.198,8290	7.944	2.994	69,5114
TRQ	Projetos Quilombolas - TRQ e PA	31	279.809,6195	4.812	4.286	58,1483
PFP	Projeto Fundo de Pasto - PFP	138	174.754,6391	4.669	3.964	37,4287
PRB	Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB	80	113.951,5133	2.641	2.251	43,1471
PCA	Assentamento Casulo - PCA	92	20.101,9264	4.632	4.420	4,3398
PC	Colonização Oficial - PC	6	8.778,0000	833	432	10,5378
PAM	Assentamento Municipal PAM	3	8.378,8238	162	147	51,7211
	<b>SUBTOTAL - _ 1</b>	<b>7.853</b>	<b>42.937.987,9380</b>	<b>910.674</b>	<b>722.424</b>	<b>47,1497</b>

Fonte: IPEA (2011).

<sup>20</sup> As terras do Estado do Pará são de Legislação Federal sob domínio do INCRA e de Legislação Estadual sob domínio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

**Tabela 8** – Projetos especificamente voltados para a preservação ambiental.

<b>Sigla</b>	<b>Tipo dos Projetos</b>	<b>Nº Projetos</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Capacidade: nº de Famílias</b>	<b>Nº Famílias Assentadas</b>	<b>Área Média</b>
RESEX	Reserva Extrativista - RESEX	40	10.646.960,4432	43.486	38.815	244,8365
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS	11	8.977.931,7187	6.400	4.463	1402,8018
PAE	Assentamento Agroextrativista Federal PAE	290	8.863.667,6113	84.747	66.576	104,5898
FLONA	Floresta Nacional FLONA	10	4.588.581,3489	2.955	2.415	1552,8194
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS	109	3.168.948,5750	28.524	9.020	111,0976
FLOES	Floresta Estadual - FLOES	5	952.359,9970	1.500	765	634,9067
PAF	Assentamento Florestal - PAF	6	286.080,1607	1.167	1.071	245,1415
POLO	Polo Agro Florestal - POLOAGRO	3	2.431,8562	62	43	39,2235
<b>TOTAL</b>		<b>8.327</b>	<b>80.424.949,6490</b>	<b>1.079.515</b>	<b>845.592</b>	<b>74,5010</b>

Fonte: IPEA (2011).

Além das tipologias citadas anteriormente, a partir da tabela acima, que a sustentabilidade estão presentes apenas para o Projetos de Assentamento voltados exclusivamente para a Preservação Ambiental. Dessa forma, denota-se que os anteriores destacando os Projetos de Assentamento Federal, que são a maioria em todo o país, não são voltados para a preservação ambiental. Existe uma anomalia nos Projetos com relação a sustentabilidade ambiental. O que na verdade todos, são voltados para essa questão, principalmente na Amazônia Legal, onde comporta a maior distribuição espacial dos Projetos de Assentamento do Brasil. (IPEA, 2011).

A abordagem empírica dessa pesquisa será a tipologia do Assentamento Federal. Onde no Município do Acará contém 6, com destaque para o Projeto de Assentamento Araxiteua.

## 6.2 AVALIANDO A REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO ARAXITEUA

O Projeto de Assentamento Araxiteua, faz parte da tipologia Assentamento Federal. Sendo que a fase é em Estruturação. Quanto à fase de obtenção foi a modalidade Arrecadação. (BRASIL, 2011). Essa modalidade tem haver com as populações que já fazem o uso, mas falta arrecadar a terra para regularizá-la.

No assentamento, o Projeto original tem a capacidade de 83 famílias como visto na tabela abaixo.

**Tabela 9** – Projetos de Assentamento (PA) do Município do Acará

Nome	Área (Ha)	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas	Famílias Tituladas	Famílias não Tituladas
Araxiteua	1.389,75	83	81	0	81
Benedito Alves Bandeira	8.712	205	180	46	134
Calmaria I	9.605	190	179	0	179
Fortaleza	1.880,99	62	34	0	34
São Lourenço	1.258,78	36	28	0	28
Santa Maria I e II	4.256,41	145	128	15	113
<b>Total</b>	<b>27.102,93</b>	<b>721</b>	<b>630</b>	<b>61</b>	<b>569</b>

Fonte: MDA/INCRA – Secretaria de Informações Territoriais (SDT) - Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, 2011. Elaboração: Penha (2012).

No entanto, 81 foram assentadas. Quando da pesquisa de campo, foram aplicados 80 questionários, visto que um assentado havia falecido três meses. Desses 80, foram feitas 7 entrevistas não estruturadas. Essa forma de obtenção dos dados fazia parte apenas para atores isolados. Contudo, no momento das aplicações, foi pedido para esses 7 que fossem gravadas, visto que as falas eram fundamentais para a pesquisa. Serviram sem sombra de dúvidas para o método misto. Além disso, serviram também para as análises de cada variável e seus respectivos indicadores.

No que diz respeito a amostra da pesquisa, o universo da população rural do Município do Acará que é de 40.948 habitantes, a amostra equivale a aproximadamente 0,89% do total dessa população. Visto que durante as pesquisas de campo, fez-se o Censo do Assentamento que contabilizou 364 pessoas. Essas informações foram dadas pelos chefes das famílias.

Com relação ao tamanho do território do assentamento, transformando para hectares, a área do PA Araxiteua equivale a aproximadamente 31% (1.389, 75 ha)

do território do município do Acará (4.344,20 ha). Assim essas amostras foram as que nortearam a metodologia e consequentemente avaliação do Programa Novos Assentamentos.

O comportamento demográfico das famílias assentadas mostra que a mão de obra familiar está muito disponível. A porcentagem total mostra que a dos jovens somados os sexos masculino e feminino, é de 16,03%. Da faixa etária de 11 a 20 anos. Como mostra na tabela abaixo.

**Tabela 10** – Distribuição das famílias assentadas por faixa etária e sexo do PA Araxiteua

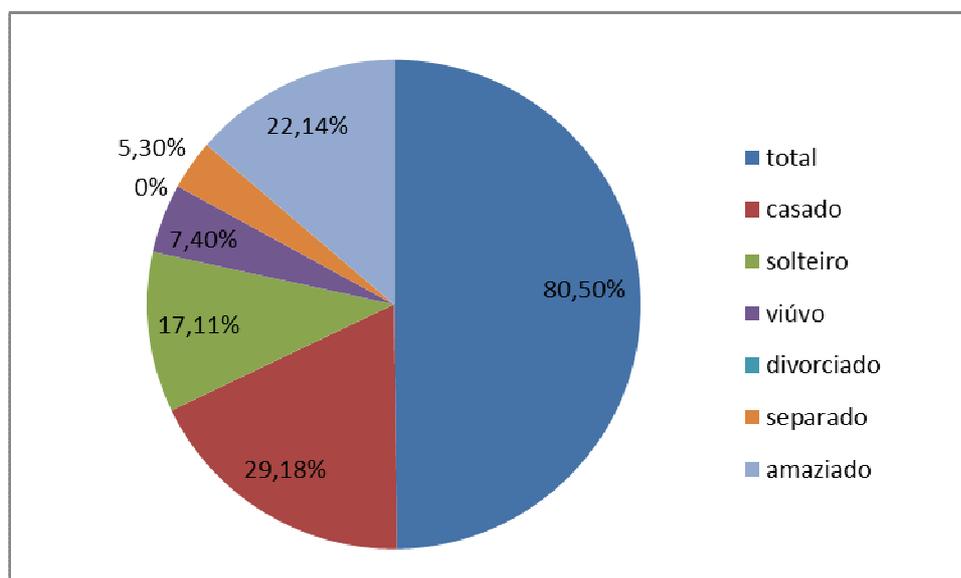
Faixa etária (Ano)	Feminino Número	%	Masculino Número	%	Total Número	%
0 a 5	32	15,09	23	15,23	55	15,2
6 a 10	37	17,45	28	18,54	65	17,9
11 a 15	18	8,48	16	10,6	34	9,34
16 a 20	14	6,6	11	7,28	25	6,69
21 a 25	9	4,24	8	5,3	17	4,67
26 a 30	15	7,07	8	5,3	23	6,4
31 a 35	4	1,9	5	3,31	9	2,47
36 a 40	15	7,07	9	5,96	25	6,7
41 a 45	8	3,77	6	3,97	14	3,9
46 a 50	13	6,13	7	4,67	20	5,49
51 a 55	14	6,6	9	5,96	23	6,4
56 a 60	4	1,9	3	1,98	7	1,92
61 a 65	6	2,8	4	2,65	10	2,8
66 a 70	5	2,4	4	2,65	9	2,47
71 a 75	2	0,93	2	1,32	4	1,09
76 a 80	5	2,4	1	0,66	6	1,64
81 a 85	4	1,9	2	1,32	6	1,64
86 a 90	2	0,93	2	1,32	4	1,09
91 a 95	3	1,41	2	1,32	5	1,37
96 a 100	2	0,93	1	0,66	3	0,82
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100</b>	<b>151</b>	<b>100</b>	<b>364</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha (2012)

A variável social foi avaliada partindo dos aspectos demográficos ora integrados, ora separados. Levando-se em consideração os dados por sexo, o feminino predomina. São 212 mulheres para 151 homens. Isso não acompanha os dados gerais do censo demográfico para o Acará. Esses números para o espaço são 19.100 mulheres que corresponde a 46,6% e 21.848 homens, correspondente a 53,4% da população rural. Dessa forma ao invés de ser uma masculinização, o perfil

demográfico do assentamento é de feminização<sup>21</sup>. Isso demonstra que se deve ser liberado ou reivindicado a linha do PRONAF Apoio Mulher, cujo valor é R\$ 2.400,00 em três parcelas de valores iguais por pessoa. (IPEA, 2011). Verificando-se nos dados obtidos em campo, essa linha, específica para o sexo feminino, não teve nenhuma reivindicação. Indagou-se para as 80 famílias sobre essa situação, as respostas em 100% de não conhecimento sobre essa linha.

**Gráfico 2** – Distribuição dos chefes de famílias assentados do PA Araxiteua segundo o estado civil



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha (2012)

No gráfico 2 é mostrado o perfil do estado civil dos assentados. Os resultados mostraram que das 80 famílias, 29 responderam serem casados. O perfil de assentados chefes solteiros é de 17. Para os amaziados apresenta-se 22 chefes. Não tem nenhum divorciado. Os que se declararam são 5 chefes.

Para os efeitos formais da implantação dos assentamentos verificam-se que 63,75%, não são casados, o que faz aumentar a demanda por casas. Excetuando os 8,75% de viúvos e viúvas, 55% dos assentados do PA Araxiteua são potencialmente demandantes de casas próprias do assentamento. Contudo, a distribuição das casas

<sup>21</sup> Esse caso de feminização do assentamento Araxiteua confronta os dados gerais os Censos Demográfico do IBGE. Na pesquisa de Camarano; Abramovay (1998) mostraram que ao fazerem um balanço de 50 anos de estudos sobre a demografia rural, a população rural estava se masculinizando. Além disso, os resultados apresentados foram que as migrações predominantes eram de mulheres.

já está no planejamento consolidado e não tem com ampliar. Para o entrevistado A<sup>22</sup> mostrou que:

Aqui no assentamento muitos casais estão se separando. Queremos que para não tenha mais brigas e violência para a minha filha, que o ex-marido dela tenha sua própria casa. Vamos falar com Escuro sobre isso. Ela ficou na casa porque o direito é da mulher. O importante é não ter mais briga.

Esse depoimento denota que as construções das casas não são estanques para os assentados. A ideia da entrevistada não é isolada verificou-se a mesma opinião de 5 das sete entrevistas não estruturadas. Isso demonstra que o conflito, ideia de Collins (2009), como tradição é vista não apenas por análises de cientistas, pode-se aplicar para análises de discursos.

Com relação a escolaridade, após a construção do assentamento, não houve avanço. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) não foi aplicado. O que chama atenção é para não integração entre união, estado e município. Ao entrevistar o Departamento de Educação do Campo do Município do Acará, revelou que “o INCRA nunca nos procurou”. Além disso, a entrevistada B afirmou que:

A Educação do Campo do Acará, além de ofertar o ensino nas comunidades rurais, os assentamentos também são atendidos. Só que não existe nenhuma aplicação de políticas alternativas para os assentamentos. Nem o INCRA e nem a EMATER nos procurou. Temos um grande desafio porque alguns professores estão cursando em Abaetetuba licenciatura em Educação do Campo. Daí pensarmos nos assentamentos após essas formações. Por enquanto as modalidades são as mesmas. Ressaltando que quase 80% da população vivem no campo e temos que dar conta também dos assentamentos. Tenho informações que o INCRA tem muito dinheiro para esse PRONERA, mas não sei os valores.

Pode-se inferir dessa entrevista que a sustentabilidade social nem começou, ou muito menos debatida. O documento que valida o PRONERA como política pública para a reforma agrária, data do ano de 2004. Contudo, na literatura documental disponível, verificou-se importante atualizar formalmente os objetivos desse programa.

Dessa forma o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 estabelece que os objetivos do PRONERA, que são:

---

<sup>22</sup> A forma de tratamento quando das entrevistas, não foram autorizadas os usos dos seus nomes, devido, segundo eles, do medo “da política”, cuja ordem parte de pessoas próximas a eles.

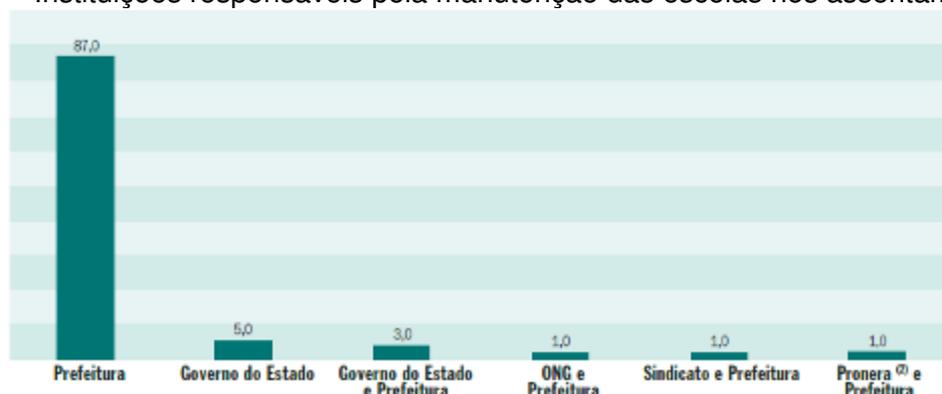
I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino; II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (BRASIL, 2010, p. 5).

Estão claramente especificados os três objetivos dessa pesquisa. Contemplam todas as modalidades do ensino regular e o técnico. É função do INCRA, como instituição promotora dessa política. Segundo o mesmo Decreto em seu artigo 16:

Art. 16. A gestão nacional do PRONERA cabe ao INCRA, que tem as seguintes atribuições: I - coordenar e supervisionar os projetos executados no âmbito do Programa; II - definir procedimentos e produzir manuais técnicos para as atividades relacionadas ao Programa, aprovando-os em atos próprios no âmbito de sua competência ou propondo atos normativos da competência do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e III - coordenar a Comissão Pedagógica Nacional de que trata o art. 17. (BRASIL, 2010, p. 6).

O depoimento do Departamento de Educação do Campo do Acará é coerente para a participação do INCRA. Mesmo com as atribuições acima citadas a partir do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, pode-se verificar a partir dos dados calculados pelo DIEESE/NEAD/MDA estão presentes no gráfico 3.

**Gráfico 3** – Instituições responsáveis pela manutenção das escolas nos assentamentos



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)/ Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD)/ Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011. – Dados baseados nos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir da tabela acima, verifica-se claramente que os municípios estão atendendo a demanda dos assentamentos. Ainda sobre análise da entrevistada B, pode-se generalizar o indicador educacional. As Prefeituras são responsáveis por 87% das escolas na Reforma Agrária. Enquanto isso o PRONERA, via INCRA, participa apenas em 1% da demanda nacional.

**Tabela 11** – Distribuição da escolaridade das famílias assentadas do PA Araxiteua

<b>Escolaridade</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Nunca estudou	35	11,32
1ª a 4ª incompleto	50	16,18
1ª a 4ª completo	73	23,62
5ª a 8ª incompleto	49	15,85
5ª a 8ª completo	36	11,68
Ensino Médio incompleto	39	12,62
Ensino Médio completo	23	7,44
Curso técnico	3	0,97
Superior incompleto	1	0,32
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha, (2012)  
Esta tabela não pode contar com as 364 pessoas. Dessas, 55 estão na idade de 0 a 4 anos Sendo que as Escolas oferecem vagas a partir dos 4 anos de idade.

O grau de escolaridade não se mostra nada animador. Na tabela empírica acima, apenas 7,44% da população obteve o ensino médio completo. Quanto a 1ª a 4ª série, comporta-se em 23,62%. Contando o tempo de 2006 a 2011, não houve evolução e melhora na educação. Dessa forma, o documento do PRONERA data de 2004, isso já estabelecido no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. O ensino técnico ficou por desejar, justamente porque na demanda pela educação os assentados do PA Araxiteua não querem apenas essa modalidade. A integração, a conexão do ensino técnico e do ensino regular tem que ser combinados.

Dos dados, 73% das famílias, responderam aos questionários que a técnica de plantar, colher e fazer a manutenção eles já sabem. O pensamento é importante para entender a realidade. Portanto, esse indicador revela que institucionalmente e materialmente, o Desenvolvimento Territorial Sustentável não aconteceu. Nesse ponto é preciso enunciar as formas institucionais, ou melhor, a variável institucional não deve ser analisada das instituições educacionais da instituição rural INCRA.

Por mais que sejam dados gerais estejam presentes, a comparação com os dados micros quantitativos e qualitativos demonstram que a sustentabilidade sustentável não ocorreu no Brasil, no Pará e muito menos no Assentamento Araxiteua.

A variável Institucional foi avaliada a partir das formas de participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acará, atendimento da Associação dos Assentados do PA Araxiteua, atendimento e informações pelo INCRA e a forma de participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Acará.

Do ponto de vista dos assentados, 71 das 80 famílias estão satisfeitas com os atendimentos das demandas sindicais. Após a construção das casas do assentamento, os serviços e a integração passou a melhorar. As 9 opiniões não foram respondidas devido não conhecerem o papel do Sindicato, dessa forma, para análise, subtede-se nem todos conseguem saber para onde e para que serve os impostos pagos para o Sindicato nas esferas federal e municipal.

Quanto a Associação dos Assentados do PA Araxiteua, os assentados mostram-se satisfeitos tanto pelo atendimento a suas demandas, quanto pelas informações sobre os benefícios dos assentamentos. Esse indicador aponta para a integração forte por parte da questão de classe.

No que diz respeito à participação na implementação e construções das casas, o sindicato rural não teve papel participativo. Segundo o entrevistado B, “não houve respeito ao Sindicato”. O argumento para não participação por parte do INCRA, é que eles fazem parte dos atores envolvidos no Programa Novos Assentamentos.

Analisando esse documento, a participação é vista abaixo no trecho do documento do II PNRA, cujo enunciado está presente no Quadro Síntese do II PNRA localizado na página 61 mostra que tanto os Sindicatos Rurais, quanto os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis. As únicas representatividades são das Associações de Trabalhadores Rurais.

O entrevistado C, é direto quando perguntado sobre a participação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Acará. Esse faz a seguinte afirmação

Infelizmente o Conselho não foi consultado. Até pela sua função que é fiscalizar e ajudar nas políticas públicas ficou de fora. O Conselho tem cadeira no Parlamento Municipal, na Educação, no Meio Ambiente, no Sindicato Rural e na Saúde. Nenhum desses órgãos foi consultado. Só sabemos quando visitamos os assentamentos ou por informações de agricultores familiares sindicalizados. Não sei realmente até onde isso vai. Penso que é positivo, mas devem contemplar todos e torço para eles não serem enganados. Mesmo assim, vou orientá-los.

Logo, a partir do discurso acima, infere-se que no II PNRA, os atores historicamente que lutaram e que lutam pela eficiência da política pública de reforma agrária, foram excluídos desde o desenho institucional da Política e que foi seguido até operacionalização nos territórios rurais.

Nessa variável institucional, os indicadores de insatisfação institucionais, se mostraram positivos como impacto para os assentados. Contudo, quanto indicador institucional e parceria entre instituições históricas como o Sindicato Rural foi negativa. Além disso, a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, também foi negativa. Nas esferas dos stakeholders, os Novos Assentamentos tiveram os impactos positivo e negativo.

A variável Territorial teve como indicadores o uso do solo ou uso da terra, a paisagem, a configuração territorial e a identificação enquanto pertencente a um território. O primeiro indicador que aqui se aponta foi o uso do solo.

Como forma de trabalho e uso da terra, verificou-se que a partir da tabela abaixo que 27,5% utilizam agricultura e criação.

**Tabela 12** – Formas de uso da terra pelos assentados do PA Araxiteua

Uso	Número	%
Somente Agricultura	5	6,25
Agricultura, Madeira/carvão	7	8,75
Agricultura e criação	22	27,5
Agricultura e extração	20	25
Agricultura e pesca	8	10
Agricultura e caça	7	8,75
Todos	11	13,75
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha, (2012)

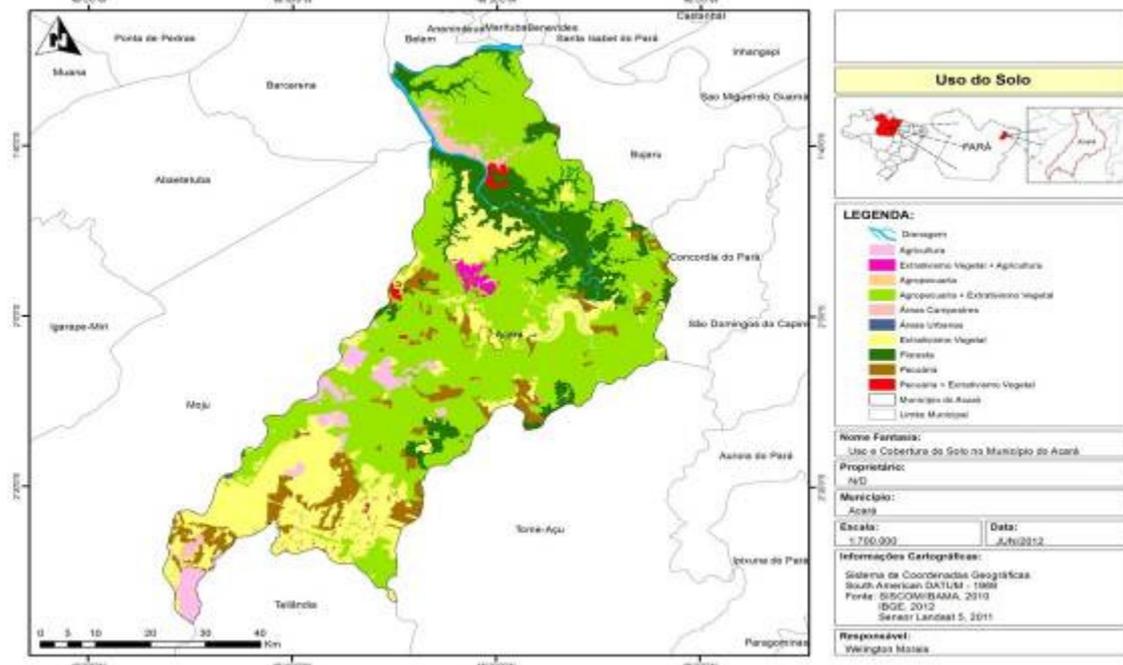
A segunda posição é de 25% utilizam agricultura e extração, aqui visto como manejo. Na terceira com 13,75% verifica-se que todas as formas de uso foram

utilizadas. Essa forma de diversificação tendo como base essa última posição, faz-se referência a agroecologia citadas por Hurtienne (2001, 2005) e por Shneider (2010a). Depois a agricultura e a pesca se destacam com 10%. Aqui referem-se ao uso dos igarapés e a criação de peixes e vendas constantes. Isso, ainda segundo informações verbais, tem haver com a disponibilidade de terras suficientes para as diversificações.

Fazendo os cálculos com o tamanho de cada assentamento, somado todas as formas de uso aqui identificadas, 17 hectares foram suficientes. Agricultura, madeira/carvão e agricultura e caça tiveram 8,75% de uso. Nessa porcentagem, mostra-se que do ponto de vista da floresta secundária, chamada de capoeira ainda mantém caças como tatu, cutia e paca. (INFORMAÇÕES VERBAIS). A caça está sendo abandonada devido a divisão das terras entre as famílias. Nesse ponto verifica-se formas de desmatamento, para as construções das casas, ampliações, mudanças e manutenções das roças e das plantações. Segundo informações verbais, respeitam-se os 80% do atual código florestal.

Por fim, em menor porcentagem, destaca-se somente a agricultura com 6,25% do uso. Essa forma, ainda é feita com a *shifting cultivation* (HURTINNE, 2001, 2004, 2005). Essa forma de uso da vegetação secundária está dando lugar para as formas agroecológicas do uso. A diversificação da produção, da extração/manejo e da criação fazem contribuem para a avaliação da variável econômica como impacto ao PA Araxiteua.

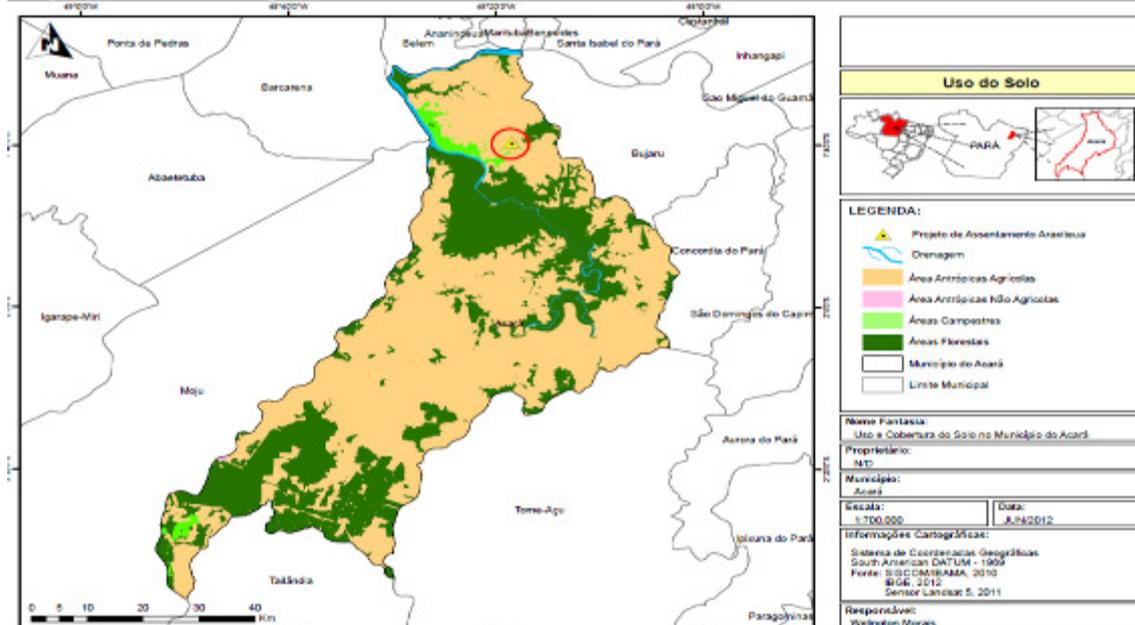
**Mapa 9** - Uso do solo do Município do Acará.



Fonte: SISCO/IBAMA (2010) e IBGE (2012). Elaboração: Wellington Moraes, (2012)

No mapa de uso do solo destacam-se as diversificações da agropecuária mais o extrativismo vegetal. A base cartográfica do Acará não está disponível uma escala de detalhe, contudo, analisando a localização do assentamento no mapa abaixo se verifica o misto de uso.

**Mapa 10** – Localização do PA Araxiteua e uso do solo.



Fonte: SISCO/IBAMA (2010) e IBGE (2012) Elaboração: Wellington Moraes, (2012)

As áreas de contato entre áreas antrópicas agrícolas, áreas florestadas e áreas campestres, revelam a diversificação. Destaca-se o misto entre o uso da terra firme e o uso da várzea. Segundo informações verbais, as formas familiares de uso é que são respeitadas e herdadas historicamente.

Sustentavelmente as intervenções do INCRA nas comunidades Braço, Bom Jesus, Malvina e Vila Nova, produziram um impacto positivo, visto que forçou rapidamente a diversificação. A pressão demográfica dentro do assentamento levou a aquisição de formas não agrícolas que é para além dos usos.

Os indicadores paisagem e configuração territorial da variável território serão avaliadas juntamente com a variável econômica.

Outro indicador territorial é a identificação. Identificou-se que 45% se dizem pertencer a um assentamento. Sendo que 36,25% se dizem pertencentes a Comunidade Rural e ao Assentamento.

Isso indica que a identificação diz respeito a ser um assentado da reforma agrária e ao mesmo tempo não perdeu o elo comunitário de modo de vida. Depois com 16,25% das respostas indicam que somente pertencem a Comunidade Rural.

Tabela 13 – Identificação Sócio Espacial

<b>Pertencimento como espaço geográfico</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Comunidade rural	13	16,25
Assentamento	36	45
Território rural	1	1,25
Todos	1	1,25
Comunidade rural e Assentamento	29	36,25
Comunidade rural e Território Rural	0	0
Assentamento e Território Rural	0	0
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de campo, 2011. Elaboração: Penha, (2012)

Esse resultado demonstra a resistência à valorização de um modo de vida Comunitário. Por fim com a mesma porcentagem 1,25% se identificam como fazendo parte de um território rural e todas as categorias.

Como o predomínio foi o assentamento, isso indica que assentado da reforma agrária é a forma de identificação espacial desse percentual familiar do Assentamento Araxiteua. Essa mudança diz respeito aos valores que a agricultura familiar tem hoje com as Políticas Públicas agrárias. Esse impacto pode não ter sido

decisivo enquanto mudança social e sim, mostra-se a percepção sobre as intervenções.

A variável econômica é a última a ser avaliada, no entanto, será a que terá maior visibilidade enquanto impacto e mudança social. No II PNRA, os créditos são anunciados, contudo na página eletrônica do INCRA estão presentes todas as formas de crédito para os assentados da reforma agrária. Contudo nem todos os créditos são concedidos ao mesmo tempo. São não na verdade, liberados de acordo com a situação do assentamento. Os valores presentes são atualizados de acordo com cada orçamento, por isso que os valores que aparecem no quadro 5 são os que estão disponíveis para o público. No Assentamento Araxiteua, os créditos até então concedidos foram o Apoio (R\$ 3.200,00) e o Aquisição de materiais de construção (R\$ 15.000,00). Sendo que esses são os que tornaram impactos positivos para os assentados enquanto perspectiva positiva e para mudança social.

**Quadro 5** – Tipos de crédito e valores por famílias.

<b>TIPOS DE CRÉDITO</b>	<b>VALORES</b>
Apoio Inicial	R\$ 3,2 mil
Apoio Mulher	R\$ 2,4 mil
Aquisição de Materiais de Construção	R\$ 15 mil
Fomento	R\$ 3,2 mil
Adicional do Fomento	R\$ 3,2 mil
Semiárido	Até R\$ 2 mil
Recuperação/Materiais de Construção	Até R\$ 8 mil
Reabilitação de Crédito de Produção	Até R\$ 6 mil
Crédito Ambiental	R\$ 2,4 mil

Fonte: INCRA (2010). Elaboração: Penha, (2012)

Ao analisar os documentos, infere-se que as famílias estão satisfeitas com a aquisição dos materiais eletrodomésticos, ferramentas para o trabalho agrícola e para o não agrícola.

**Quadro 6 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PELOS ASSENTADOS DO PA ARAXITEUA**

MATERIAL	TRABALHO AGRÍCOLA	TRABALHO NÃO AGRÍCOLA
MÁQUINA PARA BATER AÇAÍ		x
MÁQUINA PARA COSTURAR		x
BICICLETA CARGUEIRA	x	x
ENXADA COM CABO	x	
TERÇADO	x	
CATITU PARA RALAR MANDIOCA	x	
GELADEIRA	x	x
FOGÃO DE 4 BOCAS	x	x
BOTIJÃO DE GÁS	x	x
CARRO DE MÃO ZINCADO	x	
MACHADO COM CABO	x	
TELEVISÃO DE 14 POLEGADAS		x
RÁDIO		x
LIMA KF	x	
ALIMENTAÇÃO	x	
CHAVE COM MANGUEIRA PARA FOGÃO	x	x
FORNO COMPLETO PARA TORRAR MANDIOCA	x	

Fonte: Trabalho de campo (2011). Elaboração: Penha, (2012)

No quadro 6 - verificam-se os tipos de materiais mais necessitados pelos assentados. A relação feita entre os trabalhos agrícola e não agrícola é pela dimensão para a diversificação da produção. Segundo uma assentada, entrevistada D

Esses materiais são de utilidade para nós, porque quando chegou a energia nem todos tínhamos geladeira. O peixe, a caça eram salgados para render mais. Depois disso tivemos uma melhora porque com o PRONAF, podemos cortar o cupuaçu, embalar e depois vendermos. O açaí era e continua a ser vendido, parte em caroços. Agora vendemos também congelado. Não só para isso também para nossa própria alimentação. Então vejo que foi muito bom esses materiais. Uma coisa importante. Não vamos pagar nada.

O depoimento acima se mostra importante para a relação de necessidade. Os materiais foram pedidos pelos próprios assentados, sob gerenciamento e emissão de notas pelo INCRA e pela Loja escolhida. Quanto ao valor total verificado no documento de uma página denominado de “Plano de Aplicação Simplificado –

Crédito Apoio (Aquisição de Ferramentas, Insumos Etc.)”, com o valor de R\$ 2.400,00, cada família possui uma nota com assinatura de recebimento pelo assentado.

Segundo informações verbais da entrevistada D, a escolha desses materiais foi realizada pelas mulheres. Assim verifica-se o papel essencial do gênero. Os resultados não apenas mostram o predomínio do perfil demográfico, sim, o poder de decidir na política do crédito para suas famílias.

Tivemos acesso a esses documentos sem nenhum empecilho ou indagações. Contudo, como tem assinatura dos assentados, tivemos verbalmente a não autorização para publicação. Essa parte verificou como anexo podemos publicar. O importante é que a pesquisa foi realizada e na dissertação é colocada uma síntese desses documentos.

O outro crédito foi a aquisição de materiais. O valor desde 2006 até 2012, última consulta que fizemos, o valor de R\$ 15.000,00 não foi oficialmente alterado, embora, quando este autor ouviu no programa do Governo Federal “A Voz do Brasil”, o valor desse crédito seria aumentado para R\$ 22.000,00. O impacto desse crédito teve dois tempos. O primeiro foi no começo das construções e na finalização das primeiras casas a serem entregues pela Construtora<sup>23</sup>, as casas não foram terminadas como acordado nas reuniões entre os Assentados, a Construtora e o INCRA. Sendo que a Construtora foi escolhida pelos Assentados em reunião. Segundo informações verbais, apresentavam-se três Construtoras, e obviamente, a que apresentou mais qualidade no serviço fora a escolhida.

A primeira fase, o Presidente da Associação era outro, dessa forma, o atual não pode falar dos detalhes. Já o anterior não pode nos ouvir, devido “não sentir-se a vontade para falar desse caso”.

---

<sup>23</sup> O Presidente da Associação dos Assentados do Araxiteua não divulgou o nome da Construtora devido não ter essa autorização, dessa forma como fonte, tivemos acesso ao nome e, também não podemos divulgar.

**Fotografia 1** - Casa de assentamento construída em 2011.



Fonte: Trabalho de campo (2011).  
Autor: Penha, (2012)

**Fotografia 2** - Casa de assentamento construída em 2008.



Fonte: Trabalho de campo (2011).  
Autor: Penha, (2012)

Como está exposto nas fotografias acima, estão presentes as duas fases da construção das casas. São 44 semelhantes a fotografia 2, 36 a fotografia 1. Segundo o INCRA, os fiscais eram os próprios assentados. Nesse ponto perguntou-se ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Acará, e obteve-se a resposta como lamentável a situação, porque a fiscalização dessa política cabe também ao esse conselho, como dito anteriormente, o Conselho Rural não aparece como participante do II PNRA.

Os dois créditos analisados anteriormente, não serão pagos pelos assentados, eles são “fundo perdido”, segundo informações verbais de um Técnico do INCRA. Sendo, portanto, um beneficiamento nunca antes concedido aos assentados, reitera o mesmo técnico.

Apresenta-se dessa forma como sendo um impacto positivo. Esses indicadores, crédito inicial e de construção independem do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Sendo este, existente desde o final dos anos 1990 e contribuiu segundo Schneider (2010a) para a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326 de 2006). Independentemente de todas as críticas sobre esse crédito, teve no PA Araxiteua impacto positivo.

Isso se mostra claro quando da tabela 14, quando está expresso o aumento percentual das rendas mensais por família assentada, equivalendo a 1 salário mínimo. Abaixo de 1, antes do assentamento eram 5 famílias, depois diminuiu para 3. Em percentuais, foi de 6,25% para 3,75%.

Esses valores mostram-se confiáveis devido ser a base de ganho agrícola e não agrícola ficar registrados nas notas de compra e venda das mercadorias no Complexo de Abastecimento do Bairro do Jurunas, na periferia urbana da Cidade de Belém.

**Tabela 14** – Renda mensal por família assentada antes e depois da construção do PA Araxiteua em salário mínimo

	Antes	%	Depois	%
Abaixo de 1	5	6,25	3	3,75
1 a 2	32	40	27	33,75
2 a 3	31	38,75	35	43,75
3 a 4	12	15	15	18,75
Acima de 4	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha,

(2012)

Na faixa de 1 a 2, eram 32 famílias, quando da pesquisa são 27. Nesse intervalo, destaca-se porque aumentou o número de famílias. De 2 a 3, eram 31 e aumentou para 35, já de 3 a 4, aumentou de 12 para 15 famílias. Essa relação mostra uma tendência no aumento das rendas.

**Tabela 15** – Tipos de agricultura feita com o empréstimo do PRONAF

	Número	%
Farinha de mandioca	22	27,5
Milho	4	5
Feijão em grãos	6	7,5
Arroz	9	11,25
Banana	8	10
Cupuaçu em polpa	8	10
Feijão verde	9	11,25
Açaí em caroço	14	17,5
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha, (2012)

Os empréstimos por família assim distribuídos na tabela 15 – podem ser vistos como formas agrícolas, sendo a dimensão agrícola resultar em outras formas de obtenção de renda. Na tabela 15 – estão presentes as diversas formas de obtenção de renda dos assentados. A maioria das obtenções de renda advém da agricultura que tem o percentual de 33,75% que corresponde a 27 famílias. Em segundo vem a aposentadoria com 22,5% sendo 18 famílias correspondentes.

**Tabela 16** – Formas de obtenção de renda por família assentada

Renda	Número	%
Agrícola	27	33,75
Agrícola por empreitada	1	1,25
Venda de criação	15	18,75
Venda da extração	12	15
Venda de carvão	6	7,5
Aposentadoria	18	22,5
Pensão	1	1,25
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010 e abril de 2011. Elaboração: Penha, (2012)

Quanto à venda e criação, 15 famílias tem maior renda, ou 18,75%. Em quarto a extração 12 famílias tem como predomínio sendo 15% das famílias assentadas. Por fim, a venda de carvão 6 famílias, pensão e agricultura por empreitada com 1 família cada.

Esses dados demonstram a heterogeneidade das famílias assentadas. Sobre a criação, destaca-se a apicultura, com 5 famílias as quais tem como predomínio a agricultura. A relação com o PRONAF, para os assentados é direta devido à renda agrícola vinda desse crédito, resulta na diversificação e no acúmulo de rendas para o direcionamento de outras quando do período sazonal. Sobre esse indicador, o entrevistado E afirma que:

Para nós o PRONAF é muito importante. Eu pago tudo direitinho todo o mês. Com o PRONAF, aumentei a produção de farinha, crio mais porco, planto milho, feijão e também tenho criação de galinhas. Vejo isso muito valoroso para nós. Antes não tínhamos como fazer tudo isso. Tudo era do nosso suor e a situação ficava difícil quando a farinha e o açaí estavam a baratas. Até os nossos compradores baixavam o preço. Agora não quando a farinha e o açaí estão com preço baixo, vendemos muito milho, cacau, pupunha, porco, galinha e até mesmo mel de abelha. Ficamos todos contentes com essa situação. Vejo que melhorou muito, hoje podemos trabalhar com menos preocupação de antes.

Sobre essa posição, infere-se que para o assentado não ter problemas com a sazonalidade, a forma diversificada foi fundamental. Assim parte com a ideia de Hurtinne (2001, 2005) sobre a sustentabilidade. Essa forma, que o autor discute, é resultado não de pesquisa em assentamentos, mas sim de agricultores familiares com o poder de criar e diversificar. A diversificação é vista também no fluxograma de

Schneider (2010a), as rendas agrícolas e não agrícolas tem sentido somente com a relação familiar.

No Assentamento Araxiteua, a forma familiar permaneceu e ao mesmo tempo fortaleceu. As migrações cessaram devidos os créditos e surgirem oportunidades mesmo que precárias da rede de ensino. Nesse caso o ensino modular no Ensino Médio foi implantado em uma Escola fora do Assentamento. Também, mas dentro do Assentamento, a Educação de Jovens e Adultos. Contudo, outro fator foi decisivo, o conjunto de infraestruturas.

As infraestruturas são consideradas aqui como sendo a Configuração Territorial. Elementos como a energia elétrica, o crédito inicial, a melhoria relativa do acesso aos mercados por meio das estradas, tornara-se fatores decisivos para a melhoria no uso da terra.

Destarte, com a apresentação e discussão desses resultados, mostra-se que relativamente que os impactos foram mais positivos do que negativos. Essa conclusão é feita a partir dos parâmetros materiais, financeiros, de infraestrutura e de aceitação da política do assentamento. Assim verifica-se a relação direta com a teoria do Desenvolvimento Territorial Sustentável foi relativamente cumprida pelo II PNRA.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste trabalho acadêmico a operacionalização do Programa Novos Assentamentos, contido no II Plano Nacional de Reforma Agrária no Assentamento Araxiteua. Por meio dos dados da pesquisa de campo, foi possível avaliar os impactos positivos e negativos para os agricultores familiares assentados.

Desde a implantação que datou do ano de 2006 até 2011, pode-se generalizar para todo o Território Rural do Baixo Tocantins. A forma operacional instituída a partir do desenho do II PNRA e dos Programas complementares. Verificou-se que as metas gerais nacionais, a partir da discussão e comparação dos autores, não foram cumpridas. De fato, aconteceu o aumento da concentração fundiária, diminuição dos créditos para os assentados, confusão por parte do MDA e do INCRA dos conceitos de Reforma Agrária, Reordenação Fundiária e Regularização Fundiária.

Por mais que nos primeiros pontos acima negam a tese deste trabalho, verificou-se que do ponto de vista micro, a partir do cruzamento dos dados primários e secundários, a reforma agrária está sendo implantada no Território Rural do Baixo Tocantins. Esses pontos reforçam a tradição do conflito de ideias entre os autores sobre a reforma agrária e os resultados dessa pesquisa.

Quanto às metas dos assentamentos para a Amazônia, o crescimento foi maior, contudo, ainda existe quando se verificam os dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira, uma concentração fundiária superior no Estado do Pará, principalmente nas porções sudoeste e sul, considerados espaços da expansão da fronteira agrícola, mineral e agropecuária. Dessa forma, mostra-se o avesso quando analisou-se na porção do desse Território rural.

No Território Rural do Baixo Tocantins o predomínio foi dos Assentamentos Agroextrativistas Federais. Ao fazer uma análise no desenho operacional e fazendo a leitura das paisagens nesses municípios, conclui-se que os impactos são semelhantes ao Projeto de Assentamento Federal Araxiteua.

Considerando os dados primários da pesquisa, conclui-se que a Reforma Agrária foi positiva. Ao levar em consideração as variáveis e os indicadores da pesquisa, os assentados demonstram-se satisfeitos uma vez que suas expectativas foram predominantemente foram alcançadas. Assim, as instituições rurais MDA e INCRA, ficaram com a imagem boa para os assentados.

Os autores aqui utilizados foram importantes para o trabalho devido serem, na vasta literatura disponível, os mais atuais. Não procurou nesta pesquisa fazer generalizações dos autores para um único caminho teórico-metodológico. A realidade da pesquisa é coerente e não pode ter um único viés.

O crédito inicial foi o principal indicador da satisfação social e financeira dos assentados. Visto que contribuiu para a agricultura, criação, extração e para as rendas não agrícolas. Os assentados mostraram-se maduros quanto aos conhecimentos do que precisam para sobreviver de imediato. Com isso, a forma coletiva de produzir deu lugar às formas individuais, mas diversificadas. Pequenos negócios foram executados como a venda de polpa de frutas e confecção de roupas.

A variável social resultou que existe a demanda pelo crédito apoio mulher. Com a predominância demográfica desse gênero no Assentamento Araxiteua, é preciso que o INCRA tenha mais atenção aos beneficiários da reforma Agrária. Sendo que cada crédito custa R\$ 2.400,00, não se torna apenas um ganho financeiro, apresenta-se como alternativa de ampliação das rendas agrícolas e não agrícolas.

Ainda nessa variável, o indicador educacional demonstrou que o impacto foi negativo. Nessa expectativa, os assentados não tiveram êxito. A sustentabilidade educacional pregada pelo PRONERA nem foi aplicada. Ao invés do das instituições federais MDA e INCRA atuarem, os dados macros e empírico revelaram que os Municípios são os que devem dar conta da educação para os assentamentos.

No que tange à variável institucional o impacto foi predominantemente positivo. A Associação dos Assentados do PA Araxiteua, criada para formalizar a participação constitucional dos agricultores familiares, não atendeu as expectativas, justamente porque as casas não foram concluídas, como estavam previstas no desenho da política. Enquanto que na segunda fase das construções das casas e liberações dos créditos, essa instituição teve avaliação satisfatória para os assentados.

Essa variável, quando avaliada, as comunicações e participações do Sindicato Rural e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Acará entre o MDA e o INCRA, a conclusão feita é que no desenho institucional contido no documento do II PNRA, não existe as participações dessas duas instituições. Mesmo que esses tenham suas funções constitucionais formalizadas.

Desta forma, a única instituição representante dos assentados é a Associação dos Assentados do PA Araxiteua.

Quanto ao indicador territorial, o uso da terra foi alterado para a diversificação. As formas de produzir agrícola e não agrícola mostram-se como indicadores fundamentais para concluir que houve impacto positivo.

Mesmo com a diminuição dos tamanhos dos lotes, anterior as construções das casas que eram de 25 hectares, com as casas, ficou em 17 hectares, a pressão demográfica aumentou, contudo ficou resolvido com a diversificação e ação coletiva dos assentados na formas de vendas da produção, extração, criação e da fabricação de objetos.

A mudança da configuração territorial e da paisagem foi também modificada. Observou-se mais presenças de elementos urbanos. Com a instalação da rede de energia elétrica através do Programa Luz Para Todos, aqui complementar ao II PNRA. Assim, esses indicadores resultaram como desenvolvimento rural.

O indicador econômico foi o que teve mais impacto positivo. As rendas aumentaram. Na verdade, isso foi resultado das combinações anteriores ao assentamento tanto das rendas agrícolas e não agrícolas. A mudança mostrou-se relevante para os assentados. As somas dos créditos ao PRONAF, tornaram-se sustentáveis. O indicador aposentadoria também foi positivo. Por mais que independa dos assentamentos, o importante é que ele soma nas rendas e contribui para a diversificação.

O resultado dessa pesquisa demonstra o quanto é complexo estudar a reforma agrária. No Assentamento Araxiteua, descobriu-se que as realidades agrárias amazônicas não são homogêneas enquanto comportamento demográfico. As migrações clássicas, considerando o êxodo rural, cessaram. A política de construção de assentamentos rurais demonstra, com seriedades institucionais, ser positivas e melhorar a qualidade de vida dessas populações.

No Assentamento Araxiteua, o agricultor fixou-se na terra, ou seja, permaneceu, mesmo com os elementos e materiais de conteúdos urbanos terem aumentado. A relação campo e cidade, rural e urbana foram aceitas de forma harmônica pelos assentados.

Metodologicamente a pesquisa de métodos mistos deu conta de alcançar os objetivos e responder aos questionamentos. Buscou-se contribuir para as pesquisas posteriores formas de avaliação de políticas públicas agrárias. Essa forma de

avaliação pode ser feita não apenas por um caminho interdisciplinar, também, com aspectos típicos da Geografia, da Sociologia e da Economia. Essas ciências se complementaram durante a pesquisa, mesmo com as dificuldades do autor terem sido muitas.

Esta pesquisa não pode mostrar a dimensão do gênero feminino, ou seja, o papel fundamental da mulher no assentamento. As escolhas dos materiais, o predomínio e conseqüentemente a demanda pelos seus próprios créditos. O resultado mostrou que essa dimensão é importante para estudar os assentamentos.

A visão pessimista de Fernandes (1997) e principalmente a de Oliveira (2007) não se confirmam com essa pesquisa. Eles discordam da forma com que reforma agrária está sendo implementada. Os resultados desta pesquisa mostram que os impactos no Assentamento Araxiteua foram mais positivos do que negativos. Aqui não foi um estudo de caso, mais sim um estudo que pode ser considerado a situação atual dos outros assentamentos implementados no município do Acará. Também dos outros 10 municípios que compõem a Região de Integração do Tocantins.

Dependendo da forma de abordagem teórico-metodológica, visto que aqui, levou-se em consideração os agricultores rurais familiares, cuja demanda por política pública é semelhante ao agricultor familiar sem terra. Nas entrevistas verificou-se que apenas o uso e a ocupação da terra não mostrou suficiente. Daí a importância dos resultados mostrarem-se, na sua maioria, positivos.

A importância da avaliação da política do II Plano Nacional de Reforma Agrária no Território Rural do Baixo Tocantins mostrou que a construção de assentamentos é sim reforma agrária. Por mais que o Araxiteua não seja um assentamento concluído, a fase que se encontra, em Estruturação, já mostrou ser suficiente para fazer uma avaliação científica.

Dessa forma, é importante para que os estudos posteriores possam fazer uma análise comparativa sobre esse segundo plano nas fronteiras sul, sudeste, sudoeste e oeste do Pará, ou até mesmo nos outros estados da Amazônia Legal.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, ano 12, n. 24, 2010, p. 268-306.

BERGAMASCO, Sônia.; NORDER, Luis. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF: MDA; INCRA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para pensar uma Política Nacional do Ordenamento Territorial**. Brasília: MIN, 2005.

\_\_\_\_\_. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. Brasília, DF: MDA, 2011.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural. In: \_\_\_\_\_. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, DF: IPEA, 2011. v.1. p. 189-233. (Anexos Estatísticos).

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, DF, v.15, n.2, 1998, p. 45-65.

CARVALHO, Ricardo; AGGEGE, Soraya. Extrema-unção – Reforma Agrária: Levantamentos revelam com gasto de distribuição de terras caem a cada governo petista, enquanto a concentração se mantém como na ditadura. **Carta Capital**, ano 16, n. 657, p. 22-28, ago. 2011.

CASTRO, Edna.; COELHO, Maria Célia Nunes. Políticas e gestão pública como campo de pesquisa: à guisa de posfácio. In: COELHO, Maria Célia Nunes. et. al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP, 2001, p. 287-301.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. Questões Agrárias e macro políticas na Amazônia. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 53, n. 19, p. 1-26, 2005.

CRISWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. As transformações recentes na agricultura e a luta pela reforma agrária. In: \_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 29-64.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. São Paulo: FAPESP/UNESP/NERA, 2008. (Coordenação Bernardo Mançano Fernandes). Disponível em: < <http://docs.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil. **Econômica**, v. 1, n. 1, 1999, p. 27-52.

\_\_\_\_\_. O porquê da reforma agrária. **Econômica**, v. 4, n. 1, 2002, p. 5-24.

HAESBAERT, Rogério. da. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Regional/ Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HÉBETTE, Jean; ABELÉM, Aurélia Gomes. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 2.

\_\_\_\_\_. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Cruzando a fronteira: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. Sober, **Anais...**, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP, 2001, p. 177 – 259.

\_\_\_\_\_. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos proprietários na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 1, pp. 19-71, 2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS -INESC. **Reforma Agrária no Governo Lula**: residual e periférica. Nota Técnica, n. 105. Brasília, DF: INESC, 2006a.

\_\_\_\_\_. **PLOA 2007**: hora de intervir – Reforma Agrária. Nota Técnica, n. 116. Brasília, DF: INESC, 2006b.

\_\_\_\_\_. Orçamento da reforma agrária e o milagre dos pães. **Nota Técnica**, n. 154. Brasília, DF: INESC, 2009.

IBGE. **Censo demográfico**/ Estatística Municipal, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desenvolvimento Rural. In: \_\_\_\_\_. **Políticas Públicas**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2011, p. 189-233.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 9, n. 9, 2006, p. 144-158.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: políticas públicas, atores e sustentabilidade. In: **Congresso Internacional Virtual - Economia Verde e inclusão socioreprodutiva**: o papel da agricultura familiar. Disponível em: < <http://www.Congressorio20.org.br/sitio/politicas-publicas>>. Acesso em 25 de maio de 2012.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar. IN: **Seminário interno sobre “Dilemas e perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no agrícola e rural na primeira década do século XXI**. FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Um sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: \_\_\_\_\_. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003a, p. 11-52.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, USP, 2003b, p. 141-175.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.  
MATHIS, Armin. Reflexões sobre a reforma do Estado na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes. et all. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup, 2001, p. 121-136.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/ Labor Edições, 2007. Disponível em: <<http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea/ EDUFU, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Tocantins**. Belém: Secretaria de Integração Regional do Pará, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Gilberto de Miranda; LIMA, Ailton Pires de; A criação de novos municípios e o ordenamento territorial no Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TYEISSERENC, Pierra. (Org.). **Territórios de desenvolvimentos e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009, p. 209 – 230.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAWYER, Donald. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 773-812, 1979.

\_\_\_\_\_. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGÓN, Luís; MOUGEOT, Luc. (Org.). Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas, **Cadernos NAEA**, Belém: UFPA; NAEA; CNPQ, 1986..

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: \_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003, p. 21-72.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, ano 6, n. 11, 2004, p. 88-125.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, 2010, p. 511-531.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n.1, 2010a, p. 85-131.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 14, 2000, p. 72-102.

STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia. “Mas, qual reforma agrária? – revisitando um debate inconcluso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, 2009, p. 86-120.

VASCONCELLOS, Mario; ROCHA, Gilberto; VACONCELLOS, Ana Maria. Comunidades rurais, capital social e desenvolvimento territorial. In: ROCHA, Gilberto (Org.). **Município e território**. Belém: NUMA; UFPA, 2011, p. 203-206.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, 2001, p. 101-119.

\_\_\_\_\_. Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural. **Cadernos do CEAM**, ano 5, n. 23, 2006, p. 221-278.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, 20, n. 57, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, 2003, p. 42-61.

\_\_\_\_\_. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e relação campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, 2009, p. 64-85.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Egenberg e Octany Mota. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

# APÊNDICE

**APENDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS MISTOS (QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS).**

**Dissertação:** O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: um balanço do programa novos assentamentos no município acará - PA

**Autor:** Luciano Penha

**Orientador:** Thomas Hurtienne

Data: \_\_\_\_\_

Número do questionário: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

**I – Variável Social**

**1. Dados pessoais:**

( ) Sexo Estado Civil \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Tempo moradia na Comunidade \_\_\_\_\_

**2. Escolaridade:**

Ensino Fundamental:

1ª a 4ª incompleto ( ) 1ª a 4ª completo ( ) 5ª a 8ª incompleto ( ) 5ª a 8ª completo

Ensino Médio incompleto ( ) Completo ( )

Ensino Superior incompleto ( ) Completo ( )

Educação de Jovens e Adultos: 1ª etapa ( ) 2ª etapa ( ) 3ª etapa ( ) 4ª etapa ( )

Escolas foram construídas depois dos Assentamentos \_\_\_\_\_

Nº de salas \_\_\_\_\_ Séries \_\_\_\_\_ Todos os assentados têm acesso \_\_\_\_\_

**3. Serviços de saúde:**

Posto de saúde mais próximo da Comunidade \_\_\_\_\_ Onde \_\_\_\_\_

Tempo de acesso \_\_\_\_\_ Forma de acesso \_\_\_\_\_

Satisfeito com o serviço \_\_\_\_\_

Foi construído Posto de Saúde depois dos Assentamentos \_\_\_\_\_

Onde \_\_\_\_\_ Tempo de acesso \_\_\_\_\_ Forma de acesso \_\_\_\_\_

Satisfeito com o serviço \_\_\_\_\_

Hospital mais próximo da Comunidade \_\_\_\_\_ Onde \_\_\_\_\_

Tempo de acesso \_\_\_\_\_ Forma de acesso \_\_\_\_\_

Satisfeito com o serviço \_\_\_\_\_

Foi construído Hospital depois dos Assentamentos \_\_\_\_\_

Onde \_\_\_\_\_ Tempo de acesso \_\_\_\_\_ Forma de acesso \_\_\_\_\_

Satisfeito com o serviço \_\_\_\_\_

#### 4. Demografia:

Nº de pessoas existentes em casa \_\_\_\_\_

Nº de homens \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Nº de mulheres \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Nº de crianças \_\_\_\_\_ Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_

Idades de cada criança \_\_\_\_\_

Nº de aposentados \_\_\_\_\_ Homens \_\_\_\_\_ Mulheres \_\_\_\_\_

Nº de crianças que recebem o Bolsa-Família \_\_\_\_\_

#### 5. Tempo de trabalho após a construção dos Assentamentos:

É importante: ( ) o dia ( ) a semana ( ) o mês ( ) o ano

Nº de dias que trabalha por semana \_\_\_\_\_

## II – Variável Economia

1. Renda mensal após a construção dos Assentamentos \_\_\_\_\_

2. Tem o crédito do PRONAF \_\_\_\_\_ Quanto recebeu \_\_\_\_\_

Como é a forma de pagamento: ( ) produção ( ) extração ( ) aposentadoria

3. Tem o crédito fomento \_\_\_\_\_ Quanto recebeu \_\_\_\_\_

Como é a forma de pagamento: ( ) produção ( ) extração ( ) aposentadoria

4. Tem o crédito instalação \_\_\_\_\_ Quanto recebeu \_\_\_\_\_

5. Forma de pagamento: ( ) produção ( ) extração ( ) aposentadoria

6. Recebe aposentadoria \_\_\_\_\_ Quanto mensalmente \_\_\_\_\_

7. Tem outra forma de renda além da agricultura e da extração \_\_\_\_\_

Qual: ( ) pesca ( ) comércio ( ) outros \_\_\_\_\_

8. Após a construção dos Assentamentos o gasto com mercadorias compradas na cidade é maior ou menor que anteriormente \_\_\_\_\_

9. Formas de venda:

( ) Direta ( ) Atravessador ( ) Cooperativa ( ) Outros/ quais \_\_\_\_\_

10. Tipos de agricultura, quantidade e preços vendidos \_\_\_\_\_

11. Tipos de criação, quantidade e preços de venda \_\_\_\_\_

12. Tipos de extração, quantidade e preços de venda \_\_\_\_\_

13. Tipos de manejo, quantidade e preços de venda \_\_\_\_\_

### III – Variável Institucional

1. É sindicalizado \_\_\_\_\_ Nº de pessoas \_\_\_\_\_ Nº de homens \_\_\_\_\_ Nº de mulheres \_\_\_\_\_
2. Qual é o serviço que já utilizou e utiliza oferecido pelo Sindicato \_\_\_\_\_
3. Participa da reunião do Sindicato \_\_\_\_\_
4. É satisfeito com os Representantes/ Delegados Sindicais \_\_\_\_\_
5. Quanto tempo é Sindicalizado \_\_\_\_\_
6. Quanto tempo faz parte da Associação \_\_\_\_\_
7. Qual é o serviço que já utilizou e utiliza oferecido pela Associação \_\_\_\_\_
8. Participa das reuniões da Associação com o INCRA, EMATER, Banco do Brasil e BASA \_\_\_\_\_
9. É satisfeito com os representantes da Associação \_\_\_\_\_
10. Teve poder de opinião quando das reuniões sobre os Assentamentos com o INCRA, EMATER, Banco do Brasil e BASA \_\_\_\_\_
11. Participou do Projeto de Construção dos Assentamentos \_\_\_\_\_
12. Participou da reunião da liberação do crédito-fomento e do crédito-instalação \_\_\_\_\_
13. É satisfeito com os serviços oferecidos pelo INCRA, EMATER, Banco do Brasil e BASA \_\_\_\_\_

### IV – Variável Território

1. Qual era o tamanho em metros ou hectares da terra de moradia antes e depois das construções dos Assentamentos: antes \_\_\_\_\_ depois \_\_\_\_\_
2. Qual é era o tamanho em metros ou hectares da terra de produção antes e depois das construções dos Assentamentos: antes \_\_\_\_\_ depois \_\_\_\_\_
3. Possui título da terra ( ) Posse ( ) Não tem ( )
4. Qual é a sua identificação:  
( ) agricultor familiar ( ) camponês ( ) assentado da reforma agrária ( ) todos ( ) outros
5. Melhorou a forma de vida após as construções dos assentamentos \_\_\_\_\_
6. Melhorou a forma de acesso a Belém, Marituba, Ananindeua e Sede Municipal do Acará antes dos ou depois dos Assentamentos \_\_\_\_\_
7. É pertencente:  
( ) da Comunidade ( ) Assentamento ( ) Território rural ( ) Todos ( ) Outro

8. Formas de uso da terra:

- Tipos de agricultura \_\_\_\_\_
- Tipos de criação \_\_\_\_\_
- Tipos de manejo \_\_\_\_\_
- Tipos de caça \_\_\_\_\_
- Tipos de extração \_\_\_\_\_

# **ANEXOS**

**ANEXO A – Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário.**

SR	Nome Projeto	Município	Cód. Beneficiário	Nome(s) do(s) beneficiário(s)		Data Homologação no PNRA	Situação Atual
<b>SR-01 ACARA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ</b>							
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000008	AMBROSIO CARNEIRO MALCHER	EUGENIA DAS GRAÇAS DO ROSARIO MOREIRA	08/18/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000009	DINO CEZAR CUNHA DO ROSARIO	MARIA MARGARETE CARNEIRO MELO	10/17/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000056	BENEDITO BARBOSA	MARIA ELIETE COELHO MALCHER	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000075	MARLENE DO SOCORRO CARNEIRO DE AZEVEDO	VALTER MALCHER DE SOUZA	11/09/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000080	JOSE AUGUSTO CARNEIRO MELO		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000089	MARIA GREGÓRIA SILVA DA COSTA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000094	RONALDO XAVIER ALMEIDA DA SILVA	NATALINA TRINDADE CARNEIRO	09/19/2008	Registro e assentado em 08
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000099	LUISVALDO CARNEIRO DOS SANTOS		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000101	SERVILDO DO ROSARIO MOREIRA COSTA		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000126	SEBASTIÃO MOREIRA MALCHER		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000185	PASCAL PLACIDO DE ALMEIDA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000188	FRANCISCO XAVIER CARNEIRO	DARIA SILVA COSTA	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000176	MARIA DA CONCEIÇÃO CARDOSO CHARIS	JUNIOR LUIZ TRINDADE	11/09/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000167	MARIA EUNICE MOREIRA DA COSTA		11/09/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000160	RAMIRO BENICIO DOS REIS	RÓSELENE MOREIRA DOS REIS	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000163	FRANCISCO MOREIRA DA COSTA	JOELMA BORGES DA SILVA	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000172	MARIA BENEDITA SILVA VIEIRA	PEDRO FERREIRA VIEIRA	11/09/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000126	EDSON LUIZ MELO CARNEIRO		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000111	ELZA MARIA COSTA MALCHER		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000148	JOSE ISIDORO MOREIRA DA COSTA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000154	ISABEL MOREIRA DA SILVA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000112	JOSE MARIA CARNEIRO	BRASILEINA DE SOUZA	09/19/2008	Assentado
<b>Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário</b>							
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000184	LUICILEIA CARNEIRO MELO	FLADWIR COSTA MELO	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000143	LOURDES MOREIRA MALCHER		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000141	RENATA SILVA MELO		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000137	DAMIÃO CARNEIRO MOREIRA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000133	IRAMUNDA MOREIRA DOS PASSOS		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000159	INOCENCIO DO ROSARIO MOREIRA	ORACIANA CARNEIRO MALCHER	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000142	DORACI CARDOSO FARIAS		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000151	OZANA MARIA COSTA TRINDADE		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000135	JONANI MOREIRA DOS PASSOS		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000110	JOÃO MOREIRA DE ALMEIDA		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000109	MARIA ANESIA BARBOSA CARNEIRO		11/09/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000121	MARIA DA PAZ ALMEIDA DA SILVA		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000102	MARIA DOS REIS COSTA MOREIRA	RAMUNDO COSTA MOREIRA	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000105	MARIA HELENA COSTA CORDEIRO	EDUARDO SILVA TRINDADE	11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000103	OLIVAR BARBOSA		09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000141	ADRIANO MELO DA SILVA		11/07/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000125	BENEDITO MOREIRA MELO	LUIZA DA SILVA MELO	09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000127	FRANCISCO MOREIRA MELO	MARIA BENEDITA CARNEIRO	09/19/2008	Assentado
PA0319000	P.A.ARAUÁ		PA031900000171	ROSAMARIA MOREIRA DA COSTA ROCHA	AMANDIO ROCHA	11/09/2008	Assentado

Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário						
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300070	OLGARINA TRINDADE CARNEIRO	11C62038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300018	BENEDITO ELSON CUNHA DA SILVA	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300030	JOSE CARNEIRO MOREIRA	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300007	GLEIDE SOUZA FAHA	LAURIMAR DE NAZARE COSTA MOREIRA	08* 92038	Assentado
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300051	FRANCISCO CARNEIRO DOS SANTOS	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300034	CRISTIANO SILVA TRINDADE	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300078	BENEDITO SILVA MELO	11C62038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300031	INALDO COSTA MOREIRA	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300015	IZA CLAUDIA MOREIRA DA SILVA	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300006	ESPERIDIAC CUNHA COSTA	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300071	MARIA JULIA DA COSTA MELO	11C62038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300047	PEDRO SILVA DE OLIVEIRA	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300063	RAYMUNDA MOREIRA DOS PASSOS	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300045	MARIA DA NEVES CARNEIRO MOREIRA	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300005	BENEDITO SILVA TRINDADE	MARIA REGINA DO ROSARIO	08* 92038	Assentado
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300022	ALEXANDRINA MOREIRA DOS PASSOS	08* 92038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300044	MARIA CELIA CARNEIRO DOS SANTOS	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300038	RICARDO MOREIRA MALCHER	11* 32038	Assentado	
PA0219003	PAARANATEUA	PA021900300068	ZENELETE COSTA MOREIRA	11C62038	Assentado	
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300006	ROSELI OLIVEIRA DE SOUZA	03H 32006	Não assentado	
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300019	VALDIR SOUZA CARNEIRO	03H 32006	Não assentado	
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300055	VALDIR SILVA MELO	MARCELA SILVA DE SOUZA	11H 02006	Não assentado
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300014	LEONOR CARNEIRO COSTA	FERNANDO DE CRISTO MOREIRA DOS PASSOS	11H02006	Assentado
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300017	RAMUNDO ELIAS DO ROSARIO COSTA	CECILIA FERREIRA DOS SANTOS	03H 32006	Não assentado
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300028	ANZELAS MOREIRA DA COSTA		03H 32006	Não assentado
PA0219000	PAARANATEUA	PA021900300013	MARINALDO DE JESUS MALCHER		03H 32006	Não assentado

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento.



## ANEXO C – Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
 DIRETORIA GERAL DE REGULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE  
 COLONIZAÇÃO GERAL - IMPLEMENTAÇÃO - DT - I - PPA

Sistema: SPPA  
 Pcia: PA  
 Local: PA  
 Projeto: PA\_037  
 Data: 10/03/2011

### Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período de Criação do Projeto: 01/01/1960 até 31/03/2011

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município	Área (ha)	Nº de Famílias (aprox.)	Participação AGROEC.	Fase	Atividade			Ocupação	
							Tipo	Nº	Data	Faixa	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ - SR (01)											
UF: PA											
PA0251000	FAZ MOSSA SENHORA DE NAZARÉ	ABAUETUBA	1.051,718	54	54	03	FOR	041	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0252000	FAZ MOSSA SENHORA DO PERFETO BODOORO	ABAUETUBA	2.010,308	72	72	03	FOR	042	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0253000	FAZ ILHA SANTA ROSA	ABAUETUBA	425,804	24	24	03	FOR	043	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0254000	FAZ ILHA GABRIELINA	ABAUETUBA	311,491	20	20	03	FOR	044	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0255000	FAZ ILHA UÇÓAS	ABAUETUBA	380,248	24	24	03	FOR	045	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0256000	FAZ ILHA RAFAELANGA	ABAUETUBA	3.795,307	104	104	03	FOR	538	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0257000	FAZ SANTA MARIA	ABAUETUBA	695,000	30	30	03	FOR	041	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0258000	FAZ SANTO AFONSO	ABAUETUBA	2.705,029	74	74	03	FOR	071	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0259000	FAZ MOSSA SENHORA UNICORINHA	ABAUETUBA	1.054,518	40	40	03	FOR	045	25/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0260000	FAZ SANTO ANTONIO II	ABAUETUBA	1.253,300	50	50	03	FOR	25	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0261000	FAZ SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ABAUETUBA	426,763	10	10	03	FOR	54	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0262000	FAZ SÃO RAFAEL	ABAUETUBA	2.044,024	74	74	03	FOR	23	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0263000	FAZ PAULO FONTIQUES	ABAUETUBA	545,510	10	10	03	FOR	11	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0264000	FAZ ALTO EDNIO	ABAUETUBA	2.028,927	54	54	03	FOR	05	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0265000	FAZ SANTA FRUZA I	ABAUETUBA	316,395	10	10	03	FOR	16	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0266000	FAZ ILHA RAFAEL	ABAUETUBA	2.540,998	60	60	03	FOR	24	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0267000	FAZ ILHA UÇÓAS	ABAUETUBA	371,924	14	14	03	FOR	25	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0268000	FAZ ILHA LONGA	ABAUETUBA	195,000	10	10	03	FOR	27	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0269000	FAZ ILHA BARRAGEM	ABAUETUBA	1.197,438	40	40	03	FOR	33	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0270000	FAZ ILHA GRANDE - FACIL	ABAUETUBA	31.075,000	144	144	03	FOR	05	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0271000	FAZ ILHA BUÇU	ABAUETUBA	606,014	10	10	03	FOR	40	15/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0272000	FAZ ILHA BUCURA	ABAUETUBA	473,010	14	14	03	FOR	26	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0273000	FAZ ILHA RAFAEL	ABAUETUBA	3.071,248	10	10	06	FOR	22	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0274000	FAZ ILHA BOCALINHA	ABAUETUBA	110,514	10	10	03	FOR	39	15/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0275000	FAZ SÃO JAMURÁ	ABAUETUBA	1.820,518	05	05	03	FOR	23	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0276000	FAZ SÃO JERÔNIMO	ABAUETUBA	1.380,763	10	10	03	FOR	30	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0277000	FAZ SÃO DE MINAS	ABAUETUBA	2.123,000	05	05	03	FOR	025	15/11/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0278000	FAZ ILHA SÃO MATEUS	ABAUETUBA	1.730,000	20	20	03	FOR	29	05/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0279000	FAZ ILHA GRANDE CABEÇA	ABAUETUBA	1.020,122	14	14	03	FOR	47	22/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005
PA0280000	FAZ MOSSA SENHORA DA PAZ	ABAUETUBA	2.270,000	60	60	03	FOR	38	15/09/2005	In Ocu. s/clo	2/11/2005

01 - In Ocu. s/clo

02 - In Ocu. s/clo

03 - In Ocu. s/clo

04 - In Ocu. s/clo

05 - In Ocu. s/clo

06 - In Ocu. s/clo

07 - In Ocu. s/clo

08 - In Ocu. s/clo

Página 10 de 10





ÁREA I  
PLANO DE APLICAÇÃO SIMPLIFICADO  
CRÉDITO APROVADO(AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, INSUMOS, ETC...) R\$ 2.400,00

NOME DO INTERESSADO: IZABELA MOREIRA DA SILVA

CEP: PR 03190000054

Descrição	Unid.	Quant.	Valor (R\$ 1,00)	
			Unitário	Total
TAXA CPMP / TRANSPORTE	Unid.	1	TAR	188,00
REFRIGERADOR 230 LT	Unid.	1		1.035,00
FOGÃO 04 BOCAS	Unid.	1		356,00
BOLÍZÃO 3/GÁS	Unid.	1		58,00
CALDEIRA P/CEVAA MANDIOCA	Unid.	1		63,00
CHAVE C/MANGUEIRA P/FOGÃO	Unid.	1		39,00
FORNO P/TORRADA FARINHA	Unid.	1		600,00
MACHADO C/CABO	Unid.	1		63,00
TERÇADO Nº 20	Unid.	2	18,00	36,00
LIMA KE	Unid.	1		18,00
ALIMENTAÇÃO				36,00
<b>Total</b>				<b>2.400,00</b>

PR. APROVADA 16/02/07











## ANEXO E - Termo de Recebimento da Casa

**TÉRMO DE RECEBIMENTO**

Eu, ZIENELETE COSTA MOREIRA, brasileiro (a), Assentado (a) no Projeto de Assentamento, PA- ARAXITEUA, portador da C.I nº4991042-SSP-PA, CPF nº 007.358.862-88, residente e domiciliado no Município de Acará-Pa.

Declaro que recebi da Associação do PA-ARAXITEUA, CNPJ nº08.204.105/0001-74, com sede no Projeto de Assentamento ARAXITEUA, Município de Acará-Pa, representada Neste momento pelo Presidente Sr Inaldo Costa Moreira, brasileiro, agricultor, portador do CPF nº 267.527.002-49, residente e domiciliado no PA-ARAXITEUA, município de Acará-Pa, **01 (uma) casa em Alvenaria, medindo 06 m x 07 m, totalmente construída, com os recursos do Crédito Instalação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, conforme contrato celebrado entre a Associação e o construtor responsável.**

Declaro ainda que acompanhei todos os trabalhos de construção até a Conclusão dos serviços.

Acará-Pará, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2010.

\_\_\_\_\_  
Assentado do PA-ARAXITEUA

\_\_\_\_\_  
Presidente do PA-ARAXITEUA

Testemunhas:

1-) Romaldo Xavier Almeida da Silva  
CPF nº 33.269.4592-20  
RG nº 18.742.78

2-) Andressa do Socorro Moreira Malcher  
CPF nº \_\_\_\_\_  
RG nº \_\_\_\_\_

## ANEXO F - Certidão de Posse de Terra



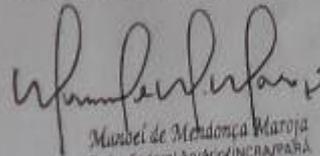
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-INCRA  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARA -SR(01)  
UNIDADE AVANÇADA TOMÉ-AÇU.

**CERTIDÃO**

A Unidade Avançada do INCRA em Tomé-Açu, no uso de suas atribuições através do Chefe Sr: José Flavio Madeiro de Arruda, portaria nº: 22/2007 certifica que, a Sr. DORACI CARDOSO FARIAS, brasileira, paraense, solteira, agricultora, portadora do Rg nº: 5728847-PC/PA e CPF nº:948.966.822-20, é posseira de uma área de terra medindo 17,00ha, localizada no PA-ARAXITEUA, Município de ACARÁ, Relação de Beneficiários sob número PA031900000043, HOMOLOGAÇÃO 17/11/2006, área na qual onde trabalha e vive no regime de agricultura familiar desde aproximadamente 1990, processo INCRA sob o nº-292/07, área de jurisdição desta Unidade Avançada Tomé-Açu-INCRA.

A mesma só terá seus efeitos legais para benefício ou aposentadoria ao INSS.

Tomé-Açu/PA, 03 de junho de 2011.

  
Manoel de Mendonça Maroja  
Perito Federal Agrário/INCRA/PARA  
CMEA/PA. 5923-D